UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGEO

SUSANA DAINARA TERTO DE OLIVEIRA

TRAJETÓRIAS SOCIOESPACIAIS DE ESTUDANTES NEGRAS DO CURSO DE GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI, EM CRATO-CEARÁ

RECIFE - PE
2024

SUSANA DAINARA TERTO DE OLIVEIRA

TRAJETÓRIAS SOCIOESPACIAIS DE ESTUDANTES NEGRAS DO CURSO DE GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI, EM CRATO-CEARÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Regionalização e Análise Regional.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Priscila Batista Vasconcelos.

RECIFE - PE
2024

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Oliveira, Susana Dainara Terto de.
Trajetórias socioespaciais de estudantes negras do curso de Geografia da Universidade Regional do Cariri, em Crato-Ceará / Susana Dainara Terto de Oliveira. - Recife, 2024.
110f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas , Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2024.
Orientação: Priscila Batista Vasconcelos.

1. Mulheres negras; 2. Narrativas; 3. Trajetórias socioespaciais; 4. Universidade; 5. Geografia. I. Vasconcelos, Priscila Batista. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

SUSANA DAINARA TERTO DE OLIVEIRA

TRAJETÓRIAS SOCIOESPACIAIS DE ESTUDANTES NEGRAS DO CURSO DE GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI, EM CRATO-CEARÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestra em geografia. Área de concentração: regionalização e análise regional.

Aprovada em: 27/02/2024.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Priscila Batista Vasconcelos (Orientadora − Examinadora Interna)

Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Zuleide Fernandes de Queiroz (Examinadora Externa)

Universidade Regional do Cariri

Profa. Dra. Geny Ferreira Guimarães (Examinadora Externa)

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Dayse Cabral de Moura (Examinadora Externa)

Universidade Federal de Pernambuco

A todas as mulheres da minha família e as que aqui contribuíram para que através da minha escrita, nossas vozes pudessem ser ouvidas.

AGRADECIMENTOS

Provavelmente, em muitos momentos, esses agradecimentos irão se assemelhar a uma dedicatória, e eu acredito que também faça parte, pois não só agradeço, como também dedico parte da minha trajetória a pessoas que caminharam comigo até aqui. Todos contribuíram para que minha voz fosse ecoada através desta pesquisa.

À minha ancestralidade, força vital que me impulsionou até aqui e trouxe de volta uma fé que havia se perdido pelo caminho em meio a tantos percalços da vida. Fé em uma força maior. Fé na proteção ancestral preta. Fé na proteção dos deuses. Fé na vida!

À todas as mulheres, professoras, pesquisadoras, estudantes e escritoras, em especial as mulheres negras, que aqui contribuíram como referência para minha formação como mestre em Geografia. Pela escrita. Pela fala. Por toda potência que é ser mulher negra.

À todas as mulheres negras que se permitiram construir essa pesquisa tão potente e especial junto comigo, contando suas histórias de vida e abrindo caminhos para muitas possibilidades.

À minha avó, Francisca Paz, minha ancestralidade viva, por ter cuidado e incentivado minha mãe aos estudos, pois só assim, minha mãe cuidou para que eu chegasse aqui também. Por estar presente em minha vida e sempre me guiando para o bem. Por fazer dos meus caminhos, menos dolorosos, apesar de tantos percalços da vida.

À minha tia avó, Antônia Paz, por acreditar e ter fé na minha vida. Pela reza e joelhos dobrados diante do que se acredita e tem fé. Pelas súplicas a Deus em favor da família. Por enxergar futuro para mim.

À minha mãe, Gecilê, uma força extraordinária da natureza, minha maior incentivadora na vida, por ter me guiado nas escolhas que fiz até hoje, principalmente pelo incentivo aos estudos. Por todo o investimento na minha educação, não só financeiro, mas também de amor e companheirismo, principalmente durante todo o processo de mestrado.

À minha tia, Francisca Paz, confiante e segura, por ter me dado forças para seguir os estudos. Por sempre lembrar e expressar que esse é o melhor caminho a se seguir. Pelo cuidado e orações.

À minha tia, Aldenoura Paz, filha de Deus e cheia de fé. Me abençoa sempre que estou por perto, acredito que de longe também. Tão otimista que me faz acreditar que a vida realmente pode ser leve e bonita, apesar de todos os percalços.

À minha irmã, Dandara, mãe dos meus sobrinhos, Maria e Arthur, pelos quais tenho grande amor e cuidado. Por todo apoio e atenção com a minha trajetória acadêmica.

À minha melhor amiga, Anny Parente (In memorian), por todo o incentivo e companheirismo durante longos anos de amizade. Por acreditar e respeitar os meus sonhos. Por ter me dado forças na caminhada, sempre. Pela potência do afeto e amor, que me sustentou em momentos difíceis, principalmente quando eu a perdi.

Ao meu primo, Anthony Thierry, por ser um verdadeiro irmão e caminhar junto comigo. Pelo conforto em momentos difíceis. Por ser amigo e estar presente na minha vida profissional e pessoal, sempre.

À minha orientadora, Priscila Batista, por se dispor nessa caminhada comigo. Por acreditar no meu potencial como professora e pesquisadora, sempre. Por me

apresentar figuras ilustres que contribuíram de forma significativa na minha trajetória acadêmica e pessoal. Por me acolher de forma genuína no Grupo de Pesquisa e Estudo em Geografias Negras e Indígenas - GENÍ.

Agradeço e abraço todos os meus companheiros do GENÍ, especialmente, Francielle, Milka, Vitória e Maria, pela oportunidade de aprendizado. Pela oportunidade de caminhar junto e compartilhar tantas vivências que nos atravessaram nesse período.

Ao Professor Caio Amorim, pela receptividade e acolhimento logo quando ingressei no mestrado e me mudei para Recife. Pela forma como me guiou durante nosso período como orientador e orientanda. Por tudo que aprendi e, tenho certeza, continuarei aprendendo.

À minha orientadora de graduação, Zuleide Queiroz, por ter estado presente quando me tornei professora Licenciada em Geografia, e agora por se fazer presente no momento em que me tornarei Mestra em Geografia. Por abrir caminhos para que eu pudesse atravessar. Por acreditar no meu potencial enquanto pesquisadora e ter estado presente como grande referência no meu processo de “descobrir-me negra”.

As professoras e membros da banca, Dayse Moura e Geny Guimarães, pelo aceite para participação na minha banca de avaliação e pela oportunidade de ouví-las e continuar construindo minha trajetória tendo essas grandes professoras como referências.

À Andressa Yare, preciosidade que a vida me apresentou de forma tão potente. Por todo afeto e acolhimento. Pela fé na minha escrita e, acima de tudo, pela fé na minha vida. Por ter esperança, sempre.

À Daiana, minha amiga que é valiosa demais, por todo acolhimento, não só em momentos difíceis, mas também nos dias de alegria. Por vibrar pelas minhas conquistas junto comigo e por acreditar em dias melhores, sempre.

Ao meu amigo, Thiago Lima, apoio firme e base sólida de amizade e companheirismo, sempre otimista. Me trouxe leveza durante todo o processo de pesquisa e escrita, compartilhando do mesmo momento dentro das nossas trajetórias enquanto mestrandos. Por nunca ter deixado de acreditar na minha potência e capacidade enquanto pesquisadora. Por estar presente, sempre.

À minha colega de casa e grande amiga, Paloma Saraiva, que esteve presente, em momentos muito significativos nesses quase dois anos de mestrado em que estive convivendo. Por todo o apoio e companheirismo.

À Vinícius Luna, João Victor e Luciano Amorim, grandes amigos e parceiros que se fizeram presentes na minha vida em um momento muito difícil e me ajudaram a reconstruir elos e formas de enxergar a vida através da amizade.

À Celiane Januário, Patrícia Félix, Maria Raiane, Rayssa Leite, Cássio Expedito, Alane Pinheiro, Rodrigo Alves, Tatah Leopoldino, Camila Matos, Jorge Nuvens, Vanessa Brito, Poliana Queiroz, e todas as grandes amizades que construí durante a minha vida, que me incentivaram sempre a dar o melhor, não me deixaram esquecer e nem duvidar da minha capacidade nem por um minuto. Que me motivaram a continuar nessa jornada, mesmo diante dos tropeços e dificuldades da vida.

Aos colegas e amigos que conheci no início do curso de mestrado, Jenner, Luciano e Danilo, por todo o acolhimento e parceria que recebi durante todo o mestrado, principalmente quando me mudei para Recife sem conhecer ninguém e fui recebida pelos dois. Acredito que foi uma parceria essencial para que eu conseguisse me estabelecer e desenvolver minhas atividades.

À CAPES, pelo auxílio financeiro concedido durante o curso que possibilitou o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao Programa de Pós – Graduação em Geografia – PPGeo, da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, pela oportunidade de ingresso no mestrado, e ao funcionário Eduardo, pela assistência e atenção durante o curso.

À todos os afetos que construí durante esses dois anos de mestrado, por todo o incentivo para continuar nessa caminhada.

“Fazer a transição do silêncio para a fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que se levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento. Esse ato de fala, de “erguer a voz”, não é um mero gesto de palavras vazias: é uma experiência de nossa transição de objeto para sujeito – a voz liberta” (hooks, 2019, p.38).

RESUMO

A pesquisa apresentada traz resultados de uma investigação bibliográfica e de campo, do Programa de Pós - Graduação em Geografia - PPGEO, da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, campus Recife, em nível de mestrado, em parceria com o Grupo de Pesquisa em Geografias Negras e Indígenas - GENÍ e o Laboratório de Estudos sobre o Espaço, Cultura e Política - LECgeo. Pensando em como as diversas violências sofridas por mulheres negras dentro da academia estão atreladas ao gênero, raça e classe, e contribuem para que o racismo, sexismo e capitalismo se fortaleçam enquanto fonte de manutenção para condições estruturantes das relações sociais, o principal objetivo deste trabalho é analisar e refletir, a partir das narrativas, as trajetórias socioespaciais de estudantes negras do curso de Geografia da Universidade Regional do Cariri - URCA, em Crato - Ceará, compreendendo em que medida a discriminação da gênero e de raça afeta corporal e territorialmente suas vidas, considerando suas relações sociais e dimensões espaciais tomadas, principalmente, a partir do acesso à universidade e seus mecanismos construídos para o enfrentamento ao racismo e sexismo dentro desses espaços. Metodologicamente, o estudo se amparou nas “escrevivências”, de Conceição Evaristo, e no “desde dentro”, de Geny Guimarães, a partir das próprias narrativas de mulheres negras. Como parte dos resultados, constatou-se que o perfil do corpo discente da universidade vem mudando significativamente. Em sua maioria, está composta por pessoas negras, o que é um avanço e resposta, principalmente às políticas de ação afirmativas, como, por exemplo, a Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas. Apontando para a importância de manutenção de políticas voltadas para essa população, como forma de integrar na sociedade, grupos que historicamente foram afastados e apagados da história do Brasil. Reforço também a importância do papel dos movimentos sociais nesse processo de inserção e permanência dessas mulheres nos espaços apontados, trazendo também a relevância da construção de novas metodologias e novos métodos dentro da geografia, especificamente, no campos das geografias negras.

Palavras-chave: Mulheres negras; Narrativas; Trajetórias socioespaciais; Universidade; Geografia.

ABSTRACT

The research presented brings results from a bibliographic and field investigation, from the Postgraduate Program in Geography - PPGEO, of the Federal University of Pernambuco - UFPE, Recife campus, at the master's level, in partnership with the Research Group on Black and Indigenous Geographies - GENÍ and the Laboratory of Studies on Space, Culture and Politics - LECgeo. Considering how the various forms of violence suffered by black women in academia are linked to gender, race and class, and contribute to the strengthening of racism, sexism and capitalism as a source of maintenance for the structuring conditions of social relations, the main objective of this work is to analyze and reflect, based on narratives, the socio-spatial trajectories of black female students in the Geography course at the Regional University of Cariri - URCA, in Crato - Ceará, understanding to what extent gender and race discrimination affects their lives physically and territorially, considering their social relations and spatial dimensions taken mainly from access to the university and its mechanisms built to confront racism and sexism within these spaces. Methodologically, the study was supported by Conceição Evaristo's “escrevivências” and Geny Guimarães' “desde dentro” (from within), based on the narratives of black women themselves. As part of the results, it was found that the profile of the university's student body has been changing significantly. The majority of the population is made up of black people, which is a step forward and a response, especially to affirmative action policies, such as Law No. 12,711/2012, known as the Quota Law. This highlights the importance of maintaining policies aimed at this population, as a way of integrating groups that have historically been excluded and erased from Brazil's history into society. I also emphasize the importance of the role of social movements in this process of inclusion and permanence of these women in the spaces indicated, also highlighting the relevance of the construction of new methodologies and new methods within geography, specifically in the field of black geographies.

Keywords: Black women; Narratives; Socio-spatial trajectories; University; Geography.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1:	Mapa de localização do município do Crato – Ceará
Mapa 2:	Mapa de localização da Universidade Regional do Cariri – URCA

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Quantidade de discentes por cor/raça 2016-2022
Quadro 2:	Quantidade de discentes por gênero 2016-2022

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
URCA	Universidade Regional do Cariri
COVID	Coronavírus
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
GENÍ	Grupo de Pesquisa e Estudo em Geografias Negras e Indígenas
LECGEO	Laboratório de Estudos sobre o Espaço, Cultura e Política
IC	Iniciação Científica
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
PROPLAN	Pró-reitoria de Planejamento e Avaliação
IBGE	Instituto Brasileira de Geografia e Estatística

PNALD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 17
INTRODUÇÃO..... 20
1 ENTRE IDAS E VINDAS, CAMINHANDO. ENTRE O ESPAÇO E O TEMPO, CONSTRUINDO MINHAS ESCREVIVÊNCIAS DESDE DENTRO..... 34
1.1 COVID-19 E A POPULAÇÃO NEGRA: OS REFLEXOS DO RACISMO DIANTE DE UMA DAS PIORES CRISES SANITÁRIAS DO MUNDO A PARTIR DA MINHA ESCREVIVÊNCIA PRETA..... 48
2 DO SUJEITO AO LUGAR: OS SENTIDOS E CONCRETUDES DAS TRAJETÓRIAS SOCIOESPACIAIS..... 55
2.1 “O QUE ME FEZ QUERER DESISTIR DO ENSINO SUPERIOR”.....63
2.2 “O QUE ME FEZ QUERER PERMANECER NA UNIVERSIDADE”.....65
2.3 “OS PASSOS DESSA TRAJETÓRIA, SEUS PRESSUPOSTOS E DESDOBRAMENTOS”..... 68
3 “O PALCO DA NOSSA HISTÓRIA, EM QUE SE ENCONTRAM AS COISAS, OS OUTROS E A NÓS MESMOS”: LUGAR COMO REFERÊNCIA SOCIOESPACIAL..... 75
3.1 A IDENTIDADE COMO PROCESSO DE METAMORFOSE A PARTIR DA CORPOREIDADE NEGRA..... 79
CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 97
REFERÊNCIAS..... 104
APÊNDICES..... 109

APRESENTAÇÃO

Me chamo Susana Dainara Terto de Oliveira, sou graduada, mestra e doutoranda em geografia, tenho 29 anos, natural de Santana do Cariri, Sul do Ceará. Sou uma mulher negra/preta, de olhos pretos, cabelos crespos pretos e 1.62 de altura, apresentada na imagem 1 a seguir:

Imagem 1: Características físicas da autora.

Fonte: Autora (2023)

Criada no município de Santana do Cariri, no estado do Ceará, tenho dois irmãos e sou filha de uma mulher negra, que se chama Gecilê Paz de Oliveira, tem 53 anos, agricultora e empregada doméstica. Concluiu seu ensino médio em escola pública e sempre teve o sonho de ver seus filhos formados em um ensino superior. Sempre batalhou para que isso acontecesse, e cá estou eu. Meu pai, José Rodrigues Terto *(In memoriam),* morreu aos seus 54 anos, homem negro e agricultor.

Sou graduada em licenciatura de geografia, pela Universidade Regional do Cariri - URCA, em Crato, no Ceará; mestra em geografia, pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, em Recife, no Pernambuco; e doutoranda em geografia, pela Universidade Federal de Goiás - UFG, em Goiânia, no Goiás. Me formei em licenciatura no ano de 2021, e logo após, ingressei no mestrado, em 2022. Concluí o mestrado no início de 2024, e no mesmo ano ingressei no doutorado.

Desde a graduação tenho me dedicado a questões de gênero e raça dentro da geografia no meu trabalho de pesquisa, mais especificamente com mulheres negras. Metodologicamente, me empenho em desenvolver minha pesquisa a partir das “escrevivências”, de Conceição Evaristo, e do “desde dentro”, de Geny Guimarães. Procurando me justificar a partir do que eu enxergo como minha trajetória individual dentro da academia, venho construindo esta pesquisa juntamente com outras mulheres negras, para que elas se sintam, principalmente, como parte fundamental deste trabalho.

Trago como parte central nas minhas discussões a minha trajetória de vida, tanto acadêmica quanto pessoal, acreditando que os dilemas e acontecimentos da vida pessoal, influenciaram e continuam influenciando grande parte da minha trajetória acadêmica e profissional. Como professora e pesquisadora, acredito que, pela significância e relevância desta pesquisa para mulheres negras, principalmente, não é possível caminhar ao lado da neutralidade no desenrolar desta pesquisa, que é científica. A produção da minha escrita é voltada para mulheres negras e é feita, principalmente, por mulheres negras.

Apesar de ter enfrentado um grande dilema na minha trajetória acadêmica, hoje consigo me enxergar com convicção dentro da geografia. Não consigo me enxergar em outra área. No momento em que encerrei o ciclo do mestrado, já sabia que queria dar continuidade a minha pesquisa, principalmente, dentro da geografia e em um doutorado. Vejo o doutorado como uma oportunidade não só de me mostrar para o mundo e dizer: ‘Olha eu aqui, eu sou capaz, sim’, mas também como uma ponte para que outras mulheres se enxerguem no mesmo

lugar e além. Vejo esta pesquisa como uma forma de compartilhar histórias e vida com outras mulheres negras, e como forma de incentivá-las a interromper também com o silêncio.

INTRODUÇÃO

Ao adentrarmos na temática de pesquisa sobre a situação de mulheres negras nas universidades brasileiras, sabemos que ainda ocorre um movimento de ocupação desses espaços por essas sujeitas tendo em vista o histórico de acesso possibilitado estruturalmente para pessoas brancas, provocando também uma influência nos debates intelectuais e nas lutas anti-racistas a medida que cresce o movimento negro na base acadêmica. Em termos legais, esse movimento foi impulsionado pela política de ações afirmativas, conjunto de ações que buscam combater e reduzir as desigualdades históricas da nossa sociedade.

Dentro desse conjunto de ações, podemos destacar a Lei n° 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas. A existência da Lei de Cotas é a resposta a muitos anos de luta popular, principalmente dos movimentos negros e de mulheres negras, por um acesso a uma educação de qualidade. Isso envolve a inclusão da temática racial em documentos oficiais, como a Constituição de 1988, com o comprometimento do Brasil com políticas reparatórias, para que sejam revertidas muitas décadas de desigualdades raciais no país.

A implementação da Lei nº 12.711/2012 tem tido mudanças significativas, tanto no que se refere ao perfil de estudantes ingressantes no ensino superior, como também no desempenho das instituições públicas de ensino e na imposição para modificação e ampliação de epistemologias dentro desses espaços. Acredito que de início, houve uma certa fragilidade na efetivação das condições da Lei nº 12.711/2012, como ainda há. Estou me referindo a um sistema que foi implementado de uma forma frágil e suscetível a fraudes, e que por muito tempo permaneceu assim até que as comissões de heteroidentificação fossem implementadas nas instituições, outro passo para uma efetivação plena de uma política pública reparatória para uma população que está há séculos submetida a uma marginalização e segregação impostas por uma minoria branca colonizadora.

Mas, para além da lei de cotas, é importante pensarmos no conjunto de ações afirmativas como parte fundamental para essa mudança nas universidades, e entendermos que a lei de cotas faz parte de um conjunto maior de ações que buscam uma transformação social em sua plenitude, como por exemplo, a política

de permanência, caracterizada pelas bolsas de pesquisa, estágio ou docência, ofertadas nos cursos de graduação e pós-graduação do ensino superior brasileiro.

De acordo com estudo realizado pela pesquisadora Tatiana Silva (2020), sobre a população negra e as ações afirmativas na educação superior, com base em dados a partir do Censo da Educação realizado pelo INEP, constatou-se que existe uma tendência de mudança no perfil de ingressantes na educação superior com a participação maior de mulheres negras. Dos ingressantes do ano de 2017, segundo o estudo, “29,3% foram mulheres negras, seguidas de 28% de mulheres brancas e 22,4% e 19,6% de homens brancos e negros, respectivamente.” (Silva, 2020). Em termos de rede pública de ensino superior, as mulheres negras representaram o maior grupo de ingressantes em 2017. Um cenário que se desenha de maneira promissora rumo a mudança da paisagem corporificada dos espaços de ensino e produção de conhecimento acadêmico, embora ainda necessite de um tempo de caminhada para superar a sub-representação da população negra entre o segmento que completou ensino superior, pois:

> Em 2017, a população negra correspondia ainda a apenas 32% das pessoas com ensino superior concluído, em contraste com 55,4% de participação na população total. Embora tenham elevado a participação recente, mulheres negras com ensino superior completo ainda são praticamente metade do contingente de mulheres brancas nessa condição. Ademais, considerando a população com 25 anos ou mais, apenas 9,3% dos negros têm ensino superior completo, enquanto este é o maior nível de instrução para 22,9% da população branca (Silva, 2020, p 23).

Isso nos mostra que apesar do aumento da população negra no ensino superior, ainda há fatores que a coloca em um lugar de sub representação nesses espaços, que causam feridas no coração, na mente, corpo e espírito (hooks, 2023), apontando para uma necessidade não só do fortalecimento das políticas públicas de ações afirmativas para o ingresso dessa população, mas também do fortalecimento e formulação dessas políticas voltadas para a sua permanência e incentivo a pesquisa. Como destaca Cida Bento em “O pacto da branquitude”, “entre os desdobramentos dessa luta, muitas mudanças vêm ocorrendo. embora nem no ritmo nem na amplitude que gostaríamos”(2022, p.86), mas, há uma provocação para que a sociedade pense sobre novas possibilidades nas relações sociais.

A partir de uma busca feita no catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, foi possível filtrar termos específicos a este estudo, para que assim, pudéssemos analisar se estão sendo realizadas pesquisas nessa área temática. Considerando as informações, em um recorte temporal de 2002 a 2024, 40 pesquisas gerais foram encontradas a partir do termo “trajetórias socioespaciais”, considerando o recorte da área do conhecimento “geografia”, foram encontradas 10 pesquisas. Entre as 10 pesquisas da área de geografia que contemplam a questão das trajetórias socioespaciais, 3 trataram sobre a questão negra em espaços de ensino formal.

Este fenômeno recente de acesso intensificado de pessoas negras ao espaço das universidades vem acompanhado do interesse de pesquisadores em analisar o movimento por diversas perspectivas. De acordo com Germano e Costa (2017, p.4), as mulheres estão sendo representadas em maioria dentro das universidades, porém, a quantidade não significa que haja ausência de dificuldades em suas trajetórias acadêmicas. Segundo Nogueira (2018), podemos enxergar o racismo não só como resultado de um passado colonial violento, mas também como parte estruturante da sociedade de classes. De acordo com a autora, “não há dúvida no papel da classe social na distribuição da população negra no espaço, mas é indispensável a discussão a partir da raça/etnia para compreender a permanência dessa população nestes espaços” (Nogueira, 2018, p. 207).

As diversas violências sofridas por esta população estão atreladas ao gênero, raça e classe, e contribuem para que o racismo, sexismo e capitalismo se fortaleçam enquanto fonte de manutenção para condições estruturantes das relações sociais, pois “os negros e, especificamente a mulher negra, vivenciam no seu cotidiano as manifestações explícitas e implícitas do preconceito e da discriminação, seja no trabalho, na mídia, na afetividade e em outras instâncias” (Souza; Ratts, 2006, p.3), como no meio acadêmico, na pesquisa científica. Essas manifestações acarretam em alguns comportamentos específicos da mulher negra, em relação a determinados espaços e lugares.

De acordo com Ferreira et al. (2022), esses marcadores sociais de raça e gênero delimitam determinados espaços e, por isso, se deve considerar a dimensão espacial das relações raciais e de gênero. Isso significa que essa dimensão de espaço, ou espacialização, reflete nas diferentes formas em que o espaço se configura a partir das demarcações dos lugares feitas por homens e mulheres e/ou brancos e negros, considerando que mulheres negras enfrentam efeitos tanto do racismo quanto do sexismo. E essa é uma realidade que também é refletida dentro das instituições de ensino, públicas e privadas, principalmente na forma em que esses espaços contribuem na produção e reprodução das desigualdades raciais e de gênero através da hierarquização do campo científico, privilegiando saberes e conhecimentos eurocêntricos.

Dentro da ciência geográfica, a partir de um levantamento bibliográfico sobre a questão colocada em pauta, percebemos o uso recorrente da categoria “trajetórias socioespaciais”, a partir de trabalhos produzidos por geógrafos que estão referenciados neste trabalho, como por exemplo, o Prof.º Dr.º Alex Ratts; a Prof.ª Dr.ª Lorena Francisco de Souza; o Prof.º Dr.º Diogo Marçal Cirqueira; a Prof.ª Dr.ª Mariza Fernandes dos Santos; entre outros. Pressupondo que “as trajetórias são grafias espaciais, realizadas a partir da corporeidade, da forma como os corpos se inscrevem e traçam seus caminhos pelo mundo” (Azevedo; Sacramento, 2022, p.57), esta pesquisa teve como objetivo geral analisar e refletir as trajetórias socioespaciais de estudantes negras do curso de Geografia da Universidade Regional do Cariri - URCA a partir de suas narrativas, considerando suas relações sociais e dimensões espaciais tomadas a partir do acesso à universidade, bem como, compreender em que medida a discriminação de gênero e raça afetaram corporal e territorialmente suas vidas. De forma específica propomos analisar pesquisas na Geografia que se inserem no campo científico voltado para questões étnico-raciais e de gênero, com destaque nas trajetórias socioespaciais; explorar como a discriminação de gênero e raça trabalha de forma interseccional no que se refere as vivências de mulheres negras; e, considerar que o corpo pode se modificar a partir de ações externas a ele, discutindo-o como espaço geográfico.

Para isso, a pesquisa se amparou numa abordagem qualitativa, trilhando caminhos - levantamento bibliográfico e entrevistas semiestruturadas -, que nos permitiram fazer esta análise a partir das próprias narrativas das mulheres, considerando as suas experiências individuais em lugares que vivem em coletivo.

> As metodologias podem ser pensadas como se fossem rios: caminhos que correm e podem ser sinuosos ou retilíneos, perenes ou cheios, calmos ou profundos, e que podem também achar outros rios, encontrando em sua foz um mar de possibilidades. Assim são as narrativas: histórias que seguem em seu curso segredos, memórias e encantos a cada rolar de pedra, em cada curva (Azevedo; Sacramento, 2022, p.56).

Neste sentido, é importante dizer que, nós, mulheres negras, não estamos sendo apresentadas como objeto de pesquisa, e sim como sujeitos criadores de conhecimento, pois, “nós, mulheres, não somos apenas fonte de conhecimento sobre nossa condição; muito mais: somos agentes de conhecimento” (Silva, 1998). E é nesse movimento feito no sentido de deixarmos de ser objeto para sermos sujeitos” (Silva, 1988), que nos constituímos e libertamos as nossas vozes. Em alguns momentos, mulheres negras serão trazidas aqui a partir do termo “sujeito”, justamente para dialogar com a discussão acerca da transição de objeto para sujeito.

A proposta é de dialogar com autoras e autores e narrativas, tanto na geografia, como em outras áreas, trabalhando de forma interdisciplinar; na análise de produção dentro da educação (Cirqueira, 2009); na conceituação de “trajetórias socioespaciais” como fator que envolve a história de vida dos indivíduos e suas experiências (Cirqueira, 2008); na relação existente entre raça, gênero e espaço (Souza; Ratts, 2009); no atravessamento das categorias gênero, raça e classe em Racismo e Sexismo, a partir de Lélia Gonzalez (1984), já trazendo a ideia de interseccionalidade, mesmo sem intitular; na interação entre raça, classe e gênero, denominando uma perspectiva interseccional (Crenshaw, 2002, Collins, 2021); no fracasso do feminismo ocidental em se aproximar da realidade de mulheres negras (Kilomba, 2019); na compreensão sobre seus corpos e suas manifestações espaciais (Campos; Silva, 2021); bem como outros caminhos e narrativas que possam contribuir para uma base sólida de conhecimentos.

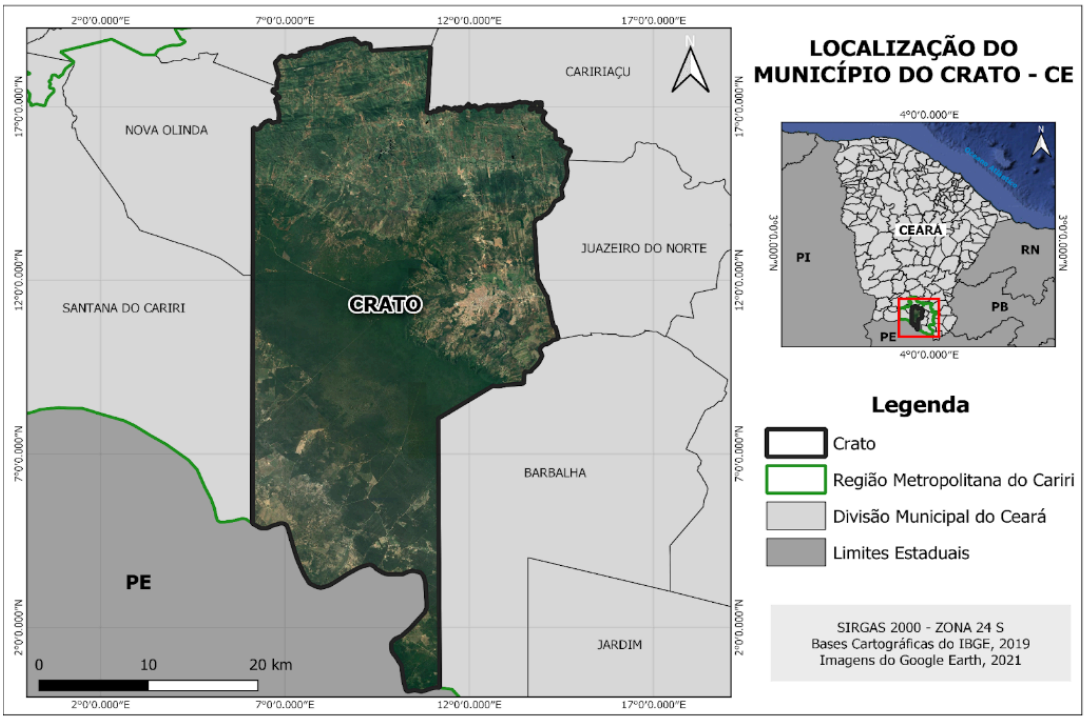
O entrecruzamento e semelhanças, apesar das subjetividades, de histórias de vida - percursos formativos e profissionais, deslocamentos, lugares percorridos e espaços ocupados/significados - tecem o meu interesse em construir essa discussão acerca das trajetórias socioespaciais a partir de narrativas trazidas por mulheres estudantes negras, que será dialogado no tópico a seguir, denominado de “Entre idas e vindas, caminhando. Entre o espaço e o tempo, construindo minhas escrevivências”. Geny Guimarães (2015) considera um ato de extrema importância quando estudos voltados para questões raciais, são protagonizados por pesquisadores negros, pois, segundo ela, dessa forma há uma subjetividade e, consequentemente, um sentimento de pertencimento diante do que se pesquisa.

Essas questões acima mencionadas se dão a partir de uma demanda de reformulação de abordagens geográficas no ensino e na pesquisa, principalmente no que se refere às Geografias Negras e às relações étnico-raciais, criando novas perspectivas para se trabalhar a ciência geográfica. De acordo com Cirqueira et al. (2020), é possível perceber as Geografias Negras como uma forma de se trabalhar e instigar o protagonismo de geógrafas/os negras/os, procurando debater e rever métodos e metodologias a partir das relações étnico-raciais, na intenção de causar um desmantelamento das estruturas do racismo.

Para nos localizarmos geograficamente, me proponho aqui em fazer uma descrição detalhada do lugar escolhido por mim, enquanto pesquisadora, para desenvolvimento do estudo.

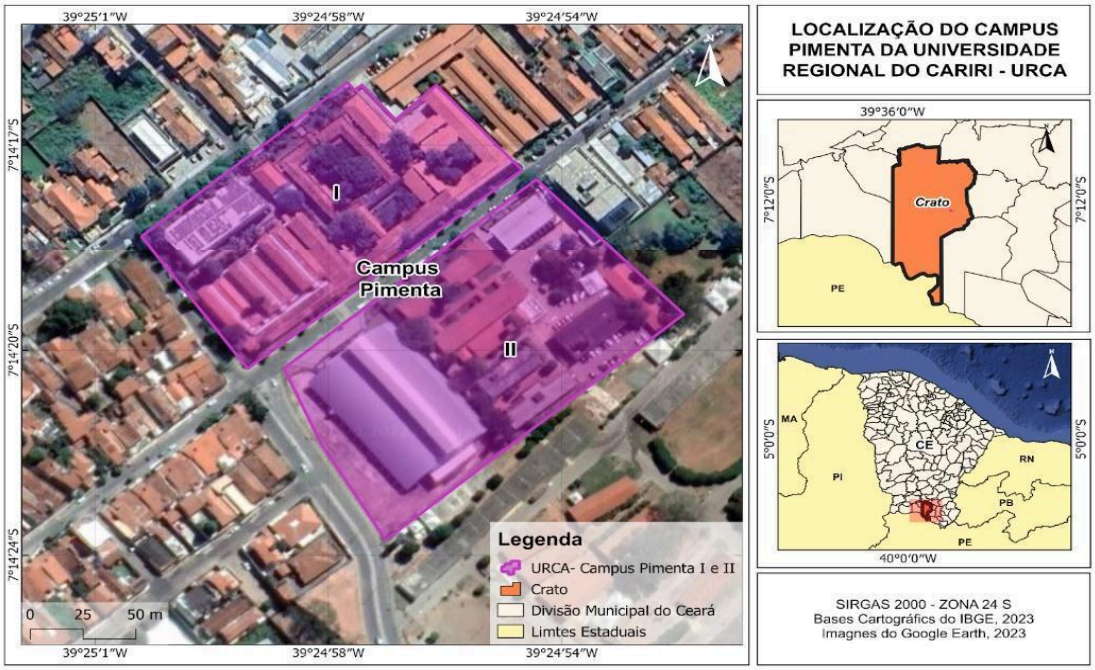
A pesquisa de campo foi realizada no curso de licenciatura em Geografia do campus Pimenta da Universidade Regional do Cariri - URCA, em Crato, localizado ao sul do Ceará. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o município se estende por 1.138 km2 e conta com 131.050 habitantes, com densidade demográfica de 115,14 hab/km2, e está situado a Norte-Oeste de Juazeiro do Norte, terra de “meu padim padre Cícero”. Veja na figura 1 a localização do município de Crato, e logo em seguida, na figura 2, a localização da URCA:

Figura 1: Mapa de Localização do Município do Crato - CE



Fonte: Vinícius Luna (2023)

Figura 2: Mapa de Localização da URCA



Fonte: Vinícius Luna (2023)

Fazendo uso de uma perspectiva interseccional como ferramenta metodológica de análise da produção das opressões de raça e gênero, o estudo se amparou metodologicamente nas “escrevivências” de Conceição Evaristo (2018). Com base em um método qualitativo, e para auxiliar no alcance dos objetivos propostos, principalmente no que se refere à pesquisa de campo, houve comprometimento com a realização de entrevistas semiestruturadas de forma individual, trazendo questões previamente estabelecidas, mas permitindo que a pesquisadora tenha autonomia para conduzi-las conforme necessidade. Ou seja, utiliza-se um roteiro prévio para realização das entrevistas, onde há uma flexibilidade em um possível desvio deste roteiro caso haja necessidade.

Entre todas as preocupações referentes à construção do roteiro prévio, destaco a necessidade de um planejamento elaborado com base no alcance dos objetivos pretendidos na proposta, bem como a adequação da sequência de perguntas e linguagem do mesmo. De acordo com Triviños (1987), uma das principais características das entrevistas semiestruturadas está apoiada em questionamentos sobre teorias e hipóteses que estejam voltados para o tema do que se pretende pesquisar. A partir desses questionamentos e da resposta a eles, vão surgindo novas hipóteses no decorrer da pesquisa.

É importante perceber que esse é um processo de construção de conhecimento que é baseado também nessa relação entre dois atores na pesquisa: o sujeito pesquisador e o sujeito participante. Contudo, é necessário tomar os devidos cuidados para que não haja nenhuma influência por parte da pesquisadora no discurso das entrevistadas e não comprometa a veracidade da pesquisa. Manzini (2012) afirma que é necessário o planejamento de questões que contribuam para alcançar os objetivos pretendidos, por isso é essencial a elaboração do roteiro de entrevista com perguntas adequadas ao assunto abordado, complementadas com outras questões inerentes às circunstâncias do momento das entrevistas, considerando a possibilidade de surgimento de novas informações de forma espontânea e o não condicionamento a uma padronização de respostas.

O método de entrevistas semiestruturadas que aqui é utilizado, nos fornece uma análise e compreensão sobre a ligação que existe entre histórias individuais e coletivas, significando um estabelecimento de uma relação entre trajetórias individuais e coletivas das participantes da pesquisa, apoiando-se também na análise documental para fins de embasamento teórico.

Considerando que está evidente o método utilizado para realização da pesquisa de campo, é necessário explicar de que forma se chega até a amostragem de participantes do estudo. A abordagem utilizada é denominada de “amostragem em bola de neve”, que é executada por indicação e é útil para estudar grupos e fenômenos de difícil acesso, assim como coletar dados não probabilísticos.

> A execução da amostragem em bola de neve se constrói da seguinte maneira: para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como sementes, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral. Isso acontece porque uma amostra probabilística inicial é impossível ou impraticável, e assim as sementes ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a tatear o grupo a ser pesquisado. Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja do interesse do pesquisador (Vinuto, 2014, p. 203).

Segundo Vinuto (2014), há vários fatores que implicam na escolha de participantes de uma pesquisa e eles não são escolhidos ao acaso, mas sim a partir de características específicas pré estabelecidas pelos responsáveis do estudo, e que precisam ser verificadas a cada indicação, “além disso, pessoas indicadas não necessariamente aceitarão fazer parte da pesquisa” (Vinuto, 2014, p. 205).

A abordagem interseccional nos traz uma compreensão maior sobre as desigualdades e a sobreposição de opressões e discriminações existentes na sociedade. É considerada uma importante ferramenta de análise para pensarmos as relações sociais, como por exemplo, de gênero, raça e classe, pois é necessário o reconhecimento de que essas desigualdades, muitas vezes, são perpassadas por uma série de outras formas de subordinação. Isso significa que

as relações de gênero são vivenciadas de forma diferente quando acrescentada a questão de raça, por isso que a interseccionalidade:

> É utilizada como uma ferramenta analítica, onde pode-se pensar sobre ela como uma lente que possibilita enxergar os sistemas de opressão, do mesmo modo que revela as estruturas que a sociedade está baseada e como as relações sociais foram formuladas. Isto é, a perspectiva interseccional propicia uma visualização do corpo social que não compreende a desigualdade social somente através da classe, contemplando que as suas composições também envolvem outros determinantes, como os de raça e gênero (Melo, 2022, p.34).

Essa vertente considera gênero, raça e classe como categorias que, entrelaçadas, constroem hierarquias forjadas na forma em que se organiza a sociedade, onde o racismo é lido como um sistema de exploração a que todas as pessoas negras estão submetidas e mostra também que não há uma hierarquia de opressões, ou seja, não há prioridade de uma opressão sobre a outra. Além disso, a interseccionalidade nos permite enxergar vivências e realidades que foram invisibilizadas pelas estruturas de poder, possibilitando uma maior compreensão sobre como essas relações de poder, acerca de raça, classe e gênero, por exemplo, não podem se apresentar como categorias distintas. Collins e Bilge (2021), em *Interseccionalidade,* complementam essa ideia de que essas categorias se sobrepõe e manifestam de forma unificada, trazendo consequências, portanto, para todos os aspectos da convivência dos sujeitos em sociedade.

Nesse sentido, procuro o entendimento acerca das dinâmicas que envolvem a identidade negra, o impacto do colonialismo, do sexismo e o patriarcado na vida de mulheres negras que vivem à margem da sociedade, na base da pirâmide social.

Optamos pela entrevista semi estruturada, que “consiste em uma técnica em que o pesquisador se apresenta em frente ao entrevistado para realizar perguntas para obtenção de dados que irão subsidiar a investigação” (Silva et al., 2022, p.136). Com base nos procedimentos metodológicos escolhidos, tanto para amostragem de participantes como para coleta de dados, foi realizado um levantamento bibliográfico prévio e a coleta de dados em campo, caracterizada pelas entrevistas semi estruturadas, onde foram entrevistadas 6 estudantes do

curso de Geografia, do 5º ao 9º semestre, de todos os turnos, da Universidade Regional do Cariri - URCA, no ano de 2023. Todas elas auto declaradamente negras, com idade entre 18 e 24 anos e lugares de morada na região do Cariri Cearense, dividido entre os municípios de Santana do Cariri, Nova Olinda, Crato, Juazeiro do Norte, Barro e Barbalha; e realizadas de forma remota através da Plataforma WhatsApp[1], com duração em média de 2 horas por entrevista. A escolha da plataforma como meio para realização das entrevistas se deu em comum acordo com as participantes da pesquisa a partir de condições e disponibilidade oferecidas pelas mesmas.

Por questões de sigilo na ética da pesquisa, optamos por identificá-las com os nomes de mulheres negras que na historiografia brasileiras são consideradas símbolos de luta e resistência. Entre elas estão: Carolina Maria de Jesus, Dandara, Tereza de Benguela, Nzinga, Maria Firmino do Reis e Antonieta de Barros.

No decorrer das entrevistas, todas elas produziram diálogos bastante ricos e adentraram em muitos aspectos de suas vidas, pessoais e profissionais. Era isso que eu desejava. Sendo assim, em algum momento, elas trouxeram palavras, sentimentos, e até adjetivos que expressassem e representassem toda sua trajetória enquanto mulher negra dentro da academia até aquele momento. A minha produção a partir da ação de escolha dos nomes fictícios para as participantes se deu a partir desses sentimentos subjetivos compartilhados por elas.

O primeiro contato com as participantes se deu por consequência da minha trajetória no curso de Geografia da Urca. A minha interação com elas foi facilitada por meio de pessoas que eu conheci na graduação, e também por meio da coordenação do curso. A minha primeira ida à campo se caracterizou por uma participação, de forma presencial, em um Grupo de Estudos do curso de Geografia sobre gênero. Onde eu pude perceber uma aproximação de mulheres

[1] **WhatsApp** é um aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz e vídeo para *smartphones*. Além de mensagens de texto, os usuários podem enviar imagens, vídeos e documentos em PDF, além de fazer ligações grátis por meio de uma conexão com a *internet*.

negras, considerando que é o primeiro grupo dentro do curso a falar sobre essas temáticas, e mesmo que não esteja diretamente ligado às pautas raciais, há um diálogo sobre, até mesmo pelo fato de estar composto também por estudantes negras, e é uma forma que elas encontraram para sentir acolhimento, principalmente por parte de outras estudantes negras.

Após o primeiro contato com as participantes, que ocorreu de forma remota pela mesma plataforma de realização das entrevistas, foi apresentado um resumo geral da pesquisa, bem como toda questão ética e profissional do estudo. Com os aceites e acordos finalizados, partimos para a coleta de dados, a realização das entrevistas semiestruturadas. De início, esse primeiro contato aconteceu com o departamento do curso, como forma de informar sobre a pesquisa e pedir autorização para realização da coleta de dados, e logo em seguida, indicaram-me alguns possíveis nomes para participação. Entrei em contato com a primeira pessoa, que prontamente aceitou participar. De acordo com o desenrolar de cada entrevista, pedi que me indicassem nomes para também contribuírem com a pesquisa.

Desenvolver esse diálogo através da plataforma WhatsApp, me trouxe grandes desafios, considerando que no decorrer da entrevista seria necessário construir uma relação com as entrevistadas. Pensando nisso, é importante destacar que o que fizemos aqui foi pedir para que essas mulheres compartilhassem um pouco de suas histórias de vida, e para isso, foi necessário deixá-las confortáveis, pois nem sempre, como mulheres negras, temos histórias bonitas para contar. Falar sobre gênero, já é difícil, mas falar sobre gênero e raça, é necessário coragem, porque é justamente aqui onde acesso dores e traumas de situações que vivi enquanto uma criança, adolescente e mulher negra. Porém, acredito que, apesar da dor, é o momento de erguer a voz (como nos indica bell hooks) e abrir caminhos para que outras mulheres negras possam, verdadeiramente, se enxergarem como protagonistas das suas histórias, como bem dialoga em sua dissertação de mestrado, a professora Lorena Souza, quando diz que:

> Falar sobre gênero requer cautela e firmeza. Falar sobre raça e gênero requer coragem e ousadia. Infelizmente no país da suposta democracia

> racial, escrever sobre desigualdade entre mulheres negras e brancas é considerado, muitas vezes, uma ação desnecessária, posto que se trata de uma questão inexistente. Para mim, relatar e estudar tais desigualdades é apreender a voz de tantas mulheres negras que jamais ousaram colocar-se como protagonistas de uma história em que sempre foram consideradas inferiores, reproduzida sem o menor remorso por parte de seus locutores (Souza, 2007, p.14).

Pensando que, nossas histórias, em muitos aspectos, são um tanto quanto dolorosas, a noção de que poderia surgir, em algum momento, um desconforto durante a realização das entrevistas já estava sendo analisada. Quando foi expressado por uma das participantes o medo e a insegurança em responder as perguntas de forma presencial, a possibilidade de realizar as entrevistas de forma remota tornou-se uma realidade. Além desse critério, existem outras questões que me levaram a essa escolha, como por exemplo, o fato de que todas as mulheres entrevistadas moram em locais diferentes umas das outras, o que também dificultou para que, pessoalmente, pudesse chegar até elas.

Em decorrência da pandemia do Covid-19[2], entre os anos de 2019 e 2020, a sociedade precisou adaptar-se a novas formas de viver, e umas delas, acredito que a principal, foi o distanciamento social, medida que acarretou em muitas modificações nas relações sociais. Se tratando da pesquisa científica, os procedimentos metodológicos também precisaram passar por devidas alterações, como as entrevistas, que:

> […] eram realizadas em um ambiente único, onde pesquisador e pesquisado durante alguns momentos dividiam uma conversa e troca de informação, com o afastamento social o ambiente comum tornou-se o virtual e as pessoas envolvidas na pesquisa se encontravam por meio de ferramentas de videochamada, através das quais era realizado o diálogo (Oliveira et al., 2022, n.p).

Pensando no contexto pandêmico e em como herdamos muitas consequências no pós-pandemia, foi necessário também considerar adaptações a partir dessa nova realidade, e abrir para novas possibilidades metodológicas, foi

[2] A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. O SARS-CoV-2 é um betacoronavírus descoberto em amostras de lavado broncoalveolar obtidas de pacientes com pneumonia de causa desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019. Pertence ao subgênero Sarbecovírus da família Coronaviridae e é o sétimo coronavírus conhecido a infectar seres humanos (BRASIL, 2024).

um dos caminhos facilitadores para que chegássemos até os resultados da pesquisa.

A partir da análise das narrativas, traçamos algumas categorias como linhas interpretativas diante do que foi exposto nas narrativas durante as entrevistas. Nesse sentido, destacamos as categorias em que nos apoiamos para construção da interpretação dos dados: família, ser mulher negra, ingresso e permanência da universidade e perspectivas científicas.

Considerando que, na pesquisa qualitativa existem realidades diversas e subjetividades, as experiências e percepções que aqui serão descritas são consideradas de extrema importância para o desenvolvimento desta pesquisa, em termos ontológicos e epistemológicos. Há quem diga que estudos científicos não podem ser baseados em subjetividades, pois invalidaria seus resultados. Mas, estando ciente de que como pesquisadora negra e construtora de significados junto com as participantes do estudo, acredito que não há como evitar ou controlar totalmente as subjetividades, principalmente porque trago aqui a minha história de vida refletida em muitas outras vidas.

Aproveitando o ensejo, apresento a estrutura desta dissertação da seguinte forma: Introdução; 1º capítulo – “Entre idas e vindas, caminhando. Entre o espaço e o tempo, construindo minhas escrevivências”, capítulo em que eu discorro sobre a minha trajetória de vida enquanto estudante negra da URCA; 2º capítulo – “Do sujeito ao lugar: Os sentidos e concretudes das trajetórias socioespaciais”, onde eu dou início ao diálogo acerca das trajetórias socioespaciais como categoria e onde se percebe um diálogo mais firme com os dados obtidos durante a pesquisa, incluindo as falas das entrevistadas; 3º capítulo – “Os passos dessa trajetória, seus pressupostos e desdobramentos”, trago o lugar como base para construção dessas trajetórias, incluindo a construção de identidade das mulheres negras; considerações finais e referências bibliográficas. O estudo foi desenvolvido dentro do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo, em nível de mestrado, da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, em parceria com o Laboratório de Estudos sobre o Espaço, Cultura e Política - LECgeo e o Grupo de Pesquisa e Estudo em Geografias Negras e Indígenas - GENÍ, vinculados ao Departamento

de Ciências Geográficas, utilizando como campo de pesquisa o curso de Geografia da Universidade Regional do Cariri - Urca, localizada em Crato, Sul do Ceará.

1 ENTRE IDAS E VINDAS, CAMINHANDO. ENTRE O ESPAÇO E O TEMPO, CONSTRUINDO MINHAS ESCREVIVÊNCIAS DESDE DENTRO

Evidencio a urgência na compreensão sobre pertencimento e identidade no decorrer das minhas vivências, principalmente no que se refere ao meu “lugar de fala” quando minhas histórias estão sendo narradas. Quem conta? Quem sabe mais da minha trajetória do que eu mesma que vivo e percorro? Digo que muitas pessoas contam, mas, poucas delas sabem, e aqui, eu narro as minhas *“*escrevivências*”*, perpassando minhas trajetórias vivenciadas enquanto pesquisadora e ultrapassando as discussões acadêmicas, o escrever aqui pode começar “desde dentro” (Guimarães, 2015), como uma forma de expressar o meu ser e estar no mundo e que traz uma representação de memórias e as marcas que resistem em nós. Quando são externadas de dentro para fora, mesmo as marcas mais apagadas, ressurgem, e as vozes mais silenciadas, são as que mais geram ecos (Guimarães, 2018), “pois aqui eu não sou a “outra”, mas sim eu própria. Não sou o objeto, mas o sujeito. Eu sou quem descreve minha própria história, e não quem é descrito" (Kilomba, 2019, p.27-28,). Grada Kilomba utiliza do termo “linguagem do trauma” para afirmar que pessoas negras, principalmente mulheres negras, se limitam na fala e expressão sobre experiências cotidianas de racismo, isso porque ele retira e violenta nossas identidades enquanto pessoas negras, afetando assim, nossas trajetórias socioespaciais.

Essas limitações denominam espaços e posições de marginalização e silêncio para o negro, simbolizando quem pode ou não falar, tornando-o “sujeito oprimido que não pode falar porque as estruturas da opressão não permitem que essas vozes sejam escutadas, tampouco proporciona um espaço para articulação das mesmas” (Kilomba, 2019, p.47), refletindo também na dificuldade que existe para que essas mulheres se expressem e até se movimentem em sociedade. Ainda refletindo sobre o pensamento de Grada Kilomba (2019, p.62), percebe-se que corpos brancos possuem essa capacidade de se movimentar em determinados espaços e ter uma passabilidade, e isso é resposta de uma marcação pré-determinada da branquitude que diz que eles estão no “lugar certo” e podem ser utilizados como “referência”. Já os corpos negros, são definidos a

partir do ponto de “referência”, e são marcados como “diferentes”. Isso é reflexo da “escravização, colonização e regimes racistas patriarcais” (Werneck, 2010, p.11) sob as nossas identidades.

Nossos corpos, enquanto corpos de pessoas negras, estão carregados de grafias/marcas deixadas pela escravização e interpretados a partir dessas marcas. “Eu sou visto, no meio, pelo meu corpo. Quem sabe o preconceito não virá do exame da minha individualidade, nem da minha cidadania, mas da percepção da minha corporalidade” (Santos, 1996/1997, p.135). A corporalidade, cidadania e individualidade são questões utilizadas por Milton Santos em seu texto “As cidadanias mutiladas” como alguns dos principais aspectos para se entender como se movimenta o racismo, a discriminação e o preconceito dentro da sociedade.

De acordo com Santos (1996/1997), a corporalidade, a partir de dados objetivos, está ligada a movimentação e localização; cidadania, composta por dados políticos, é um exercício e a capacidade de reivindicação de direitos, e a individualidade, que é construída a partir de dados subjetivos, é a nossa consciência, de nós e do mundo. A subjetividade está sendo levantada aqui como forma de analisar as trajetórias “de dentro para fora” (Guimarães, 2015).

O “desde dentro” (Guimarães, 2015), trazido aqui expressa uma relação entre a pesquisa e a pesquisadora, reforçando que o trabalho aqui apresentado “não começa na academia, começa desde dentro” (Guimarães, p.9, 2015). Na sua tese de doutorado, intitulada “Rio Negro de Janeiro: olhares geográficos de heranças negras e o racismo no processo-projeto patrimonial”, Geny Guimarães apresenta a expressão “desde dentro” interligada com o “desde bonga”, que é trazida como forma de representar e reforçar essa relação entre pesquisa e pesquisadora, pois o desde bonga” é apresentado como “apelido que Geny Ferreira Guimarães recebeu do pai ao nascer e que lhe acompanha até hoje”, se distanciando de uma neutralidade que, na maioria dos casos, é exigida na pesquisa científica.

> Neste caso, não caberia citar um apelido afetuoso da infância numa tese, mas o “desde dentro” relativiza esta condição com relação à origem do que se pesquisa, como e quem o faz porque inclui impressões individuais que possam ser apropriadas para as análises do coletivo ou grupo

> estudado. Talvez seja possível um total afastamento do objeto nas áreas de exatas, biológicas, mas será que é possível nos estudos de Ciências Sociais e Humanas? Fazemos parte do que estudamos. Assim, a subjetividade, o sentimento de pertencimento é inevitável diante de algumas temáticas: tanto para brancos quanto para negros (obviamente que existem outros, mas estes são os grupos raciais em questão nesta tese, assim como interseccionalidades com classe, gênero e sexualidade) (Guimarães, p.10, 2015).

Nesse sentido, "[o] estranhamento e o distanciamento, exigidos para se alcançar a suposta objetividade científica, comparecem como experiências controladas" (RATTS, 2007, p.19). Relatando que faço parte do que aqui investigo, reforço o reconhecimento da relevância dos resultados apresentados a partir:

> […] de uma academia brasileira majoritariamente masculina, heteronormativa, brancocentrada e eurocentrada, fato que contradiz a pluralidade e diversidade nacional e consequentemente se apresenta excludente, ou quando absorvidos os grupos antes excluídos é para somente figurarem em suas margens.

Considerando que a base para que esse estudo seja realizado é a história de vida de mulheres negras, como tal, quero contar minha trajetória e motivação para dar início a essa pesquisa que, considero falar de mim através das trajetórias das minhas semelhantes, pois são histórias que, apesar de subjetivas, se atravessam em diversos momentos. Por isso, quero não só me acolher como sujeito nesta pesquisa, mas estender esse acolhimento também às participantes, pois como sujeitos temos o direito de definir e narrar nossas próprias histórias, nos estabelecendo em nossas identidades (hooks, 2019) e fazendo com que nossas escritas sejam lidas e nossas vozes ouvidas.

Esta sessão é o que eu denomino de relato de experiência, e é construída a partir da minha vivência própria, da minha "escrevivência" (Evaristo, 2017). Aqui se faz necessário evidenciar que o termo "escrevivência" está totalmente ligado à produção escrita por e para pessoas negras, e que está "profundamente comprometida com a vida e com as vivências" (Evaristo, 2017). Escolhi descrevê-lo em 1.ª pessoa do singular, escrevendo sobre o meu próprio corpo como "estratégia para desconstruir uma posição pré-estabelecida para mim dentro da academia" (Kilomba, 2019, p.63), pois "enquanto escrevo, eu me torno a narradora e a escritora da minha própria realidade, a autora e a autoridade na minha própria história" (Kilomba, 2019, p.28), caminhando e trilhando os trajetos

da minha história de vida enquanto mulher negra universitária e o que me trouxe “de volta para a minha alma”, fazendo com que eu deseje esse atravessamento também para as minhas irmãs, mulheres negras, pois “eu entendi qual era a minha missão. A minha missão, cada vez que eu pegar uma caneta (...), é devolver a alma dos meus irmãos” (Principia, Emicida, faixa: 01: 2019).

Durante muito tempo, a história falou de mim, não como sujeito, e sim como objeto. Porém, eu quero ser o sujeito da minha trajetória e quero narrar as minhas vivências. Conceição Evaristo me ensinou que eu posso ser a “musa da minha própria história”, então eu serei! Esse ato de dar voz às minhas narrativas “é uma experiência de transição de objeto para sujeito - a voz liberta” (Hooks, 2019, p.38). E aqui eu cantarei, recitarei e farei arte com as minhas “escrevivências”, pois, como dizem os Racionais MCs, “Eu prefiro contar uma história real, então vou contar a minha. Daria um filme” (“Negro Drama”, Edy Rock / Mano Brown, faixa: 05: 2002).

Sou uma mulher, negra, de cabelos crespos e de estatura média. Me chamo Susana, mas era pra chamar de Antônia, e minha mãe nunca me deixou esquecer o porquê, eu havia nascido “laçada” ao cordão umbilical. O que isso quer dizer? Vou explicar. Segundo histórias contadas por minha mãe e minha avó, há um costume antigo no Nordeste, que atualmente tem se tornado menos comum, mas que quando nasci ainda era muito forte, principalmente dentro de famílias religiosas. Sempre que uma criança nascia “laçada” ao cordão umbilical, recebia nomes religiosos, como promessa para santos e forma de consagrar e proteger a criança. Segundo elas, fazendo isso, a criança estaria protegida de uma terrível morte por afogamento, enforcamento ou sufocamento. Aqui contaria muitas histórias sobre muitos episódios de “quase morte” em que fui atravessada e que me fizeram sentir, de alguma forma, o impacto dessa fé em superstições, mas deixarei para a próxima, teremos outras oportunidades, assim eu espero.

Desde criança escuto essa história de que me chamaria “Toinha”. Mas, era comum naquela época que os pais se dirigissem ao cartório para registro dos filhos logo quando nasciam, e em meio a muitas problemáticas familiares, meu pai mudou meu nome a caminho do cartório, assim, sem avisar. E assim foi. Hoje, sou

Susana Dainara Terto de Oliveira. Não sou “Toinha”, mas tenho proteção. Proteção ancestral.

Nasci no interior do Ceará, no Sul, em uma cidade chamada Santana do Cariri. Negra, segunda filha de Gecilê, ou “Cilê”, uma mulher negra, mãe de três e empregada doméstica. Neta de Dona Francisca, mãe de dez filhos, mulher negra, agricultora e dona de casa. Minha avó, que não teve uma oportunidade de educação, precisou trabalhar cedo para ajudar no sustento, tanto dos seus irmãos, como de seus “sobreviventes”, digo sobreviventes porque ela foi mãe de quatorze, quatro não “vingaram”. Sempre esteve sozinha na missão. *“A mãe assume, o pai some de costume. No máximo, é um sobrenome”*- Emicida e Rael. Minha mãe, como todos os seus irmãos, trabalhou cedo. Ela logo começou a se dedicar em casas de famílias de classe média alta, e em troca disso, seus estudos eram “facilitados” para que conseguisse terminar o ensino médio. Meu percurso se inicia aqui, com minha avó e minha mãe. Parafraseando Jurema Werneck em “Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo” (2010), *meus passos vêm de longe.*

Meu ensino básico foi trilhado em escolas públicas, assim como o dos meus irmãos. Sempre me dedicando para obter notas boas e regulares, passei grande parte da minha infância e adolescência fazendo parte do corpo educativo do Museu de Paleontologia da minha cidade, que exigia um bom rendimento escolar e me oferecia uma bolsa de assistência até o meu ingresso na universidade, que se deu após três anos de conclusão do ensino médio. A escolha pelo curso foi um tanto quanto inusitada, pois a minha inscrição no curso de Geografia foi realizada através de uma amiga que se confundiu na hora da inscrição e na escolha do curso, e não era o curso que eu pretendia. Desde muito cedo eu sempre tive uma paixão muito forte pelas ciências biológicas. A partir disso, fui construindo um interesse maior pela área. Considerando a aplicabilidade da biologia nas práticas da enfermagem, desenvolvi essa vontade de cursar enfermagem. Então essa seria minha primeira opção, para em seguida, tentar biologia, caso não alcançasse aprovação em enfermagem. Então, no momento em que eu estava tentando vestibular para biologia, houve uma confusão na hora da inscrição e fui inscrita na

geografia. Mas, isso não acarretou nenhum tipo de desmerecimento da minha parte ou da minha família para com o curso.

O meu ingresso na universidade se deu no ano de 2015 e foi recebido com bastante felicidade e sentimento de realização por parte da minha família, principalmente da minha mãe. Ela alimentou esse sonho e desejo de ter filhos formados no ensino superior desde nossa infância e de quando não teve oportunidades para ingressar no ensino superior, pois estava sempre precisando trabalhar para o sustento da família, principalmente porque a renda de casa vinha exclusivamente disso. Então foi difícil e inviável conciliar trabalho, estudo e filhos. Então eu ingressei no curso de geografia da Universidade Regional do Cariri - URCA, em Crato, a 52 km de Santana do Cariri, minha terra natal. Obviamente era necessário me locomover todos os dias até a universidade. De início, tínhamos acesso ao transporte público do município que, apesar dos vários percalços, esteve presente em grande parte da minha trajetória acadêmica.

A minha primeira relação com a geografia foi um pouco complexa em relação ao meu sentimento de não pertencimento no curso, pois, “há espaços aos quais estamos habituados e outros que nos parecem estranhos, sobre os quais nos dizem que não é o nosso lugar ou nos quais nem sonhamos em adentrar” (Lopes, 2008, p.89). Cursei 3 semestres, mas acabei cedendo para desistência. Apesar de um quadro de notas sempre positivo e acima da média, fato que eu creio que é resposta a pressão que sempre sofri por ser uma mulher negra e sentir que precisava dar mais para ser vista e reconhecida em relação a outras pessoas, eu não sentia que pertencia aquele espaço, não conseguia me encontrar e não enxergava semelhantes a mim no corpo discente, muito menos no corpo docente. Isso refletiu no meu desejo de continuar em um curso que, querendo ou não, eu já não havia escolhido para minha vida, e que havia me feito desenvolver um sentimento de “auto rejeição, baixa autoestima, ausência de reconhecimento de capacidade pessoal, timidez, pouca participação em aula, dificuldades no processo de aprendizagem…” (Cavalleiro, 2005, p.12).

A falta de referência negra desde muito cedo me atrasou em muitos processos, principalmente dentro do ambiente escolar e universitário, onde as

referências eram contrárias ao que eu enxergava em mim, no meu corpo, no meu cabelo, na minha pele, na minha identidade. A história que eu conhecia não falava de mim como padrão de beleza e nem como referência a ser seguida. A referência do belo e bonito estava sempre no oposto, nas pessoas brancas, e quanto mais traços brancos se tinha, mais aceitável era. Então, foi bem difícil me reconhecer diante dessa “história única” que sempre me foi contada, onde nada parecia comigo.

Há uma parte de uma palestra dada pela Chimamanda Ngozi Adichie, escritora nigeriana, que me chama muito a atenção e que eu me identifico. Em *o perigo de uma história única,* adaptado a um livro, a escritora descreve como foi o seu processo de descobrir a literatura a partir de referências semelhantes a ela e como esse padrão eurocêntrico, estendido por muito tempo, afetou esse reconhecimento enquanto negritude. E quando ela diz:

> Como eu só tinha lido livros nos quais os personagens eram estrangeiros, tinha ficado convencida de que os livros, por sua própria natureza, precisavam ter estrangeiros e ser sobre coisas com as quais eu não podia me identificar. Mas tudo mudou quando eu descobri os livros africanos. Não havia muitos disponíveis e eles não eram tão fáceis de ser encontrados quanto os estrangeiros, mas, por causa de escritores como Chinua Achebe e Camara Laye, minha percepção da literatura passou por uma mudança. Percebi que pessoas como eu, meninas com pele cor de chocolate, cujo cabelo crespo não formava um rabo de cavalo, também podiam existir na literatura. Comecei, então, a escrever sobre coisas que eu reconhecia (2009).

Me identifico no sentido de que, por muito tempo, eu também não conhecia a minha história, não sabia de mim, não me via nos espaços, nos livros. Eu começo a me reconhecer, na minha percepção, de forma tardia, a partir de referências de negritude na escrita. Lembro que no ensino fundamental, eu gostava muito de escrever, de fazer redação, mas nunca tive acesso a literatura negra naquela época. Fui perdendo o desejo de escrever, não sabia o porquê. Hoje eu sei. Mas, podemos falar disso mais adiante.

Voltando para a minha relação com o curso de Geografia, já na graduação, passados 6 meses sem frequentar as aulas, eu decidi retornar para o curso. Como nesse período eu me aproximei do movimento estudantil da universidade, participando de ocupações e manifestações em prol da implementação das cotas raciais, que naquele período eu não tinha muito conhecimento sobre, mas que me

chamou atenção por ser formado majoritariamente por pessoas negras, tanto discentes como docentes, embora que de outros cursos, eu me senti acolhida naquele momento e refletida nos meus semelhantes. Com isso, me matriculei em algumas disciplinas eletivas do curso de Ciências Sociais que me chamaram a atenção, como por exemplo, “Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e indígena”.

Apesar dessa vivência, eu precisei transitar entre os cursos de Ciências Sociais e Geografia, e sempre que retornava para a Geografia, voltava a sentir que não pertencia aquele espaço. Por um momento, pensei que prestar vestibular para Ciências Sociais, iria me fazer sentir realizada. Mas logo desisti da ideia e continuei tentando me encaixar na Geografia por não querer perder tempo e me frustrar se caso não passasse. Sem sucesso, paralisei novamente, e dessa vez eu não desejava mais cursar um ensino superior, não sentia que existia lugar para mim no curso. Como poderia seguir uma rota em que eu não sabia o destino certo? Desisti novamente, e dessa vez, mais 6 meses parada. Psicologicamente, eu me encontrei bastante afetada com todo esse processo, pois acima de qualquer coisa, eu não queria decepcionar minha mãe, minha família. Então eu senti que de alguma forma estava frustrando as expectativas da minha família, pois eu seria a primeira da família a me formar em um curso superior, e para que essa frustração não aumentasse, eu retornei para o curso, somente para ter a oportunidade de finalizá-lo e cumprir com uma promessa que havia feito para minha mãe, que era de me formar.

Quando retornei, me reaproximando do curso de Ciências Sociais e também dos movimentos estudantis, comecei a participar dos programas de políticas públicas de assistência estudantil; restaurante universitário, bolsa de estágio e bolsa de iniciação científica – IC. O meu primeiro contato direto com a pesquisa se deu a partir da bolsa de IC, com um tema que eu costumo dizer que foi o que me salvou dentro da Geografia, apesar de oferecido no curso de Pedagogia, do departamento de Educação. A pesquisa se debruçou em analisar as perspectivas de gênero e raça dentro do encarceramento feminino no Cariri cearense, e estava ligada ao departamento de Educação da universidade. No

curso de Geografia não se trabalhava essa temática, não havia docente na área, não havia disciplinas ou projetos de pesquisa que se debruçassem acerca de questões de gênero e raça. “As disciplinas voltadas a essa temática geralmente são ofertadas por outros cursos, principalmente os de educação, e por professores de áreas variadas, pois os cursos de licenciatura de Geografia no Brasil ainda não estão trabalhando de forma efetiva com abordagens étnico-raciais através de uma perspectiva geográfica” (Guimarães, 2018, p.73). É o que chamamos de "epistemicídio dos conhecimentos" presente no modelo acadêmico eurocêntrico.

A partir do meu engajamento com os movimentos estudantis, fui convidada por uma professora do departamento de educação, que estava à frente dos movimentos sociais na universidade, para dar continuidade à uma pesquisa já iniciada e que estava no seu segundo ano. Foi nesse projeto que o meu interesse pela pesquisa despertou, não somente pelo ato de pesquisar, mas, pelo tema. Um tema que não me permitia ser “neutra”, que me atravessou de ponta a ponta, que despertou o meu “saber-se negra”. “O saber-se negro, por diversas vezes, acontece após o contato com a teoria racial, as leituras de autoras/es negras/os e o entendimento sobre a negritude como experiência no mundo pelo viés da questão racial” (Souza; Ratts, 2017, 151). Aqui, neste exato momento, eu estava me sentindo provocada pela pesquisa pois, como era uma análise que estava sendo feita a partir do departamento de educação, obviamente os caminhos metodológicos e a bibliografia eram diferentes dos que eu usaria se resolvesse trabalhar com esse tema na Geografia, então foi despertado um interesse maior em fazer essa análise a partir de epistemologias geográficas. Me parecia desafiador.

Quando estava desenvolvendo a pesquisa, tive contato com produções textuais de autores/as negros/as que, penso que, foram essenciais para o meu despertar enquanto mulher negra na universidade. Souza e Ratts (2017, p.163) corroboram com esse pensamento a partir de uma intersecção com as ideias de Geny Guimarães (2015) quando falam que:

> [...] ela procura manter um diálogo com as construções teóricas epistemológicas e as escrevivências como uma herança da literatura, ao utilizar poemas e escritos de intelectuais negros/as em que se pode

> observar que a representação de textos literários e teórico – conceituais de autoria negra são pertinentes ao debate sobre a construção sócio-histórica e geográfica da identidade negra.

Foi neste exato momento que eu precisava escolher um tema para desenvolver no TCC, em formato de monografia. Pensei em dar continuidade ao tema que eu já vinha desenvolvendo no programa de iniciação científica, procurando encaixá-lo na Geografia. Porém, esbarrei com algumas dificuldades dentro do departamento para desenvolver o tema. A primeira foi o fato de não haver docente qualificado para me orientar a partir da temática escolhida. E a segunda foi o fato de não poder ser orientada por docentes de outro departamento, que, neste caso, havia pensando na possibilidade de convidar a orientadora de IC para me orientar no tcc. Porém, o regulamento do curso não permitiu. O que me encaminhou para algumas alterações na minha proposta de pesquisa. Foi quando eu decidi trilhar caminhos em busca de entendimento acerca da Lei 10.639/2003, que versa a obrigatoriedade de estudos sobre a História da Cultura Afro-brasileira e indígena nas escolas brasileiras, me tornando a primeira discente do departamento a abordar questões étnico-raciais no tcc.

Um tema que também vinha me chamando a atenção e que me aproximou de uma realidade que eu não havia vivido até aquele momento, que era a realidade em sala de aula, principalmente no que se referia às questões étnico-raciais nos currículos escolares. A efetivação da lei ainda se encaminhava lentamente, assim como ainda é atualmente, apesar dos avanços. Com esse tema, eu finalmente consegui orientação de uma docente do departamento, professora de Geografia Agrária, e mesmo que ela não trabalhasse diretamente nessa linha pesquisa, aceitou me orientar e orientou com excelência.

A construção do meu TCC se deu juntamente com a execução do meu estágio de docência, o que me permitiu ter um contato maior com o campo de pesquisa durante a coleta de dados. Já a escrita, foi realizada no primeiro ano da pandemia causada pelo novo coronavírus – COVID-19, que teve início em 2019. No período de defesa do TCC, uma perda na família foi protagonista naquele momento, o que me causou um certo estranhamento em ter que, mesmo diante de um fato tão doloroso, seguir em produtividade, porque é isso que a academia nos

exige, produtividade acima de tudo. Apesar desses percalços, eu consegui escrever, tive uma orientação inquestionável em termos de responsabilidade e compromisso, e consegui defender meu TCC logo quando as atividades retornaram de forma remota. Porém, algo me incomodou e me fez refletir durante todo esse processo dentro da graduação, principalmente no que se refere às dificuldades enfrentadas na escolha de tema para construção do trabalho de conclusão de curso. Dificuldades essas causadas pela ausência de discussões, de metodologias, epistemologias, que são indispensáveis na construção do sujeito enquanto um ser pensante e capaz de produzir suas próprias narrativas.

Considerando todos os questionamentos que naquele momento eu estava me fazendo sobre as situações, as ausências, violências, empecilhos, desafios que na minha cabeça, chegavam mais forte para mim, resolvi procurar respostas dentro do campo científico que eu estava me formando, a Geografia. Segui para o mestrado construindo essa discussão a partir da minha própria narrativa que está refletida, de alguma forma, nas histórias de vida das mulheres negras que aqui contribuem para a realização desta pesquisa, e entendendo que “[...] foi a minha trajetória de vida (pessoal e acadêmica) que me conduziu a lançar outros olhares sobre o espaço geográfico” (Lopes, 2008, p.19). Foi quando decidi me debruçar sobre as minhas inquietações, que são subjetivas, mas ao mesmo tempo que outras mulheres vivenciam as mesmas situações, se tornam coletivas. Foi quando houve uma verdadeira libertação do meu eu - mulher - negra, e eu sei que muitas de mim podem também ser libertas por meio da escrita, da pesquisa, da voz que aqui ecoa, pois “gerações de pessoas negras sabem o que significa ver a educação como prática da liberdade” (hooks, 2019, p.111).

Toda essa problemática estrutural construída de ausências que enfrentei dentro da graduação, me trouxe para o caminho da pós-graduação. Mas, não fui isenta de vivenciar novamente essa estrutura patriarcal, racista e sexista que é tida como base na nossa sociedade. De início, surgiu a dificuldade de interação com o orientador que me foi indicado pelo departamento. Não tínhamos como escolher, era por indicação. Então, foi um pouco difícil pelo fato de que o professor não se debruçava, a partir da sua trajetória acadêmica, nessa temática de gênero

e raça, e também por esperar e desejar ser orientada por uma mulher negra, para só assim, me sentir mais confortável em desenvolver uma pesquisa que fala tanto sobre minhas subjetividades enquanto mulher negra.

Me recordo que desde muito cedo, no ensino básico, já não me sentia pertencente e merecedora de lugares, na escola, na rua, até mesmo na minha própria casa. Muitas vezes, ficava confusa, porque era tida como uma menina inteligente, mas nunca era escolhida para nada. A recordação é de sempre estar buscando me manter nesse pódio de “menina inteligente”, porque era o que me restava e confortava até certo ponto. E por mais que eu soubesse disso, no fundo, eu duvidava da minha capacidade de realmente estar nesse pódio, porque em todos os sentidos, me faziam acreditar que eu não merecia estar. Sempre foi assim. Ainda é. Sempre duvido de cada passo dado, não por querer, mas porque ainda guardo em mim as marcas de uma vida como mulher negra. Inclusive, no momento em que escrevi essa dissertação de mestrado, fui aprovada em um programa de doutorado. E duvidei. Duvidei por alguns instantes da minha capacidade de estar nesse lugar. As marcas continuam aqui.

Compreendo que ainda há muitas reivindicações a serem feitas, muitos obstáculos a serem superados, muitas barreiras a serem derrubadas, muitas narrativas a serem contadas e construídas, mas, acredito que, tomando as rédeas da minha história, construindo minhas trajetórias em lugares como os da academia (me isentando aqui de qualquer romantização do meio acadêmico), que, para mim, traz muitas significações e sentidos a minha vida, é onde eu consigo alcançar com totalidade a minha forma de expressar o meu ser e estar no mundo, as minhas grafias, no sentido corporal, na forma como o meu corpo é lido dentro do espaço, e como essa leitura, tanto social quanto cultural, deixam marcas, pois as minhas expressões corporais são vistas a partir de estereótipos e estigmas, ou seja, é onde eu consigo compreender aquilo que o meu corpo é no mundo. Aqui, é necessário refletir sobre grafias corporais, onde eu, enquanto mulher negra, sou lida a partir de meu corpo e da forma como o manifesto no espaço a partir de minhas vivências e movimentos, ou seja, das minhas trajetórias socioespaciais.

E aqui é onde há o encontro. O encontro de raízes que se conectam através de histórias contadas por minhas semelhantes, mulheres negras. É aqui que, através da vida dessas mulheres, eu conto a minha história e deixo que o mundo a escute, me permitindo quebrar um silêncio de quase três décadas. É aqui que eu exponho as minhas marcas, deixadas pela vida que me foi imposta a partir da minha condição de ser mulher negra. É aqui que eu deixo a minha voz ecoar através de palavras e me recupero do trauma que o silenciamento me causou. É o lugar que eu encontrei para quebrar o silêncio que me empurrou para a subalternidade durante a minha vida. É o meu "lugar de fala" (Ribeiro, 2017). É através da linguagem que eu me curo e me ergo, permanecendo fiel a minha ancestralidade, pois "o oprimido luta na linguagem para recuperar a si mesmo — para reescrever, reconciliar, renovar. Nossas palavras não são sem sentido. Elas são uma ação — uma resistência." (hooks, 2019, p.58).

Por muitas vezes, os diálogos aqui construídos, não só a partir dos relatos das entrevistadas, mas também dos relatos trazidos a partir da bibliografia escolhida para compor o trabalho, me trazem memórias da minha história de vida, como criança e adolescente, quando o sentimento de solidão era constante e parecia ser permanente. Traçando aqui as minhas experiências de vida com as da professora Lorena Souza, que em sua dissertação de mestrado, intitulada "Corpos negros femininos em movimento: trajetórias socioespaciais de professoras negras em escolas públicas", fala sobre o seu processo enquanto criança negra dentro de uma instituição de ensino:

> Uma infância sem muitas amizades, sem referências positivas sobre minha raça, uma dedicação exorbitante ao estudo como um refúgio, o medo de ser "rejeitada" pelos(as) colegas, a fragilidade em assumir a própria opinião e o entorpecimento diante de minha condição de negra (Souza, 2007, p.14).

As vivências aqui descritas, ou "escrevivências", fazendo menção a escritora Conceição Evaristo, me permite ouvir a minha própria história a partir de outras vozes, de outras narrativas, de outras mulheres negras. Vou ao encontro delas quando elas descrevem todos os caminhos percorridos até o momento do ensino superior. Vou de encontro quando elas descrevem o medo da fala

disfarçado de timidez. É o silenciamento que grita. Vou de encontro com elas quando elas expressam tristeza por nunca terem sido alvo de escolhas, mesmo antes de se reconhecerem enquanto negras. É a invisibilidade marcando. Vou de encontro quando elas despejam revolta pela ausência de mulheres negras como docentes no curso a que pertencem. É o apagamento perpetuado. Vou de encontro quando elas, apesar do silenciamento, apagamento e invisibilidade, são esperançosas. Estou sempre ao encontro. Nossas histórias estão sempre se entrelaçando, não só em localização geográfica, mas também em localização social, que é trazida aqui como parte fundamental na construção das nossas identidades.

1.1 COVID-19 E A POPULAÇÃO NEGRA: OS REFLEXOS DO RACISMO DIANTE DE UMA DAS PIORES CRISES SANITÁRIAS DO MUNDO A PARTIR DA MINHA ESCREVIVÊNCIA PRETA

Já sabemos que o racismo tem estruturado, de forma profunda e enraizada, a nossa sociedade e tem determinado as condições de trabalho, saúde, empregabilidade, educação e, principalmente, as possibilidades de acessos a esses serviços. Com a pandemia do covid-19, o racismo refletiu diretamente entre os determinados grupos sociais, em especial entre a população negra, justamente pela falta de acesso a serviços e assistências que eram necessárias, causando um impacto bem maior para esse grupo, considerando que a maioria da população negra já vivia em condições de vulnerabilidades antes da pandemia do covid-19.

O que eu quero dizer aqui é que a minha vida, enquanto vida de uma mulher negra, filha de uma mãe negra, neta de uma avó negra, que sempre esteve em estado de vulnerabilidades, foi afetada de várias formas pelas consequências de uma pandemia que, ao meu ver, dura até os dias de hoje, principalmente para o meu povo. Essas disparidades estruturais da sociedade brasileira influenciaram as elevadas taxas de mortalidade entre aqueles que vivem em situação de maior vulnerabilidade social, como indivíduos de baixa renda,

baixa escolaridade, moradores de áreas urbanas subnormais em grandes aglomerados, indígenas e negros.

Quando se iniciou a pandemia do covid-19, eu ainda estava na graduação, tive que enfrentar, assim como muitas pessoas, muitos percalços. Meu pai, José, um homem negro, agricultor, filho de agricultores, teve que ser cuidado ainda muito novo por ser alcóolatra. Divorciado da minha mãe desde os meus 16 anos, tinha como cuidador, seu pai, Francinete. Mas que, no início da pandemia, meu avô, que já tinha problemas de saúde, acabou contraindo o vírus SARS-CoV-2, principal causador da pandemia, e faleceu. Foi duro. Não tive uma relação boa com meu pai, mas cresci próxima ao meu avô. Não pude me despedir, assim como muitos que perderam seus parentes e amigos. Foi difícil. Sem os cuidados do meu avô, tempos depois, meu pai também chegou a falecer.

Meu avô, um homem negro, pobre, foi um dos primeiros a se esvair, a ir embora, deixar os seus, por causa de uma doença que atingiu todo o mundo. O que nos mostra o quanto nós, enquanto pessoas negras, estamos as margens de uma sociedade altamente racista e excludente, pois:

> A população negra, que já vivia em situação de exclusão com falta de recursos básicos para sobrevivência, com piores condições econômicas, pior qualidade de vida e precário acesso aos atendimentos de saúde, foi empurrada ainda mais à margem da sociedade, o que nos obriga a afirmar: a pandemia de Covid-19 tem cor (Batista LE, Proença A, Silva A, 2021).

De acordo com Batista, Proença e Silva (2021), o primeiro caso de óbito no Brasil pela doença foi registrado em março de 2020. Era uma mulher negra, de 57 anos de idade e doméstica. Logo depois, a morte pelo vírus se espalha entre milhares de outros de brasileiros, compelidos a evitar situações de exposição ao vírus, “seja usufruindo do trabalho *home office* ou de recursos suficientes para se manter no distanciamento social decretado por estados e municípios” (Batista LE, Proença A, Silva A, 2021), causando uma série de omissões por parte do poder público, o que resultou também na sobremortalidade da população negra.

> Somada a isso, a péssima condução do governo federal no combate à pandemia deixou cidadãos e cidadãs à deriva, especialmente os (as) usuários (as) do Sistema Único de Saúde (SUS) - 67% deles pretos (as) e pardos (as). Diferentemente de outros países do mundo, o Brasil não acatou estratégias emergenciais para mitigar a transmissão do vírus, e as

> consequências dessa negligência foram a superlotação de hospitais públicos, a falta de insumos hospitalares, incluindo respiradores e oxigênio, nos levando, em julho de 2021, a um vergonhoso segundo lugar de total de mortes no mundo: mais de 520 mil vidas perdidas (Batista LE, Proença A, Silva A, 2021).

Essas mortes poderiam ter sido evitadas se as decisões tomadas pelo governo federal não fossem baseadas em interesses financeiros e privados em detrimento da vida, ou se houvesse uma organização dos serviços de saúde com garantia de atendimento primário de excelência, ou se houvesse uma gestão comprometida no atendimento aos cidadãos e as cidadãs em maior vulnerabilidade social, que, na sua maioria, são negras. O que eu quero dizer é que meu avô, um homem negro, assim como muitos homens negros, foi vítima não só do covid-19, mas da irresponsabilidade e falta de compromisso com a vida de um governo genocida. A população negra, que sempre esteve presente nos mais precários locais e com menos assistência social, foi afetada descaradamente nesta pandemia. Hoje, ainda vemos os resquícios disso, principalmente dentro de comunidades historicamente marginalizadas, como de pessoas negras, quilombolas e indígenas, considerando que o acesso a serviços básicos, como saúde e educação, sempre foi um problema para essas populações.

Alguns meses após a partida do meu avô, outra partida que me deixou desnorteada, Kailane, amiga de longa data, faleceu em um acidente de moto. Tudo muito rápido. Uma notícia que desmoronou tudo ao redor. “A notícia é como um desenraizamento cruel” (Chimamanda, 2021). Gostávamos de compartilhar nossas vidas uma com a outra. Foi difícil não tê-la nos anos seguintes. Vivi o luto individual em meio a um luto coletivo, mundial. A pandemia causou isso, levou muitos, e em alguns casos, levou tudo. Ao escolher abordar, neste tópico, uma discussão sobre a covid-19 e a minha trajetória em tempos de pandemia, estou me comprometendo com a minha escrevivência negra dentro dos processos que me fizeram chegar aqui.

É importante destacar que como a grande parte dessas pessoas, minha família não tinha condições de trabalhar de casa e continuar recebendo salários e benefícios, devido ao cargo ocupado, como por exemplo, minha mãe, auxiliar de serviços gerais, precisou continuar trabalhando durante todo o período pandêmico,

exceto quando contraiu o vírus da covid-19, por 4 vezes. Meu irmão, que morava com a gente, também trabalhando, não teve condições de ficar em casa. Considerando essas condições, ficamos muito suscetíveis ao vírus e, consequentemente, a condições psicológicas sensíveis, principalmente pela falta de assistência para lidar com uma pandemia mundial.

Com a paralisação das aulas devido a pandemia, eu me senti, assim como muitas pessoas, desmotivada, acreditando que não seria capaz de concluir o curso, principalmente por sentir medo diante de tanta insegurança naquele momento; insegurança financeira, alimentar e de saúde. Diante de tantas inseguranças, a saúde psicológica da minha mãe, que já estava afetada devido a situações passadas, foi piorando, pois ela havia desenvolvido um pânico; medo excessivo de morrer, vendo tantas pessoas morrerem sem uma assistência de qualidade e, na maioria das vezes, a margem de um governo genocida. Eu também tive a minha saúde mental afetada, mas não me sentia no direito de expor, no sentido de me mostrar frágil no momento em que eu precisava ser forte para ser apoio da minha mãe e da família toda. Foi o que me causou bastante estranhamento por muito tempo, esse lugar de não poder me mostrar em uma versão de fragilidades. Por que eu não tenho o direito de me mostrar vulnerável em situações em que, obviamente, eu estou? Por que eu tive tanta certeza disso naquele momento? O que me fez acreditar que eu precisava ser forte, apesar de tudo?

Desde muito nova, sempre fui ensinada que deveria ser e me mostrar forte, independente de qualquer situação, e mais do que isso, sempre ouvi das pessoas que eu, como menina ou mulher negra, suportaria qualquer dor, qualquer situação, sem fraquejar, pois fazia parte da minha genética. Fui ensinada a esconder a minha dor, ensinada a não dar atenção aos meus sentidos, a minha tristeza, a minha dor, aos meus traumas, e até as minhas alegrias. Fui ensinada a me calar, me silenciar e me colocar sempre como um porto seguro para todos, menos para mim, porque eu era capaz de suportar qualquer dor, era forte. Cresci acreditando que eu não precisava me mostrar frágil e cheia de inseguranças para as pessoas, principalmente para a minha família. Acreditei por muito tempo que eu realmente

podia suportar qualquer dor, sem chorar, sem lamentar. Que eu podia salvar tudo e todos ao meu redor, ser fortaleza para os meus. Acreditei que, como diz bel hooks (2023), em seu livro “Irmãs do Inhame: Mulheres negras e autorrecuperação”, me tornar uma pessoa durona, me garantiria a sobrevivência.

Acredito que me tornar assim desde muito cedo, me causou muito caro. Acredito também que eu sobrevivi, sim, por ter me tornado uma mulher dura durante grande parte da minha vida. Mas, a vida teria sido mais bonita se eu não tivesse acreditado no mito da mulher preta forte, guerreira e destemida acima de tudo e de todos. Eu teria me permitido viver mais as minhas sensibilidades. Eu teria me entendido como uma mulher que é, sim, forte, guerreira e destemida, mas, que também desmorona e que não suporta todas as dores do mundo de pé, em silêncio. Eu teria entendido, no meio de uma pandemia mundial, que eu também tinha o direito de sentir a dor de todas as perdas sofridas.

As formas com que a pandemia afetou a minha trajetória são diversas, principalmente na minha trajetória acadêmica. Desde o distanciamento social, a falta de acesso a serviços básicos e até as perdas familiares, o mundo se transformou em uma de suas piores versões, construindo outras maneiras de enxergá-lo e até de vivê-lo. Me preocupando em como iríamos nos livrar daquele episódio que parecia não ter fim, a consciência estava sempre me alertando de que o tempo estava correndo e que, apesar do que estava acontecendo, eu não poderia ficar parada, muita coisa dependia de mim, não só a minha sobrevivência, mas também a da minha família, pois:

> [...] uma vez que muitas mulheres negras costumam ter pessoas que dependem delas, crianças ou outras pessoas próximas, elas passam a integrar a força de trabalho com a convicção realista de que precisam ganhar dinheiro com o propósito de sobrevivência (hooks, 2023).

No primeiro ano da pandemia, tive muitas ideias de maneiras para ajudar financeiramente em casa, me adaptando à nova realidade de distanciamento social. A continuação do curso me parecia uma realidade muito distante para quem precisava de soluções imediatas. Apesar de todas as formas que eu pensei como meio de ajudar minha família serem válidas, algo me dizia que o meu lugar não era aquele.

Em todas as vezes que eu pensei em abrir mão dos estudos, por achar que não seria capaz ou que não estava no lugar certo, minha mãe foi força e motivação, a principal, ouso dizer. No momento pandêmico, não foi diferente, mesmo que indiretamente, minha mãe me motivou e me fez acreditar que, por muitos motivos, eu estava fincando pé em um lugar que era meu, dentro do que ela havia sonhado para mim, principalmente. Acredito muito que houve, durante muito tempo, uma expectativa da parte dela de voltar aos estudos que ela havia interrompido para ter tempo de nos criar e nos mandar para a universidade, ou o desejo de que não tivéssemos que trabalhar por obrigação, somente para sobrevivência.

bell hooks traz, no capítulo três de seu livro “Irmãs do Inhame: Mulheres negras e autorrecuperação” (2023), denominado de “O trabalho adoça a vida”, que o trabalho na vida de mulheres negras, na maioria das vezes, é mais visto como uma “fonte de dor e frustração” (2023) do que como algo satisfatório e de realização, pois há “uma necessidade urgente de criar suas crianças e mandá-las para a faculdade”, ou até mesmo de sustentar outros dependentes em sua responsabilidade. Neste capítulo, hooks (2003) reforça a importância do trabalho na vida da mulher negra como forma de elevar o nosso bem-estar, acredito que não só físico, mas também mental. É onde ela traz o âmago do livro, “a autorrecuperação” de mulheres negras, a vinculando a uma “oportunidade de experimentarmos uma qualidade de trabalho que adoce a vida”, e que não é com frequência experimentada, principalmente por mulheres negras.

Na pandemia, isso ficou mais exposto na minha vida, porque a necessidade chegou antes de qualquer outra coisa, então o trabalho foi apresentado na minha vida como uma ação que gerou dor e frustração ao contrário de bem-estar, seja ele físico ou/e mental. Porém, procurando sempre me manter firme, permaneci e concluí a graduação em geografia. O tempo foi passando, o isolamento foi recuando e a pandemia sendo amenizada, graças à ciência, obviamente. Apesar disso, muita coisa ainda ficou; o medo, o descaso, a desigualdade, a falta de assistência e, principalmente, o desrespeito com todas as vidas perdidas e também com as que ficaram aqui, em especial, com as vidas negras.

O período de pandemia, para mim, assim como para muitas outras mulheres negras, foi uma fase de muita provação e desrespeito, que deixou marcas inimagináveis na vida de todo o mundo; pessoas que perderam familiares e amigos; pessoas que tiveram que abandonar seus estudos para assistir, financeiramente, suas famílias; pessoas que perderam seus empregos, etc. São marcas que serão carregadas em nossas trajetórias negras, principalmente. É a necropolítica[3] e a escolha de quem vive e de quem morre em um Estado que, segundo o filósofo Achille Mbembe, construiu e constrói políticas de exclusão baseadas em ideias que elegem grupos considerados ou não úteis, o que se reforçou durante o período pandêmico.

Por isso, trazer aqui na minha discussão sobre as vivências em um período tão doloroso, que foi a pandemia do COVID-19, principalmente de um lugar tão marginalizado, que é o ser mulher negra de classe baixa, implica em não deixar de discutir as relações sociais de forma racializada.

[3] O conceito de necropolítica, cunhado por ele, é entendido como paradigma da divisão entre segmentos sociais, que regulamenta – e regulariza – o poder de gestão sobre as vidas, ditando quem pode viver e quem deve morrer para garantir o funcionamento da máquina de guerra capitalística. A concepção de necropolítica corrobora o entendimento das diferenças existentes nas ações do Estado em relação a determinados grupos e a distribuição diferencial de direito à vida. Sua compreensão perpassa pelo reconhecimento de medidas estatais que promovem a vida e a morte a partir de características que hierarquizam os corpos, estratificando-os entre os que podem ser eliminados e os que devem viver.

2 DO SUJEITO AO LUGAR: OS SENTIDOS E CONCRETUDES DAS TRAJETÓRIAS SOCIOESPACIAIS

É importante pensarmos na maneira de se refletir as relações sociais na sociedade brasileira de forma racializada, principalmente, através de movimentos que reivindicam não somente a inserção da população negra na universidade, mas também a sua permanência, se criando assim, uma oposição a essas estruturas institucionais racistas e que foram construídas com bases epistemológicas eurocêntricas.

Pensando nas trajetórias socioespaciais como percursos que caminham por lugares que se constroem não somente de materialidade, mas de sentidos e significações das nossas próprias vivências e experiências cotidianas, é importante dizer que:

> A Geografia representa uma área do conhecimento do ser e estar da humanidade no mundo (sociedade) e planeta (natureza) com suas inúmeras relações. Logo, a Geografia não está distante das vivências e experiências cotidianas das pessoas. Quando pensamos em nós, seres humanos no contexto geográfico, não somos apenas o que construímos e transformamos em termos concretos e edificados (parcela do espaço construído ou humanizado), também somos e existimos a partir do que pensamos, vivemos, sentimos e experimentamos e pelo que nem sempre com palavras e/ou cientificamente podemos explicar, ou ainda pensar na nossa ancestralidade, origem e os conjuntos dos signos e simbologias criadas ao longo das relações humanas. Tudo isso chamamos de “desde dentro (Guimarães, 2018, P.67).

Reafirmando a importância de escrita “desde dentro”, corroboro com a autora Geny Guimarães (2018), quando ela conceitua essa expressão como uma maneira que a população negra utiliza para, através de suas percepções, vivências e experiências, expressar e traduzir o seu pensar o mundo a partir de suas trajetórias. E entendo que ao longo dessas trajetórias socioespaciais, a educação se coloca como base para um ensino que nega suas subjetividades e as enquadra em estereótipos que desconsideram as suas origens e identidades. O ensino superior segue em linha contínua nessa visão colonizadora de saberes, porém, oferece meios, mesmo que de forma marginalizada, para se construir resistência a essas hegemonias de padrão e dominação.

> As heranças africanas permanecem sendo subjugadas pelo silenciamento, apagamento e apropriações de suas marcas negras.

> Neste caso, os lugares são bem delimitados, em erudito para patrimônio de herança européia, e popular/folclórica para a herança africana, na verticalidade e não horizontalidade, onde a primeira é o topo supervalorizado e a segunda a base desvalorizada (Guimarães, 2018, p. 101).

Apesar de toda essa violência da escravização, da colonização e do processo de invisibilização que fortalece as apropriações e apagamentos construídos juntamente com o projeto de embranquecimento da nação brasileira, acredita-se que, através de muita resistência, as heranças africanas não estão totalmente perdidas no espaço e tempo de uma construção da sociedade enquanto nação, “pois mesmo diante de toda essa opressão, a memória se transforma em elementos de resistência e mantém as lembranças de pessoas, histórias e lugares africanos pela diáspora afora” (Guimarães, 2018, p.104). A autora pressupõe que construir uma narrativa a partir de uma perspectiva antirracista dentro da geografia é perceber também que, as ideias de pesquisadoras (es) negras (os) no país vem sendo lentamente levantadas, mudando, mesmo que minimamente, o quadro de inserção de pessoas negras na pesquisa científica. Seguindo nessa perspectiva, a geografia cultural tem dado ênfase na “geografia de gênero” (Souza; Ratts, 2006), que com um nível de profundidade maior, tem como principal objetivo analisar e enfatizar a importância da mulher na sociedade, nos lugares que por ela são ocupados e suas vivências/experiências.

Nessa perspectiva, é possível dizer que é de responsabilidade da geografia, até de forma interdisciplinar com outras áreas da ciência, analisar as relações sociais e suas manifestações espaciais. Nos estudos desenvolvidos por Souza; Ratts (2006), percebe-se que, quando se trata das questões voltadas ao gênero e raça/etnia:

> [..] há uma suposta identidade que vem sendo reprimida ou camuflada ao longo dos tempos como se fosse inútil firmar-se como mulher numa realidade social que garante o homem, sobretudo o homem branco, como detentor do poder, do conhecimento e ator das mudanças vividas pela sociedade em geral, tanto em nível político, social, como também cultural (2006, p.6).

Os sujeitos/atores sociais trilham por uma trajetória na qual se configuram suas relações com outros sujeitos e sua forma de enxergar e perceber suas

próprias realidades, construindo suas identidades e estabelecendo territórios e lugares para suas interações sociais. Porém, alguns desses sujeitos/atores sociais, são empurrados de volta para territórios demarcados por e para uma sociedade que reforça e erradica a exclusão e as diferenças.

Segundo Silva (2020, p.13), quando nos preocupamos em discutir as trajetórias de mulheres negras e damos ênfase ao processo de inserção na universidade, estamos também nos propondo a debater e compreender sobre o direito de falar por si mesma e o de construir sua própria narrativa a partir do seu lugar de fala. A ideia de debate acerca das trajetórias socioespaciais de mulheres negras perpassa as relações étnico-raciais, pois elas são atravessadas por outros eixos sociais, como exemplo: gênero e classe. Ratts (2003) destaca bem essa observação quando diz que há uma intersecção entre fatores, como, de gênero, raça e espaço, afirmando que a partir desse atravessamento se cria uma "conformação de espacialidades bem definidas pelos diversos grupos sociais", intersecção essa que foi chamada de interseccionalidade, termo cunhado por Kimberlé Crenshaw em 1989.

Apesar disso, a interseccionalidade surgiu antes, em discussões construídas por Lélia Gonzalez, em 1984, que se debruçou justamente nos impactos que isso teria na vida de mulheres negras, considerando que o sexismo, machismo, racismo e as estruturas patriarcais são inseparáveis e tendem a excluir grupos e indivíduos de diferentes maneiras. Lélia Gonzalez estruturou o seu pensamento por meio de abordagens que permitem o atravessamento de experiências plurais da comunidade negra, e defendia que para combater o sexismo, era necessária "uma união estratégica das lutas de mulheres negras e brancas, operárias e da classe média", mostrando que já incluía a interseccionalidade nas suas análises, pois, segundo a autora, o movimento feminista falhou em atender as demandas e no desenvolvimento de políticas que amparassem mulheres negras (2019).

No início dos anos 80, Gonzales constrói uma abordagem que relaciona raça, classe e gênero, e só posteriormente o termo é criado para caracterizar tal

articulação. Já no final dos anos 80, ela critica o feminismo brasileiro, fazendo uma contraposição ao feminismo norte-americano.

> Mas, apesar das suas contribuições fundamentais para a discussão da discriminação pela orientação sexual, não aconteceu o mesmo com outros tipos de discriminação, tão grave como a sofrida pela mulher negra: a de caráter racial. Aqui, nos reportamos ao feminismo norte-americano, a relação foi inversa, ele foi consequência de importantes contribuições do movimento negro (Gonzales, 2011, p.13).

Portanto, é perceptível que o racismo vem agindo de forma articulada com o sexismo e produzindo efeitos violentos na vida de mulheres negras em particular. Como efeito disso, cito aqui a desumanização de nossos corpos, enquanto corpos de mulheres negras. Considerando que o racismo é um sistema de opressão estrutural, que faz parte da estrutura base da sociedade, é perceptível a diferença de acesso e de oportunidades dentro de espaços de poder, além da grande distinção social que é imposta entre mulheres brancas e negras, até mesmo na forma em que o senso comum as enxerga no tocante a fragilidades e delicadezas. A exemplo disso, Melo (2022) discute a narrativa que o senso comum produziu durante séculos a partir do não reconhecimento da mulher negra como mulher, da desumanização desses corpos, e cita Sojourner Truth, mulher negra que havia sido escravizada e se tornou oradora depois de liberta em 1827, e denunciou, em 1851, na Convenção dos Direitos da Mulher – no discurso que ficou conhecido como “E eu não sou uma mulher?” – que o ativismo de sufragistas e abolicionistas brancas e ricas excluía mulheres negras e pobres.

Então vemos que assim como a categoria de gênero não pode ser separada das relações políticas, econômicas, sociais e culturais, também não pode ser separada da categoria de raça, pois, de acordo com Souza; Ratts (2017), “é inconcebível um universo consensual entre as mulheres. Estas, de diversos grupos raciais e étnicos, possuem particularidades que devem ser respeitadas para, assim, serem tratadas com equidade”. Essa articulação entre opressões ocorre dentro de uma dimensão espacial e a partir das relações sociais, das vivências e experiências, das trajetórias socioespaciais. Essas trajetórias que refletem um movimento temporal e espacial de determinados pontos percorridos

durante os trajetos dos sujeitos, como por exemplo, casa, escola, rua, etc., vão sendo desenhadas por esses sujeitos, também chamados de “agentes sociais”.

Souza (2007, p.50) afirma que as trajetórias socioespaciais produzem esse movimento temporal no espaço, formulando a partir de lugares percorridos, as visões e percepções de mundo dos indivíduos, refletindo os lugares como partes essenciais para construção dessas trajetórias. Numa mesma linha de raciocínio, Santos e Ratts (2015, p.646) entendem que trajetórias socioespaciais podem ser definidas como “deslocamentos de um indivíduo ou coletividade entre locais distintos entre espaços - bairros, cidades, regiões, países - que fazem a diferença na sua situação social”. Esses espaços a que se referem são discorridos de forma experiencial aos sujeitos, para que assim, haja interação de formas distintas entre os sujeitos e o espaço.

Quando tratamos desse deslocamento como forma de modificar uma situação social, podemos citar de que forma mulheres negras experienciam o lugar da universidade e como foi o seu trajeto até ele. Na maioria dos casos, o trajeto até este lugar, necessita de renúncias, bem como cita a entrevistada Carolina, que traz esses deslocamentos como forma de facilitar o seu ingresso na universidade:

> Nasci em Barbalha-CE, cidade da minha mãe. Depois do meu nascimento, nos mudamos para Exu-PE, cidade natal do meu pai, onde morei até os 19 anos. Até que minha família precisou voltar para Barbalha, pensando em melhorias e também na nossa situação econômica, que iria mudar ao começar minha graduação em Crato-CE” (Carolina).

Esse deslocamento se tornou um fenômeno comum dentro da comunidade negra, principalmente quando optamos por um curso superior na busca de mudanças, não só para o nosso individual, mas também para o coletivo. Quando pensamos em ascender socialmente, estamos pensando em quem e em como levar os nossos conosco, em modificar não só a nossa vida, individualmente falando, mas o todo que faz parte de quem somos e de quem seremos, assim como cita a entrevistada Antonieta ao ser questionada sobre a origem do seu interesse no ensino superior:

> Por ser de família humilde, pobre, eu vi nos estudos, na continuação do estudo superior, algo realmente, assim, para ser o diferencial da minha

> família e poder ajudar eles futuramente financeiramente. Então, esse desejo de fazer o ensino superior surgiu a partir dessas duas bases, tanto do incentivo que eu tive, quanto também de ver a minha realidade e querer mudá-la. Foi isso (Antonieta).

Acredito que esse coletivo vem se estendendo para além de laços sanguíneos, pois, na medida em que minha história se assemelha com a história de outras mulheres negras, nossa forma de construir as trajetórias também se entrelaça, principalmente no que se refere aos lugares escolhidos para essa base.

Ou seja, é parte que compõe as vivências e experiências dos indivíduos em sociedade, seja individualmente ou no coletivo, com isso:

> [...] para se compreender as trajetórias socioespaciais, deve-se construir os estados sucessivos do campo dentro do qual elas se desenrolam, os vários lugares e experiências pelas quais o indivíduo perpassa, unindo um ator social a outros, cujas vivências se desenvolvem no mesmo campo e no mesmo conjunto de possibilidades (Cirqueira, 2008, p.21).

Compreendo as trajetórias socioespaciais como uma materialização espacial de experiências vividas a partir do corpo e da corporeidade, onde, apesar de serem individuais, se encontram à medida que formas de opressão atuam de maneira coletiva na vida dos indivíduos. “São histórias de Vidas interseccionadas por caminhos que se entrecruzam o tempo todo: ser mulher negra, professora, universitária – cada uma com suas particularidades e singularidades de serem mulheres únicas” (Azevedo; Sacramento, 2022, p.54).

Nessa construção de informações, é importante perceber que para compreender as trajetórias socioespaciais deve-se construir uma reflexão acerca do campo em que elas atuam e se desenrolam, dos diversos lugares e experiências que unem os sujeitos a outros, cujas vivências se desenvolvem no mesmo ambiente e dentro das mesmas possibilidades. Como diz Machado; Ratts (2022), “esses espaços transitados e percebidos a partir das trajetórias dos sujeitos correspondem não somente a espaços de trabalho, mas também o de lazer, de residência, de afetos (mesmo que temporários)”, etc.

O que me une aqui a essas mulheres traz muitos apontamentos para essa pesquisa, principalmente em justificativa. Os espaços e as possibilidades se entrecruzam de uma maneira tão potente, que é impossível trabalhar aqui de forma neutra. Minha trajetória enquanto mulher negra se une à trajetória de outras

mulheres pensando nessa reflexão acerca da condição e capacidade de reagir diante de um sistema de injustiça que nos trata de forma subordinada, principalmente por sermos mulheres negras. Acompanhando suas histórias e espaços transitados durante a vida até o momento presente, senti como se estivesse revivendo muitos momentos da minha vida, na infância, adolescência e até na vida adulta, através do que estava sendo narrado. No primeiro momento, percebi que todas elas também seguem nessa mesma trajetória da rede de ensino público, desde a alfabetização até o ensino superior.

Quando perguntadas sobre a motivação e interesse no ingresso na universidade, elas me responderam que a família foi o ponto de partida dessa decisão em continuar estudando e ingressar no ensino superior. Mesmo diante de histórias que foram construídas fora dos muros da universidade, pode-se perceber que a educação ainda foi o caminho mais indicado para essas mulheres, podemos ver nos recortes de entrevistas das estudantes Carolina, Dandara, Nzinga e Antonieta:

> Sou de uma família de classe baixa, meus pais não tiveram um ensino superior, meu pai tem ensino fundamental incompleto e minha mãe tem o ensino médio completo. Pensando em melhorar nossa situação econômica, e por incentivo deles, eu decidi ingressar no ensino superior. E pelo mesmo motivo, permaneço até hoje (Carolina).
>
> De certa forma, como eu vendo a família humilde, eu sou a segunda a entrar numa faculdade por parte de mãe. O primeiro foi meu primo, Werton Ribeiro, que era do curso de Geografia, também na Urca. Eu fui a segunda. E por vir de uma família muito humilde e pobre, eu queria mudar a minha história e mudar a história da minha família (Dandara).
>
> Desde pequena eu sempre fui incentivada a estudar, né? Principalmente pelo meu pai que acompanhou toda a minha educação básica, fundamental e até o ensino médio. E ele sempre dizia a importância dos estudos porque ele queria ter a oportunidade de estudar e não teve (Nzinga).
>
> O incentivo para ingressar no ensino superior, foi que desde sempre eu era incentivada aos estudos, e como eu disse, a família do meu pai é composta por pessoas que terminaram o ensino médio, ingressaram no ensino superior e tudo. Então, eu via neles um espelho, e sabia que eu tinha que fazer aquilo, sabe? E também, por ser de família humilde, pobre, eu vi nos estudos, na continuação do estudo superior, fazer faculdade, como algo para ser o diferencial da minha família e poder ajudar eles futuramente financeiramente. Então, esse desejo de fazer o ensino superior surgiu a partir dessas duas bases, tanto do incentivo que eu tive, quanto também de ver a minha realidade e querer mudá-la. Foi isso (Antonieta).

A família, de modo geral, é trazida como grande motivação para ingresso e permanência dessas pessoas no ensino superior. Somada a isso, a condição socioeconômica também é um ponto de partida para tal decisão.

Uma das estudantes me chamou bastante atenção e me emocionou de uma maneira muito forte em uma das suas falas sobre a sua persistência em continuar buscando o ingresso a universidade pública. Quando perguntada sobre seus desafios no processo de ingresso ao curso, ela fala sobre sua maior motivação, seu pai, que havia falecido, pouco tempo antes dela conseguir ser aprovada no curso, assim como sua mãe, pouco tempo depois do seu pai.

> [...] coloquei aquela pressão toda em mim, porque eu ficava na minha cabeça “Ah, eu tenho que passar por mim e também porque eu tinha prometido para o meu pai” (Nzinga).

Assim como ela, as outras estudantes também expuseram alguns desafios enfrentados no decorrer do processo anterior ao ingresso na universidade. Quando perguntadas se “Durante o processo de ingresso, que envolve as tentativas até a aprovação, houve alguma dificuldade? Se sim, poderia me descrever?”, elas me descreveram que:

> Houve sim. Tive que estudar sozinha, pois não tinha condições de pagar um curso ou outras pessoas para me auxiliarem nos estudos. Para pagar a taxa de inscrição, eu não tinha o valor, tava trabalhando, mas o pagamento muitas vezes atrasava. Os 150 reais da inscrição, na época, ia fazer muita falta em casa, então eu fiquei com medo de conseguir pagar e depois não entrar na Universidade. No último dia de pagamento, minha mãe conseguiu o valor emprestado com uma amiga e me deu para pagar o boleto, estava bem próximo da lotérica fechar e fui correndo para o local, no final deu certo (Carolina).

> Sim. Isso reflete muito, não só, mas reflete também a questão do preparo, do ensino e do preparo, o pré vestibular, na verdade, porque a gente não tem essa oportunidade, eu não tive cursinho, não fiz cursinho para vestibular, seja o vestibular da URCA ou outros vestibulares, não fiz. Eu fui pesquisar por conta própria como era o vestibular, e eu peguei cadernos anteriores de prova e estudei com mais três amiga. A gente se reuniu durante 6 meses e a gente estudou mesmo, sabe? A gente era o nosso próprio cursinho, então a gente estudava, cada na sua área, eu gostava muito da área de humanas, eu tinha uma amiga que gostava muito da área de biológicas. Tinha um colega nosso que sabia muito da área de exatas, matemática e tudo. A gente foi se ajudando e quando foi no outro ano, em 2017, eu fiz a prova no meio do ano. Todo mundo conseguiu passar, quem estava estudando. E foi isso. (Antonieta).

Aqui, pensamos nessas trajetórias a partir não só do ingresso, mas também do que vem anterior a isso, os caminhos percorridos, os desafios enfrentados, as

condições socioeconômicas e tudo faz parte das vivências dessas estudantes, principalmente como base para construção de suas trajetórias acadêmicas.

E essa narrativa sobre o interesse de ingressar na universidade logo foi abrindo caminhos para dialogar também sobre tensões e desafios cotidianos da vida universitária em vários aspectos. A partir do momento que o diálogo fluía, elas se sentiam confortáveis para falar sobre questões como pertencimento e permanência na universidade, em especial no tocante às ações afirmativas e políticas de assistência estudantil. O que me trouxe muitas lembranças da minha jornada enquanto estudante de graduação, e como eu quis, em determinados momentos, desistir do ensino superior.

2.1 “O QUE ME FEZ QUERER DESISTIR DO ENSINO SUPERIOR”

Todas as narrativas trazidas sobre as vivências dessas estudantes, desde o ensino básico até o ensino superior, está marcada por eventos de discriminação e invisibilidade, assim como a minha também está. Pensando na forma como eu lidei com essas questões na minha graduação, eu perguntei para as estudantes se em algum momento, por algum motivo, elas cogitaram a desistência do curso, e a resposta foi a seguinte:

> Sim, por questões financeiras. Mas logo que consegui uma bolsa remunerada, consegui ter esse suporte financeiro, que não é o suficiente, mas vou me manter do meu jeito. A bolsa remunerada me permite ajudar financeiramente aqui em casa, gastar com trabalhos acadêmicos, me permite participar de aulas de campos que são muito necessárias para o curso. Ela ajuda na permanência, porque muitos alunos precisam pagar aluguel, alimentação, porque muitas vezes os pais não tem condições de ajudar o filho(a) em outras cidades (Carolina).
>
> Sim, pensei em desistir no início do segundo semestre. Era como se nada tivesse se encaixando no plano que eu imaginei, mas aí eu fui persistente e disse “não, eu vou aguentar, eu vou insistir, eu quero ver até onde vai”, e até então, estou aqui nesse desafio (Tereza).
>
> Sim, no 5º semestre eu quis desistir. Mas tive apoio dos amigos e minha irmã para não fazer isso. Por questões psicológicas mesmo, tem aquelas fases que a pessoa quer desistir (Nzinga).
>
> Eu poderia ter trancado, mas, porque como eu disse, no início, foi um ano e meio mais ou menos sem bolsa, com meus pais e com minha família ajudando. Aí finalmente eu consegui uma bolsa, aí se não tivesse conseguido essa bolsa, aí sim, teria sido muito complicado, e talvez eu poderia ter pensado realmente na possibilidade de trancar o curso definitivamente, porque não ia dá. Mas eu consegui a bolsa e tudo, então

> já foi um alívio, porque quando eu consegui a bolsa, eu informei para eles que não precisava mais de ajuda, porque eu entendi que eles já tinham me ajudado por muito tempo e que eu teria que ter essa responsabilidade de me virar sozinha. Então, a partir daí, não tranquei, porque foi um divisor de águas, mas, mesmo assim, depois, começou realmente os problemas apertarem ainda mais, e eu pensei em desistir, e assim, chegou um momento, principalmente no finalzinho agora, antes da pandemia, que eu fiquei pensando assim "qual a motivação para estar no curso?" (Antonieta).

A população negra enfrenta diversas dificuldades ao adentrar esses espaços, seja em fatores econômicos, preconceitos, discriminação e, até mesmo, com o descaso na formação dos docentes no que se refere a educação étnico-racial, trazendo consequências especialmente para esse público. E fica explícito que a desigualdade racial imposta aos negros, ao longo da história, é ampliada quando pensamos em nós, mulheres negras, que estamos submetidas às piores condições de subalternidade, especialmente falando no tocante a universidade.

As respostas aqui expostas apontam que para as entrevistadas, tanto o fator financeiro, como psicológico, influenciam o desejo de não continuar na universidade. Quando é citado o fator psicológico, acredito que tenha relação com o desgaste mental em ter que lidar com o "ser negra" em espaços de branquitude como os da universidade. Sendo negra, eu estou propensa a ter que lidar com o racismo e sexismo em todas as suas dimensões possíveis, porque no imaginário da sociedade brasileira, o racismo é um problema da população negra, assim como o sexismo, das mulheres. Então, são fatores que constroem e fortalecem esse desejo de tomar determinada distância desses lugares.

Me colocando como sujeito participante nesta pesquisa, identifico muitas semelhanças e me sinto contemplada em muitas falas no que diz respeito a forma de lidar com problemáticas que, a partir da minha percepção, somente eu, como mulher negra, enfrentava quando estava na graduação. O que se caracterizava como ausências e predileções, como por exemplo, a falta de professores para orientação em um trabalho sobre questões étnico-raciais que me contemplassem, ou a preferência por mulheres e homens brancos para disposição de bolsas de pesquisa e estágios. Essas são questões que nos colocam no limbo. Ou seja,

fortalecem, muitas vezes, essa negligência que sempre nos é direcionada por sermos mulheres negras.

Então, a partir desse lugar de negligência a que somos submetidas enquanto mulheres negras, identifiquei também semelhanças nas motivações para permanência nesses lugares. O que é extremamente necessário e importante para construirmos nossas discussões acerca das trajetórias socioespaciais, falar não só das violências, mas também das resistências e vitórias alcançadas.

2.2 “O QUE ME FEZ QUERER PERMANECER NA UNIVERSIDADE”

Em relação ao tema da permanência na universidade, o grupo apontou os principais obstáculos para a efetivação da vida acadêmica, onde está explícito que o racismo está presente no "Ser negro(a)" em espaços de branquitude e onde ainda existem sub-representações da população negra. Sob uma perspectiva interseccional, surgem elementos que estão relacionados ao gênero e às condições socioeconômicas como desafios, e como são necessários alguns processos de resistência para a permanência na universidade.

De acordo com o fluir do diálogo, os caminhos foram se abrindo para a possibilidade de falar sobre a visão dessas estudantes acerca das políticas de assistência estudantis, como, por exemplo, as bolsas remuneradas, o restaurante universitário, a residência universitária, entre outras. Então, quando perguntadas sobre isso, elas me disseram o seguinte:

> Sou bolsista desde o 6° semestre, fui bolsista de estágio extracurricular e agora sou bolsista de iniciação científica, atualmente estou no 7° semestre e acho muito importante para qualquer aluno ter esse suporte financeiro, principalmente alunos do turno da manhã, que geralmente não trabalham e não tem a oportunidade de arrumar um emprego de meio período, e também, muitas vezes, não tem condições de só estudar. Eu mesma, algumas vezes não pude trabalhar porque a maioria das empresas só queriam trabalho integral e não meio turno, então eu sempre perdia (Carolina).

> A bolsa é de suma importância para minha vida acadêmica, pois demonstra uma qualidade, profissional falando, que é a residência pedagógica que nos auxilia nessa área, onde me possibilita ter uma experiência na sala de aula, juntamente com o nosso professor orientador. Acredito que me motiva também a seguir no curso, principalmente na licenciatura. E sim, de uma certa forma, ela é a minha permanência no curso, pois, quando eu pensei em desistir, me veio a possibilidade de passar na bolsa, e passei, e foi realmente importante pra que eu permanecesse no curso (Dandara).

> Sim, já participei, fui bolsista do Instituto Chico Mendes. E sim, essas bolsas são bastante importantes para esse processo acadêmico, enquanto universitária, eu acho que elas têm papel fundamental na vida dos estudantes, principalmente porque muitos não tem condições de estar na universidade, mesmo ela sendo pública. Para mim, foi de suma importância e eu acho que deveria ser obrigatória para toda a comunidade acadêmica (Tereza).
>
> Sim, eu consegui bolsa de estágio extracurricular com três meses após o início do curso. E posso dizer que, poxa, tá sendo de suma importância, de verdade, porque custeio algumas coisas com ela, por exemplo, aluguel, impressão de texto e tal. E o R.U, também é de suma importância, além de ser valor muito, muito acessível, ele também dinamiza um pouco o meu tempo, haja visto que eu moro pouco afastada da URCA, então o tempo que eu gasto da URCA pra casa, eu já tenho almoçado e já vou fazer outras atividades. É isso (Maria Firmino).
>
> Bom, acredito que sejam determinantes para a permanência de estudantes de baixa renda na universidade. E eu permeio por essas políticas de permanência da universidade pública, tanto no restaurante universitário - RU, como da residência e de outras políticas, como, por exemplo, as bolsas remuneradas. Tudo isso adquirido através de muita luta dos estudantes, como em qualquer universidade pública, né? E eu acredito que em relação ao RU, a Urca é uma das universidades que tem o preço mais acessível de todas as universidades do Nordeste, porque ainda permanece o valor de 0,80 centavos por refeição, então é uma política de assistência muito válida e, praticamente 90% dos estudantes utilizam dela, mesmo sem saber que é uma política de permanência (Antonieta).

Pensando nesses processos de resistência, logo se vê que as políticas de assistência estudantis foram determinantes para a permanência dessas estudantes na universidade, assim como foi determinante também para mim. Reafirmando ainda mais esse entrecruzamento de trajetórias e construindo possibilidades para abordar outras questões, como, por exemplo, acerca do ser mulher negra na universidade e dos espaços e mecanismos utilizados não só por elas, mas também por mim, como forma de lidar e enfrentar o racismo a partir do ingresso e permanência nesses espaços de branquitude, porque:

> “Eu, mulher negra, resisto.
> Resisto ao seu racismo descarado ou velado na sua falsa bondade.
> Resisto ao padrão medíocre imposto e alimentado por você.
> Resisto à sua colonização todas as vezes que cubro meu ori e reverencio com meu ojá todas aquelas que guerrearam antes de mim.
> Eu, mulher negra, resisto e não me calo”
>
> [...]
>
> (“Eu, mulher negra, resisto”, Maza Dia Mpungo, 2021, p. 129).

Todas essas características das minhas experiências vividas, em relação a outras produções de conhecimento de mulheres negras, informaram a

materialidade deste trabalho acadêmico. É uma pesquisa concebida como uma ação política, uma forma de resistência ao denunciar a opressão e revelar as protagonistas como mulheres negras em busca da sobrevivência no dia a dia dentro desses espaços. Portanto, aqui se compreende que as experiências de vida nos revelam muito sobre o corpo feminino e negro em movimento, no que se refere a pensamentos, ações, emoções, visões, palavras, nossa fala, nossa poesia, nosso canto, nossa escrita e as diversas formas de resistência para permanência nesses espaços em meio a uma sociedade patriarcal e racista.

Neste sentido, a luta e a resistência das mulheres negras existe desde que necessariamente cruzaram o Atlântico, por isso os nossos passos vêm de longe e nós, mulheres negras de hoje, devemos contar as nossas histórias e contribuir para a construção de novas histórias, baseadas nos nossos conhecimentos ancestrais, nossas experiências, a forma como vemos o mundo, a forma como sentimos, vivemos, interagimos, nos vemos, como somos vistos e existimos diante de estruturas de dominação nos cercam e nos violam. Devemos, portanto, nos posicionar como atores políticos na academia e nos desafiar a criar ciência baseada em nossas histórias de vida, em nossas experiências, em nossa visão como corpo negro. As mulheres negras vivenciam a opressão, porém, apesar disso, sobrevivem e resistem para destruir estereótipos negativos relacionados aos nossos corpos, mesmo que a estrutura acadêmica imposta esteja determinada a excluir-nos, a tornar-nos impossíveis, a silenciar-nos, a falar por nós, de nós para os seus e para os nossos, a partir deles e para eles.

Acredito que o espaço da universidade, para além de ser um espaço de dor e violência, também pode ser palco para nossa resistência e vitória contra esse sistema que tenta nos capturar a todo custo. E para além do individual, essa construção social pode ser constituída por múltiplas vivências e experiências que se atravessam em diversos sentidos, pela coletividade, especialmente, de mulheres negras nesse espaço.

Segundo Cirqueira (2008, p.15), o espaço é uma totalidade que se constitui de uma multiplicidade de espacialidades articuladas de forma mútua, possibilitando uma análise acentuada a partir de categorias geográficas, como:

paisagem, lugar, território, região, etc., e que são recursos analíticos preenchidos de diversas e distintas concepções, apesar de estarem dentro das mesmas possibilidades e partilharem de uma mesma realidade, ou seja, as narrativas, histórias e trajetórias estão espacialmente sincronizadas, cada uma em sua própria posição social-espaço-temporal. Dessa forma, o espaço é um produto de correlações que são compostas por interações que permitem a existência de múltiplos, nos quais coexistem as trajetórias e, assim, como são as relações de gênero e raça, o espaço também pode ser considerado uma construção social, pois é ocupado a partir das reproduções sociais vividas por meio das experiências geográficas.

2.3 “OS PASSOS DESSA TRAJETÓRIA, SEUS PRESSUPOSTOS E DESDOBRAMENTOS”

Quando se busca adentrar na temática étnico-racial dentro do curso, percebe-se que há uma carência de atenção maior no que se refere a essas temáticas, principalmente quando se fala sobre a situação de mulheres negras nesses ambientes. Sabe-se que o movimento de ocupação desses sujeitos nas universidades brasileiras ainda é um processo que está em construção, considerando que historicamente esse acesso é possibilitado estruturalmente para pessoas brancas. Legalmente, esse acesso foi impulsionado pela Lei de Cotas, nº 12.711/2012, e foi implementado na URCA no ano de 2018, após um longo processo de luta construída pelos movimentos sociais dentro da universidade, que anterior a implementação, realizaram atos e ocupações em prol das políticas afirmativas, esperando que a inserção de pessoas negras, através das cotas, modificassem o perfil da composição dos discentes da instituição. Segue abaixo no Quadro 1 dados da Pró-reitoria de Planejamento e Avaliação – PROPLAN com o quadro de estudantes divididos por Cor/Raça no período de 2016 à 2022, obtidos por meio de questionários socioeconômicos aplicados na plataforma Aluno Online da Universidade. Os dados do ano de 2023 não puderam ser contabilizados, pois o calendário acadêmico ainda se encontrava em vigência, logo, os dados não estavam disponíveis.

Quadro 1: Quantidade de discentes por Cor/Raça 2016-2022.

Cor/Raça	2016.2	2017.2	2018.2	2019.2	2020.2	2021.2	2022.2
Parda	1261	3162	4306	4146	4143	3927	1062
Preta	290	744	1146	1248	1223	1098	168
Indígena	18	54	49	35	38	37	3
Amarela	68	198	608	480	422	366	45
Branca	656	1757	2044	1928	1866	1740	614

Fonte: Autora (2023)

O quadro 1 mostra que o corpo discente da universidade é composto majoritariamente por pessoas que se autodeclaram pardas, que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, estão inseridas no grupo da população negra, sendo dividida em pretos e pardos. O termo pardo surgiu durante o período de colonização espanhola, entre os séculos 16 e 18, e de acordo com o IBGE, é resposta a uma mistura de origens étnicas, fenotípicas e culturais, ou seja, de uma miscigenação. O que acaba dificultando a identificação e até autoidentificação da população negra como tal, pois o termo vem agregando todas as miscigenações desde o processo de colonização até o projeto de embranquecimento da população, que vigora até os dias atuais, causando estranhamento e desconhecimento de origens, exclusão, invisibilização e principalmente, de desconstrução da imagem e identidade dos sujeitos enquanto pessoas negras. Segundo a filósofa Sueli Carneiro (2004):

> [...] a fuga da negritude tem sido a medida da consciência de sua rejeição social e o desembarque dela sempre foi incentivado e visto com bons olhos pelo conjunto da sociedade. Cada negro claro ou escuro que celebra sua mestiçagem ou suposta morenidade contra a sua identidade negra tem aceitação garantida.

O processo de miscigenação, segundo Gonzales (2020), nada mais foi que o resultado de violências sofridas por mulheres negras e indígenas por parte de uma minoria branca que aqui nos colonizou através da nossa ancestralidade, construindo uma base para o grande mito da democracia racial, que ainda é uma crença sustentada pela branquitude no nosso país.

As pessoas de cor parda estão em maioria na população brasileira, considerando o intenso processo de miscigenação entre os diferentes grupos

étnico-raciais. O sujeito pardo não está isento de sofrer com as consequências do racismo, já que ele é estrutural e está presente em todas as relações sociais. Esse embranquecimento em que a população negra e ameríndia foi submetida de forma forçada, se apresenta como uma estratégia de genocídio desses povos desde o início da diáspora (Gomes, 2019, p.67).

Além dessa problemática, persiste também a utilização do privilégio branco, dessa vez como forma de fugir da sua brancura e negar a existência desses privilégios. Assim como afirma a doutora e pesquisadora Carla Akotirene (2023), quando diz que pardo é a opção de cor para “negros de pele clara”, pois, “nem todo negro tem a cor da pele preta”. Segunda a autora, quando pessoas brancas se autodeclaram pardas, o termo “pardo”, que é originado dentro do movimento negro, perde a sua raíz e sua origem, fortalecendo ainda mais um epistemicídio. Isso vem acontecendo dentro das universidades, principalmente a partir da autodeclaração de cor/raça para que se possa usufruir do direito às políticas afirmativas.

Com base em dados do Censo da Educação, em termos de rede pública de ensino superior, mulheres negras representam o maior grupo de ingressantes no ano de 2017, fruto também da implementação da Lei nº 12.711/2012, conhecida por Lei de Cotas. A partir disso, se desenha um caminho que aponta para mais corpos negros nos espaços de ensino e na produção de conhecimento acadêmico, apesar de lento, o processo está acontecendo e necessita de um tempo maior de caminhada.

Destaca-se que nesses últimos 20 anos, a inserção das políticas afirmativas nas universidades, de acordo com Cirqueira *et al.* (2020, p.7), elas “ampliaram a entrada de estudantes negros e negras nas universidades brasileiras e, de alguma forma, impactaram na política de produção do conhecimento”, modificando o perfil de corpos inseridos nesses espaços e mudando a condição desses sujeitos, pois de “objeto de estudos, estudantes negros passaram a questionar a produção de conhecimento realizada nas universidades brasileiras e a dar sua própria versão sobre uma série de temas.” (Cirqueira *et al.,* 2020, p.7). Além da Geografia, outras ciências também foram afetadas com esse crescimento significativo de pessoas

negras nas universidades, pois são obrigadas a dialogar em interseção com métodos e epistemologias comprometidas com a compreensão acerca das relações étnico-raciais e agora, das Geografias Negras.

De acordo com Santos; Pinheiro e Cavalcanti (2020), é importante ressaltar que a política de cotas não tem o poder de agir sozinha nesse processo de inserção da população negra no ensino superior, e isso aponta para a necessidade maior de um conjunto de ações que contribuam e promovam a permanência desses sujeitos nesse ensino, oferecendo suporte às suas vidas acadêmicas. Ainda seguindo a lógica dos autores, “escalar uma vaga na universidade pública é, de fato, uma grande conquista, mas também traz consigo um grande desafio para se manter neste espaço”.

Para Santos; Pinheiro e Cavalcanti (2020), a promoção de permanência desses sujeitos tem se tornado um dos principais pontos a serem discutidos no ensino superior, pois há uma fragilidade nas relações acadêmicas que contribuem para que essa população não alcance uma articulação no sentido de permanecer nestes espaços, sendo preciso a confirmação de uma “necessidade da afirmação racial, para que esses estudantes possam melhor beneficiar-se das bolsas de estudo que lhes foram propiciadas” (Santos; Pinheiro e Cavalcanti, 2020, p.6).

Para as mulheres que aqui participaram da pesquisa, a política de assistência estudantil, como, restaurante universitário, residência universitária, bolsas de estágio, de iniciação científica e a docência, foi e continua sendo um fator determinante para permanência delas e de muitos outros colegas no espaço da universidade. A entrevistada Nzinga relatou sobre como foi o processo de ingresso na universidade antes mesmo de conseguir uma bolsa estudantil e como isso afetou o seu desejo de estar nesse espaço.

> Quando eu fui aprovada no curso de Geografia da URCA, eu trabalhava em um salão, e me veio o questionamento: “por que eu tinha feito a minha inscrição para o turno da manhã?”, e eu fiquei naquela dúvida se eu passaria para noite ou não por questão do trabalho. Só que aí, meio que o trabalho não valia tanto a pena eu fazer esse esforço para mudar de turno, apesar de precisar muito dele. Então, decidi sair do trabalho e fiquei só indo para URCA, só para o curso e tal. Só que aí foi muito bom, porque no 2º semestre do curso, eu já consegui uma bolsa, e eu sou bolsista desde então. Só que aí, no período da pandemia, foi bem turbulento, né? E a gente tem que ser bem sincera com a gente mesmo, que 450,00 (valor da bolsa), às vezes não dá pra nada. Então eu sou

> uma pessoa que gosta e precisa trabalhar, então, para além da bolsa, eu faço meus bicos também. Meu orientador não sabe, mas eu faço. E em questão psicológicas mesmo, tem aquelas fases que a pessoa quer desistir, pelo menos no 5º semestre eu queria desistir. Não queria mais, não queria mais de jeito nenhum (Nzinga).

Relato que mostra a relevância da política de entrada e de permanência nas universidades, principalmente para populações marginalizadas historicamente, e que se repete no discurso de outras mulheres que estão inseridas nesses espaços, e que muitas vezes, além de arcarem com custos do curso, precisam também auxiliar financeiramente em casa, como diz a Carolina:

> Sou bolsista desde o 6° semestre, fui bolsista de estágio extracurricular e agora sou bolsista de iniciação científica, atualmente estou no 7° semestre, e acho muito importante para qualquer aluno ter esse suporte financeiro, principalmente alunos do turno da manhã. Algumas vezes não pude trabalhar porque a maioria das empresas só querem trabalho integral e não meio turno. A bolsa remunerada me permite ajudar financeiramente aqui em casa, gastar com trabalhos acadêmicos, me permite participar de aulas de campos, que são muito necessárias para o curso. Ela ajuda na permanência de muitos alunos que precisam pagar aluguel, alimentação, porque muitas vezes, os pais não tem condições de ajudar o filho(a) em outras cidades.

Para a maioria das mulheres negras inseridas no ensino superior, há uma responsabilidade maior que a elas é imposta, que é a de ser a primeira pessoa da família a terminar o ensino básico e ingressar no ensino superior. Pessoalmente falando, sinto que essa questão me atravessa profundamente, assim como grande parte de todas as questões aqui levantadas. Mas, trazer aqui relatos sobre as dificuldades de permanência na universidade quando se tem essa responsabilidade de ser a primeira ingressa da família nesses espaços, principalmente sendo uma mulher negra, toca em lugares doloridos da memória.

Fazer essa quebra de barreira, em especial as históricas racistas, sexistas e classistas dentro de espaços de poder, como a universidade, traz algumas implicações e enfrentamentos. Considerando o contexto social capitalista de supremacia patriarcal branca, mulheres negras, para estarem e serem consideradas pertencentes a esses espaços, precisam estar à frente de uma luta dolorosa e árdua, onde precisam lutar contra diferentes tipos de opressões, naturalizadas e reproduzidas constantemente por seus pares.

Em um linha contínua de crescimento, em 2019, com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, a porcentagem de mulheres negras no ensino superior, considerando também as pardas, era de 27% com relação às mulheres brancas e homens brancos, que tinham o total de 25%. Já os homens negros, ficavam atrás com 23%. Comparado ao ano de 2001, os dados mostram uma significativa modificação do quadro do perfil de ingressantes no ensino superior, pois naquele ano, mulheres negras estavam inseridas no terceiro grupo, representando apenas 19% das universitárias, atrás das mulheres brancas, com 38%, e dos homens brancos, com 30%. Os homens negros, novamente estavam por em última colação no grupo, com 13%.

Em relação ao gênero, os dados da Pró-reitoria de Planejamento e Avaliação – PROPLAN da URCA mostram que o gênero feminino está em maior quantidade em relação ao gênero masculino e aos que não se identificam com nenhum dos gêneros. A partir dos dados obtidos em números ou porcentagem, não foi possível detalhar a composição de discentes referentes ao número de mulheres negras com relação às não negras, mas, é importante pontuar que a pesquisa se apoia em uma abordagem qualitativa, e não quantitativa, e os dados abaixo mostrados podem apenas auxiliar na complementação de informações prestadas através das narrativas para caracterização do campo de estudo. Veja a seguir no quadro 2:

Quadro 2: Quantidade de discentes por Gênero 2016-2022

Gênero	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Masc	988	2440	3493	3482	3240	2998	868
Fem	1306	3478	4655	4339	4434	4136	1019
Outros	9	27	19	22	20	34	5

Fonte: Autora (2023)

Fazer esse diálogo sobre racismo em espaços públicos e, a partir deles, é algo que ainda custa caro em nossa sociedade, ainda mais quando esse diálogo é atravessado pelas questões de gênero. Estamos acompanhando alguns avanços direcionados para a população negra, fruto de uma luta histórica dos movimentos sociais negros e, principalmente, de mulheres negras. Mas, infelizmente, isso não

traz isenção para diversas situações que ainda temos que enfrentar, de discriminação, preconceito e até mesmo de negação de direitos básicos, principalmente em espaços públicos e institucionais, como os da universidade.

Esses espaços não estão isentos à lógica construída socialmente de desigualdades entre os indivíduos. São espaços onde o distanciamento e a hierarquização na dimensão espacial tomadas por esses sujeitos é tratado como algo banal e natural, produzindo lugares para pessoas negras, como se fosse natural, como por exemplo, a ideia que foi criada para destinar lugares subalternos direcionados para mulheres negras como se fosse algo “correto”.

Conformada de que para se compreender as trajetórias socioespaciais é necessário um olhar atencioso para os lugares em que os indivíduos vivenciam suas experiências no decorrer da vida dentro do espaço e na sua totalidade, reafirmo a importância de se construir um debate a partir de uma análise em “micro escala” (CIRQUEIRA, 2008, p.16) tomando como referência o conceito de “lugar”.

3 “O PALCO DA NOSSA HISTÓRIA, EM QUE SE ENCONTRAM AS COISAS, OS OUTROS E A NÓS MESMOS”: LUGAR COMO REFERÊNCIA SOCIOESPACIAL

Compreendendo que as trajetórias socioespaciais são tidas como “deslocamentos de um indivíduo ou coletividade entre locais distintos e entre espaços” que são significados e “fazem a diferença na situação social” dos indivíduos (Santos; Ratts, 2015, p. 646-647), os lugares são espaços onde cada indivíduo se relaciona com o mundo e onde o mundo se relaciona com o indivíduo, individualmente ou no coletivo. Por isso, evidencio a importância de análise desta categoria como caminho para uma discussão mais ampla sobre os percursos e desdobramentos das trajetórias socioespaciais.

Desde a institucionalização da Geografia enquanto ciência, existe um debate acerca de seu objeto de análise, o Espaço. Milton Santos (2004) afirma que para se pensar e Geografia dessa forma, é necessário refletir sobre seu objeto e método de análise, o considerando como um:

> [...] conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento (...) O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois, têm um papel na realização social (Santos, 1997, p.26).

É nesse sentido que Cirqueira (2008, p.15) traz o espaço como uma produção social, e não como ontológica, “um construto a partir da relação entre a materialidade e os processos sociais”. Ele é entendido como uma totalidade que se constitui de uma multiplicidade de espacialidades articuladas entre si de forma mútua. O autor ainda ressalta que “são nesses termos que podemos falar do “espaço vivido”, “espaço urbano”, “espaço rural”, “espaço econômico” etc., e nos utilizando das categorias analíticas da geografia: paisagem, lugar, território, região, etc., podemos recortá-lo para análise”

Ao se referir a essas categorias, é perceptível que há uma multiplicidade de sentidos, principalmente porque a “fundamentação teórico metodológica” (Cirqueira, 2008, p.16) utilizada por autores são, muitas vezes, distintas umas das

outras, ou seja, nem sempre há um consenso de ideias no meio geográfico acadêmico. Acreditando que hajam várias concepções e usos da categoria de lugar, nos propomos a construir uma discussão acerca da conceituação desta categoria, como forma de análise do espaço em suas múltiplas especificidades.

Cirqueira (2008) faz uma observação acerca do uso desta categoria quando utilizado por geógrafos ou até mesmo autores de outras áreas, de forma “simples” e não como uma categoria analítica, como por exemplo, quando o lugar é utilizado como sinônimo de local ou posição para definir um ponto no espaço, ou seja, para definir um ponto geométrico no mapa. Pensando assim, qualquer aspecto que possa identificar esta categoria como base para uma investigação analítica científica é retirado automaticamente da discussão, pois se torna banalizada, principalmente porque logo se pensa que ela pode estar em qualquer lugar do planeta, sem distinções e possibilidades de distinções no espaço.

É importante salientar que desde os tempos mais remotos, a sociedade utiliza de conhecimentos geográficos no seu cotidiano, embora a geografia ainda não fosse considerada uma ciência, como por exemplo, para desenhar trajetos, se locomover e produzir mapas mentais. Assim, é percebido que desde essa civilização mais antiga, a preocupação em se orientar no espaço é de extrema importância, e era nesse exato momento que o “lugar” ainda era usado como sinônimo de “local”. O termo lugar “foi definido de acordo com as características naturais e culturais próprias de uma determinada área. Estava ligado à noção de localização” (Costa; Rocha, 2010). “Assim, o lugar era vinculado ao espaço absoluto, isto é, por coordenadas geográficas/geodésicas, onde o estudo e a confecção de mapas eram um dos fundamentos da disciplina” (Rizzatti, ***et al.,*** 2021*).* Porém, com o passar do tempo, verifica-se que o conceito ganhou uma significação que está totalmente atrelada/conectada com o ser humano e ao seu cotidiano, levando em consideração seus sentidos e sua relação com o lugar, assim sendo:

> [...] um espaço não delimitado, onde nós vivemos, trabalhamos, estudamos, conhecemos as pessoas, pressupõem uma certa vivência, uma certa identidade, envolvendo o sentimento de pertença e intencionalidade. O estudo do lugar passou por modificações ao longo do tempo com a sucessão das diferentes correntes teóricas da Geografia.

> Iniciou-se como uma referência locacional e passou a ser, efetivamente, usado como categoria de análise essencial da disciplina a partir da consolidação dos estudos da Geografia Humanista (Rizzatti, *et al.,* 2021).

De acordo com o que indaga Cirqueira (2008, p.16), dentro da relação entre espaço e sociedade, pode-se destacar duas importantes perspectivas no que diz respeito ao lugar. Uma que se caracteriza como uma construção coletiva de grupos em relação a um determinado local; e a outra que entende o lugar como uma construção individual, onde o sujeito constrói uma "relação íntima" com o espaço. Segundo o autor, mesmo que em algum momento haja concordância entre essas concepções, elas se diferenciam conceitualmente.

Na primeira perspectiva mencionada acima, o lugar é visto como uma espacialidade. Pode-se dizer que é uma escala reduzida, ou o mínimo da escala geográfica, é onde os grupos sociais estão localizados. É onde os grupos sociais experimentam e conhecem o espaço em sua totalidade, expressando os seus modos de vida. A categoria de lugar está diretamente relacionada com "estar no mundo" (Ribeiro, 1992-1993), e considerando a nossa "natureza social" (Ribeiro, 1992-1993), o viver neste mundo traz muitas implicações sociais. Deste ponto de vista, um dos elementos constitutivos do lugar é a vida cotidiana. Pode ser uma relação que está interligada entre o grupo social e o espaço. Com isso, o lugar não está esvaziado de historicidade, mas está formado e inserido dentro de um contexto espacial-histórico-social, que lhe permite ter condições estruturais. Em outras palavras, é o cotidiano que dá sentido ao lugar (Cirqueira, 2008, p.17).

Já na segunda perspectiva, presente principalmente na Geografia Humana, é considerada a posição do lugar no projeto do indivíduo, mesmo que haja uma interação entre ele e um grupo social. Ou seja, o lugar se constitui pela experiência direta do indivíduo com espaço, sua significação no plano imaginário-simbólico, através da criação dos sentidos e do pensamento. Nas palavras do Geógrafo Diogo Marçal Cirqueira (2008), "o lugar é uma criação dos sentidos e do pensamento, uma espacialidade experimentada sensorialmente e/ou imaginada cujo indivíduo dá um significado organizado". Entendendo que o sujeito, inserido numa relação com a materialidade espacial, possui uma importância subjetiva na construção do lugar, é possível afirmar que "o lugar não está nos

objetos, mas sim, na ação vivência – significação desenvolvida pelo sujeito" (Cirqueira, 2008, p.20). Ou seja, os processos sociais trazem uma influência na experiência individual de cada sujeito, dentro de suas espacialidades.

Considerando a discussão levantada nesta pesquisa, compreendo que seja necessário discutir como essas espacialidades vem sendo construídas para pessoas negras dentro da ciência geográfica, pois "lugares negros importam na pesquisa geográfica" (Guimarães, 2018). Isso nos aponta para uma reflexão de que "memórias sociais com suas consequentes ações e lugares de resistência", geram marcas negras no espaço geográfico, que contribuem para construção de diversos lugares onde podemos pensarmos em termos de ancestralidade, e gerarmos memórias que permanecem gravadas, seja de forma oral ou como registro impresso, e visíveis na paisagem:

> Com o advento de um aumento de discussões sobre a globalização podemos encontrar na obra de diversos autores (as) que a corporeidade é redescoberta nas indagações acadêmicas, assim o corpo é concebido como algo materialmente visível, palpável e concreto, diante de um universo difícil de ser apreendido. Dentro desta perspectiva, é possível arriscar o corpo negro como um lugar, um intermédio entre o mundo e o indivíduo, um meio da memória (onde as próprias memórias, as relações estão impressas). As marcas do passado que até então eram percebidas apenas no espaço, também estão localizadas nos corpos, assim o corpo pode ser entendido como um ponto, um lugar onde as negras memórias estarão presentes, também as resistências (Guimarães, 2018, p.106).

A leitura do corpo pode ser feita de forma espacial, geográfica e acrescentada às paisagens culturais que estão expressadas pela materialização das experiências vividas durante todo o processo de formação espacial. Seguindo a tríade construída a partir do lugar pensado por Milton Santos: "Individualidade, corporeidade e cidadania", podemos refletir que:

> [...] o conceito de lugar se adaptar às discussões contemporâneas necessárias e emergentes da atualidade nas quais vários outros elementos são constituídos como lugares ou como parte deles, assim é o corpo, parte constituinte do espaço geográfico produzido ao longo do tempo e apresentado e a partir de construções sociais carregadas de simbolismos, representações e ideias (Guimarães, 2018, p.107).

A corporeidade traz influência nos mais diversos espaços sociais pelos quais perpassam a população negra, com isso, é necessário frisar que as problemáticas que estes sujeitos vivenciam dentro do sistema educacional trazem

efeitos consideráveis para suas trajetórias. Numa perspectiva racial, pensando o corpo negro através do pensamento de Beatriz Nascimento (apud Ratts, 2007), entende-se que o corpo negro é constituído a partir de sua experiência na diáspora atlântica e na transmigração, “e mesmo que este seja o limite da resistência, “buscando liberdade e construindo lugares”, também é extremamente fustigado pelos resquícios da escravidão e pelo racismo, ao ponto da “perda da própria imagem” (Cirqueira, 2008, p.31). Em meio a uma sociedade hegemonicamente branca, a autora reflete sobre o processo de construção de um corpo negro e como, diante dessa sociedade, esse corpo é desumanizado, sendo obrigado a seguir padrões estéticos brancos.

3.1 A IDENTIDADE COMO PROCESSO DE METAMORFOSE A PARTIR DA CORPOREIDADE NEGRA

“A identidade é sempre processo de metamorfose cujo sentido ético é a emancipação que se concretiza através de ações políticas” (Santos e Miranda, 2021, p.4). Esse movimento de metamorfose aqui referido vai de encontro com o processo de humanização dos corpos negros, mas que por muito tempo, se movimentou de forma divergente a esse processo de humanização. Ou seja, há fatores que colaboraram para que corpos negros fossem desumanizados.

A questão da identidade torna-se urgente nos tempos modernos e reflete-se em versos que ecoam a subjetividade inquieta e atenta de procurar e moldar-se através do encontro com os outros. E aqui há um encontro de vozes, no singular e plural, no confronto com preconceitos herdados do passado escravista que necessitamos tanto urgentemente combater.

> “Pular muro é pouco, agora é tempo de empurrar paredes inteiras sem pedir licença. O tempo não tem sido manso com os corpos negros, por que haveria de serem mansos os sobreviventes? Quando se rasgam os corpos rasgam-se também os mundos, mulheres negras sabem muito bem o que é isso, pois carregam consigo todos os mundos que desconstruíram para que os corpos dos filhos se mantenham vivos. [...]”
>
> (“Aquilombar nunca foi verbo manso”, Graça Marques, 2021, p. 87).

A corporeidade negra é parte da construção da nossa identidade e, por diversas vezes, expressa a violência causada pelo racismo, principalmente na forma de apresentação dessa materialidade que é o corpo trazido como uma:

> Dimensão biológica que materializa a presença do ser no mundo. É o lugar concreto onde manifestamos vontades, desejos, tudo o que foi aprendido e observado ao longo da história pessoal e por esta razão é fruto de construção social, repleto de representações culturais e simbólicas da sociedade (Souza, 2015, p.2).

Assim, o corpo é a materialidade de quem somos no mundo, como somos vistos e interpretados, “é parte de um conceito que pré-estabelecemos sobre as diferenças” (Souza, 2015, p.2). Pensando nisso, acredito que a sociedade, por meio de uma educação, constrói percepções de um padrão a que deve seguir, fazendo com que a construção dessa corporeidade e identidade social tenha como base essa percepção criada a partir da política e cultura dos discursos pré-estabelecidos. “O corpo é um elemento central da representação social da raça e do gênero que, geralmente, produz uma percepção estereotipada e calcada numa cisão entre superioridade e inferioridade” (Souza, 2007, p.27).

Esse padrão tem sido refletido e reproduzido durante séculos na nossa sociedade, principalmente dentro de espaços como os da escola e universidade. Crianças e adolescentes negras crescem nesses espaços com a ideia de que precisam seguir padrões ditados pela branquitude, que precisam olhar para o branco como ponto de referência. Entendemos esse processo como uma ideologia do branqueamento, onde ele “atua como resultado de ideias provenientes do processo de colonização brasileiro, no qual haveria uma suposta superioridade racial daqueles considerados brancos sobre os negros” (Santos e Miranda, 2021, p.5). Essa é uma herança que permeia o imaginário social brasileiro e traz uma ideia de inclusão. Munanga (2004) discute sobre o “embranquecer-se” como uma forma de negar raízes e características do próprio processo identitário, atrasando o reconhecimento enquanto sujeitos afro-brasileiros e se aproximando desse padrão hegemonicamente branco.

A mulher negra brasileira, na situação em que se encontra atualmente, é enxergada como fruto da colonização que ainda perdura, apesar de se apresentar em outros padrões, pois:

> A sociedade brasileira se caracteriza por níveis significativos de desigualdades sociais, sendo que essas assimetrias, presentes em diferentes esferas sociais, resultam de construções sócio-históricas acerca do patriarcado. O patriarcado condicionou as mulheres à condição de subalternidade no mercado de trabalho e, inclusive, no ambiente universitário. Além disso, o campo científico é um espaço de disputa em que são valorizadas a objetividade, abstração, racionalidade, lógica e universalidade, características tradicionalmente associadas ao sexo masculino (Ferreira et al., 2022, p. 304).

No período da colonização brasileira, o trabalho já era comum na vida de mulheres negras, mas se restringia ao trabalho em lavouras, afazeres domésticos, bem-estar da "sinhá" como ama ou mãe preta de seus filhos. Porém, como bem destaca Souza e Ratts (2006, p.2), é possível associar as atividades exercidas por mulheres negras daquela época com as que elas exercem no mercado de trabalho atual, fazendo uma forte analogia entre as funções, por isso que tornou-se "comum reproduzir a ideia de que a cozinha e trabalho doméstico são espaços sociais por excelência da mulher negra" (Souza; Ratts, 2006, p.2), o que também reforça a falta de comprometimento da sociedade com a escolarização desses sujeitos, fortalecendo a ideia de que "a situação de precariedade vivenciada, de modo geral pelas mulheres negras sempre foi um impedimento ao avanço da sua escolarização" (Queiroz; Santos, 2016, p.73). Tanto que é surpresa para muitos quando uma mulher negra ascende socialmente, principalmente através da carreira acadêmica, porque "ela ressignifica um lugar que não lhe é atribuído como natural, mas como algo acima do previsível" (Santos e Miranda, 2021, p.8).

Para além da ideia de que a mulher negra existe somente para o serviço de cozinha e trabalhos domésticos no geral, destaca-se também a objetificação e sexualização que esses corpos femininos negros são submetidos, estreitando ainda mais o afastamento dessas mulheres do ato de pensar e produzir ciência, como bem fala bell hooks (1995, p.468), citada por Valério *et al.*(2021, p.12):

> Hooks (1995, p. 468) aponta o fato da mulher negra culturalmente não ser ligada ao ato de pensar, de produzir ciência; estão ligadas à objetificação e sexualização do corpo, o que faz com que "[...] sejamos intrusas para colegas de perspectivas estreitas". Desse modo, faz-se correlação desse não lugar da mulher negra na ciência, na produção de conhecimento, com os aspectos culturalmente construídos sobre o seu papel social. Como resquícios do período escravocrata, o senso comum,

> até os dias atuais, aprisiona e associa as mulheres negras aos trabalhos domésticos, aos serviços da casa grande e aos serviços sexuais.

Considerando que alguns espaços se configuram como “acolhedores da sociedade branca” (Souza; Ratts, 2006), trazendo desvantagem a população negra, é possível perceber que, a partir das relações sociais, se constrói uma determinada dimensão espacial, reforçando a segregação social e racial sofrida por mulheres negras ao longo do tempo. No ambiente acadêmico, consequentemente dentro da pesquisa científica, não é diferente, essa segregação foi e é refletida nesses espaços, causando esse sentimento de não pertencimento, de distanciamento, de medo do lugar. Observando as narrativas trazidas aqui, percebemos que as ocasiões em que o racismo é vivenciado por essas estudantes constroem esse contexto, digamos assim, inibidor, na vida acadêmica, o que reflete muito na participação dela, principalmente dentro da pesquisa e no pensar perspectivas de um futuro melhor.

A geografia humanista dialoga com esses sentimentos a partir da existência de dois conceitos abordados pelo geógrafo Yi-Fu Tuan (1980), que são: topofilia e topofobia, que se configuram como apego e aversão, respectivamente. Neste caso, destacamos o termo “topofobia”, que remete a uma aversão, causando medo e determinando alguns espaços como fonte desse medo, acarretando estranheza e distanciamento desses sujeitos. O que significa que, na relação entre o ser humano-lugar-natureza, tanto pode haver apego e familiaridade, como aversão e horror.

Durante séculos, nós, mulheres negras, fomos condicionadas a um lugar de subordinação, sempre. Com isso, se tornou comum o sentimento de aversão e rejeição a espaços como os da universidade, que foram construídos por e para pessoas brancas. Essa estranheza em relação a determinados espaços, nada mais é do que a falta de pertencimento que o medo nos causa. Esse é o resultado de séculos de “uma história única” (Adichie, 2009), que excluiu e invisibilizou a população negra, principalmente mulheres negras, em espaços dominados pela branquitude e que insistem na ideia de que mulheres negras estão sempre destinadas a lugares e cargos de subordinação. Então, acredito que:

> A insistência cultural em que as negras sejam encaradas como empregadas domésticas, independentemente de nosso status no trabalho ou carreira, assim como a aceitação passiva desses papéis pelas negras, talvez seja o maior fator a impedir que mais negras escolham tornar-se intelectuais (1995, p.470).

Considerando essa questão, Ratts afirma que “a invisibilidade da mulher negra no espaço acadêmico também se consolida porque o seu outro (homem branco, mulher branca ou homem negro) não a vê nesse ambiente e nem mesmo trilhando esse itinerário intelectual” (2007, p.29). A exemplo disso, Guimarães (2015, p.20) afirma que “as pesquisas realizadas por pessoas negras são silenciadas no mundo acadêmico ou pouco conhecidas, tornando a visão desde dentro praticamente inacessível”. Mas que apesar disso, esses grupos “não deixam, todavia, de existir: resistem aos silenciamentos, apagamentos e apropriações impostos”.

Pensando diretamente sobre o conceito de epistemologia como o estudo de princípios, hipóteses e resultados das diversas ciências, resultando na teoria dos conhecimentos (Lima, 2021), que funciona como uma ferramenta para se alcançar a compreensão de conhecimentos produzidos pela sociedade a partir de métodos e saberes científicos. Dessa forma, quando uma forma de saber é negada e negligenciada, causando um determinado apagamento do saber de um povo, ocorre o que conhecemos como epistemicídio, ou seja, a morte do conhecimento.

Sueli Carneiro (2005) apresenta o epistemicídio como base para construção de um debate acerca de todas as desqualificações constantemente impostas aos sujeitos afro-brasileiros e seus conhecimentos. A partir da realidade do ensino superior, o epistemicídio nos mostra como a população negra brasileira se depara com processos e situações de inferiorização, gerando no seu imaginário a ideia de “destituição da capacidade de articular um pensamento crítico e reflexivo ou mesmo de produzir cultura” (Passos; Pinheiro, 2021, p.123).

> Lidas com as lentes educacionais, a desqualificação epistêmica e a negação ontológica se convertem no ocultamento dos conhecimentos afro-brasileiros em nossos currículos e na evasão expressiva de educandas/os negras/os, tendo em vista que muitas vezes os racismos vividos, ao posicioná-los como Não-Ser, inviabilizam a permanência destas/es nos espaços educacionais (Passos; Pinheiro, 2021, p.124).

A respeito dessa hegemonia que persiste, tanto na configuração de quem compõe grande parte do quadro de discentes e docentes nas universidades brasileiras, como também nas bibliografias utilizadas nos cursos de graduação e pós-graduação, essas desigualdades vem sendo apontadas por autores/as e intelelectuais negros/as no Brasil, em especial no Brasil:

> A presença de corpos negros em lugares do conhecimento, de forma horizontal e não hierarquizada como comumente é visto no Brasil em razão das desigualdades raciais, muda radicalmente o ambiente escolar e universitário. Não somente pela participação quantitativa, pela corporeidade, pelos diferentes níveis socioeconômicos, mas principalmente graças aos saberes, aos valores, às cosmovisões, às representações, às identidades que passam a fazer parte do campo do conhecimento (GOMES, 2018, p. 240-241).

Por isso, se faz necessário pensarmos também em formas de reconstruir uma Geografia por meio de novos métodos e metodologias que estejam baseado em uma produção de conhecimentos acerca de histórias e culturas de “grupos sociorraciais colonizados e escravizados” (Guimarães, 2020, p.295), para que só assim, mulheres negras, que fazem parte desses grupos, estejam inseridas verdadeiramente em uma análise espacial e suas dimensões. Seguindo nessa perspectiva, destaco aqui uma fala importantíssima da filósofa Katiúsca Ribeiro ao Jornal Sul 21, quando ela diz que:

> “História é poder. E uma das bases que alicerçam o racismo é o epistemicídio. O epistemicídio chega antes da bala, chega antes da corrente, chega antes das violências e das desigualdades. Porque, se você não tem uma base que alicerça uma história humana que não seja uma história somente de açoite e chicotes, o que você reconhece na nossa população e como isso cria, na nossa subjetividade, um lugar de desumanização das nossas populações negras. Então, quando você reintegra a história, você reintegra uma possibilidade de reconhecer esses sujeitos que não seja pela desumanização”.

A geógrafa Geny Guimarães, acredita que ao contrário do que vinha prevalecendo na história do pensamento geográfico, é importante que haja essa inserção maior desses sujeitos na construção de conhecimento, para que haja transformações nos estudos que são raciais, mas que ainda estão moldados em heranças coloniais e baseados em referências epistemológicas racistas.

As entrevistadas Carolina e Antonieta trazem relatos sobre a forma com que esse padrão de referência branca influenciou em suas identidades como mulheres negras. Quando perguntada sobre a sua trajetória no ensino básico

como menina negra, a Carolina disse que enfrentou muitas situações racistas dentro de uma instituição de ensino fundamental, mas que naquele tempo, não havia educação étnico-racial e letramento racial por parte dos (as) professores (as) e nem de seus pais, que não souberam lidar com a situação, mesmo entendendo que se tratava de racismo. Como forma de tentar fugir desses episódios, ela procurava justificativas para tais ações, e uma delas era assumir uma culpa que não lhe pertencia:

> Teve o caso do meu colega me chamar de macaca, por eu ter o cabelo cacheado e pele negra, foi um fato que aconteceu no 6° ano, na época não teve discussão sobre isso porque os professores não deram importância. Só quem sabe dessa história é minha mãe, que na época não teve reação ou não soube resolver. Esse fato me abalou muito pois me senti muito mal, pensei que a culpa era minha que não me arrumava direito e ficava me comparando com as meninas do colégio (Carolina).

Assumir essa culpa como forma de justificar o racismo, é uma das formas mais cruéis de se perder, de perder a sua identidade, ou de nem encontrá-la. O nosso corpo negro é o que é visto antes de qualquer outra característica, é a nossa porta de entrada. “A vivência corporal carregada de movimentações simbólicas, caracteriza e situa a presença no mundo, compondo uma gama de signos e representações sobre o Eu e os Outros, alicerçando as diferenças” (Silva, 2015, p.2). E é justamente nesse momento que nós estabelecemos uma relação entre o nosso corpo e o que é externo a ele, tendo como base essa norma padrão como referência para construir nossa corporeidade.

Quando perguntada sobre suas experiências na escola como menina negra, a entrevistada Antonieta detalha bem um período em que sua identidade foi completamente afetada pelo racismo quando se viu obrigada a mudar a estrutura do seus cabelos por não se sentir pertencente ao espaço escolar, justamente por ter como referência, meninas brancas de cabelos lisos. Além disso, por ser de família interracial, as referências de casa também não estavam muito distantes desse padrão branco.

> Por ver as meninas também com cabelo liso e tudo, sempre elogiadas, eu senti a necessidade de alisar o meu cabelo aos 13 anos de idade. Isso dentro e fora da escola. Porque, assim, a família do meu pai é uma família de pessoas brancas de cabelo liso, então eu sempre tive a referência dessas pessoas. E a família da minha mãe, é uma família das pessoas negras, mas que não se aceita, não se reconhece, na verdade,

> enquanto negros, e não valoriza os seus traços. Eles acabavam sempre alisando o cabelo, fazendo algumas coisas que distanciaram um pouco dos traços em que nasceram. Eu sempre tive muito essa perspectiva de fazer algo, de mudar os meus traços para ser aceita ou ser menos ridicularizada (Antonieta).

O corpo e o cabelo negro traz em sua particularidade “repertórios linguíticos de sua linguagem corporal”, estebelecendo essa relação entre a sua corporeidade, os grupos sociais e os seus discursos, onde há possibilidades de construção de identidade dentro dessa interação social a partir dos diferentes discursos que se movimentam na sociedade.

> O valor social dos aportes identitários para a população negra, como o corpo e o cabelo crespo, são tanto objetos de identificação e resgate da ancestralidade africana refutando o racismo, como objetos de rejeição passando por reinterpretações ancoradas no branqueamento na pretensão de inserção social (Silva, 2015, p.6).

Ou seja, por muito tempo, mulheres negras constroem suas identidades, por exemplo, de corpo, cabelo e comportamento, a partir do que é dito como padrão, como referência, do que é mais provável ser aceito, que é o padrão branco. Sendo assim, o corpo negro, “que já possuía todos os seus signos e significantes atribuídos à escravidão, têm em seu percurso a reinterpretação do branqueamento como modelo de beleza” (Silva, 2015, p.8). E esse lugar, é um lugar de dor, de trauma, de mágoa, é um lugar racista, preconceituoso e discriminatório, porque nossos corpos foram reconstruídos “a partir dos referenciais pautados na escravidão visto como público, altamente erótico e resistente. As representações da mulata e da mãe preta direcionaram uma conceitualização estereotipada da mulher negra” (Souza, 2007, p.28). Segundo a autora, a mulher negra ainda é enxergada como ocupante de papéis e espaços atribuídos pela herança colonial da escravidão.

Refletindo sobre como mulheres negras vem lidando com essas questões, principalmente dentro do campo do conhecimento, a geógrafa Geny Guimarães (2020), acredita que, uma pessoa negra, antes mesmo de se enxergar como uma pessoa negra e assim, perceber a importância da sua existência, muitas das vezes aprende a partir de outra perspectiva, a da branquitude. Todo esse processo gera estranheza, e com ela, dor e trauma para pessoas negras, que lidam com

isso a partir da rejeição, de suas raízes em especial, gerando de certa forma, manutenção para o conforto e privilégio de pessoas brancas.

O corpo é enxergado como um texto que está sempre pronto para ser lido e interpretado, na visão de Fanon (2008, p. 104), quando se trata de corpos negros, essa leitura, geralmente já vem pronta, principalmente porque ela sempre foi feita pela branquitude. Esse olhar branco sobre os nossos corpos causa grande impacto, principalmente na forma de nos posicionarmos em determinados espaços e como construímos nossas trajetórias a partir de nossas identidades, pois segundo Fanon:

> Depois tivemos de enfrentar o olhar branco. Um peso inusitado nos oprimiu. O mundo verdadeiro invadia o nosso pedaço. No mundo branco, o homem de cor encontra dificuldades na elaboração de seu esquema corporal. O conhecimento do corpo é unicamente uma atividade de negação. É um conhecimento em terceira pessoa. Em torno do corpo reina uma atmosfera densa de incertezas (2008, p. 104).

Percebe-se que a nossa percepção de mundo e, principalmente, interpretação sobre o racismo e sexismo, é determinada de acordo com o lugar em que situamos a nossa corporeidade, assim como afirma a filósofa e antropóloga Lélia Gonzalez:

> O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular (2020, p.76).

Entende-se então que a corporeidade negra, apesar de suas individualidades, permanece a margem de uma avaliação que é feita a partir de estereótipos criados pela sociedade, e que continuam sendo socialmente representados com referências históricas da escravização. Com isso, “na medida em que o corpo negro é um dado objetivo que é percebido e racializado, ocorre a exclusão, ou, a inclusão perversa, de negros/as na sociedade” (Cirqueira, 2008, p.31), pois:

> A interpretação sobre os corpos de negros e negras tiveram nos estereótipos disseminados pelo discurso europeu a base de sua estruturação, restando aos sujeitos aos quais este discurso difamavam ressignificar seus signos a fim constituir uma linguagem contra hegemônica que representasse sua identidade (Silva, 2015, p.6).

Isso reflete diretamente na relação que os sujeitos constroem com o espaço e nas suas significações, ou seja, na relação com os lugares pelos quais são construídas suas trajetórias socioespaciais. Sobre a relação entre os sujeitos e os lugares, Carlos (1996) afirma que o lugar se mostra como fruto das relações entre homem e natureza, baseado nas relações sociais que se constróem no plano do vivido, o que promove uma rede de significados e sentidos que são movidos pela história e cultura, construindo também identidades.

Falar sobre a relação da corporeidade negra e a forma em que ela é expressada em determinados lugares, é enxergar também que o silenciamento imposto a mulheres negras, também faz parte dessa construção de identidade e possibilidades de movimento nesses espaços. Isso reflete na dificuldade que existe na forma em que nós, enquanto mulheres negras, nos expressamos e movimentamos em lugares específicos. Ao contrário do que se percebe acerca de pessoas não negras, que possuem essa passibilidade maior nos mesmos lugares que para nós, são limitados. Grada Kilomba (2019) vem utilizando a “linguagem do trauma” para construir esse diálogo acerca do silenciamento imposto, principalmente, às mulheres negras, que se limitam na fala e expressão sobre experiências cotidianas e outros determinados assuntos, à medida que o racismo retira, de forma violenta, suas identidades enquanto negritude.

Essa questão veio surgindo dentro da interação construída nas entrevistas a partir do momento em que perguntei se, na visão delas, dentro da universidade, foi percebido alguma indiferença ou dificuldade no processo formativo pelo fato de serem mulheres negras. Quando a entrevistada Antonieta diz que “Sim, com certeza. E como eu te falei, né? Assim, quando a gente compreende o nosso lugar e se reconhece, aí a gente consegue ver aquele racismo, aquele preconceito que é velado”, ela abre possibilidades para o entendimento de que, se não possuísse o mínimo de conhecimento sobre si, sobre suas raízes e identidade, talvez não pudesse identificar essa indiferença, esse racismo. E ela continua falando sobre a sua posição dentro do espaço da universidade e como é essa relação do corpo negro com o lugar, que é sempre trazido para um lugar de subalternidade e silenciamento, até quando ela tenta se impor diante dessas situações. Para ela, é

comum que haja um certo estranhamento diante de olhares de surpresa quando ela consegue falar e se expressar bem diante de pessoas brancas, que invalidam, muitas vezes, esse lugar de fala:

> Quando eu vou me impor enquanto meu lugar para falar, ou seja, quando é pedida a minha opinião, quando eu preciso solicitar algo dentro da universidade, seja em departamento, seja no curso, seja numa fala em eventos, sempre quando eu vou me impor, eu vejo que a minha voz não é escutada, não é ouvida, da mesma forma que se fosse uma mulher branca, por exemplo, ou homem branco. É como se tivesse validade a opinião do outro, em primeiro lugar, e contestada sempre a minha. É como se precisasse da opinião de outra pessoa, seja uma mulher branca ou homem branco, falando a mesma coisa que eu, para que a minha opinião seja validada (Antonieta).

É importante que tenhamos noção dos marcadores que estão interseccionados na vida de mulheres negras, e que eles são manipulados pela sociedade capitalista, causando efeito direto na participação dessas mulheres na construção das relações sociais, impondo estratégias para se criar barreiras, tanto nos seus desempenhos, como nas suas permanências na universidade, gerando uma estranheza e rejeição em torno desses lugares.

É possível perceber esse processo de rejeição, no diálogo que Neusa Santos (1983) constrói acerca da forma em que o racismo se projeta na vida de pessoas negras, causando tanta estranheza a elas a ponto de despertar o desejo por um “futuro identificatório antagônico” (Souza, 1983, p. 5) acerca da sua realidade étnica e pessoa, ou seja, até conseguir romper com esse olhar de estranheza, a população negra precisa lidar com esse apagamento de identidades e raízes, fato esse que decorre, muitas vezes, do processo de construção de conhecimentos baseados em epistemologias racistas, e é tão cruel que “o negro, no desejo de embranquecer, deseja, nada mais, nada menos, que a própria extinção” (Souza, 1983, p.5).

Dentro desse processo de construir a identidade negra, a base de conhecimento acadêmico é fruto dessas epistemologias racistas que se instalaram na nossa sociedade, causando a ausência de referências negras, principalmente de mulheres negras, nessa construção. Uma ausência que é percebida, até mesmo sem um letramento racial, por todas que fazem parte dessa realidade acadêmica, porque quando eu pergunto sobre como é a visão dessas mulheres

em torno de pertencimento e se elas se enxergam em lugares de maior prestígio do que os que estão hoje, as resposta são semelhantes em muitos sentidos, como por exemplo, fiz a seguinte pergunta: “Considerando a sua trajetória na universidade até o momento, principalmente enquanto mulher negra, você consegue se sentir como parte pertencente do espaço acadêmico? E outra, você consegue se enxergar no corpo docente e discente do curso? E então a Carolina me disse o seguinte:

> Sim e não ao mesmo tempo. Sinto muita falta de representatividade das mulheres negras no ambiente. Entre quase 35 alunos que entraram no curso, haviam poucas mulheres negras na turma, hoje só eu e minha amiga permanecemos no curso. Em relação a alguns professores, sinto um certo distanciamento, não sei se isso está relacionado a preferência de alunos. Até hoje não tive um professor ou professora negra e nem disciplinas voltadas à essa discussão (Carolina).

Essa falta de representatividade, que gira em torno de uma condição de invisibilização e inferiorização da população negra, principalmente do processo de construção de conhecimentos, é trazida também pela entrevistada Antonieta, que diz o seguinte ao responder a mesma pergunta:

> Não, justamente por isso, por esse motivo que te falei, por não ter essa representatividade. Essa é uma questão que me incomoda não somente hoje, mas desde o primeiro semestre, que eu comento com meus amigos e tal, até com alguns professores. E eu acho que essa é uma forma de tentar diminuir a gente, eu vejo por esse lado. Por que não tem? Por que não tem nem professores nem professoras negras? E também, por que não tem esses assuntos na Geografia? Mas, assim, levando para o meu pessoal, isso é uma forma de me instigar mais ainda. Se não tem, vai ter que ter de uma forma ou de outra (Antonieta).

E é interessante que, mesmo trazendo essa visão de não pertencimento, ela vem se colocando nesse lugar de poder, não somente a partir da materialização do seu corpo e do seu individual, mas também nos sentidos/significados que é ter outras mulheres negras nesses espaços, quando ela fala sobre os planos do pós-graduação, ela demonstra interesse em continuar na pesquisa, em continuar ocupando esses espaços, e mais que isso, ela não quer ir sozinha, ela traz consigo o desejo do coletivo:

> Quero estudar para concurso, fazer mestrado e doutorado. E também vamos dizer, assim, quero trabalhar mais nessa linha de pesquisa, algo que eu sinto falta na geografia. Eu desejo muito que tenha uma mulher negra ali. Não importa se vai ser eu, se vai ser você. Eu quero que tenha, eu quero que as pessoas nos vejam, porque é necessário, sabe? Então

> eu quero trabalhar nessa linha de pesquisa, na educação antirracista e do empoderamento negro também (Nzinga).

Esse desejo de continuar nos trilhos da academia vem se manifestando no decorrer das respostas como forma de ocupar os espaços, principalmente dentro do ensino superior. Lembro que a Geografia não era minha primeira opção de curso, mas se tornou após quase 6 anos de duração, e isso se assemelha quando a entrevistada Antonieta me diz que a Geografia também não era sua primeira opção de curso, mas que se tornou após um tempo, e que a escolha por se manter na profissão, não só de professora, mas também de pesquisadora, é incentivada pela falta que sentiu de se ver dentro da universidade através de outras pessoas, como de docentes, e também pelo desejo de ascender na vida, por exemplo:

> Quando eu terminar, assim, eu penso muito, eu não penso na educação básica. Nunca foi meu sonho. Quando eu entrei, eu comecei a entender mais sobre o curso, eu busquei sempre me aprimorar para que eu pudesse chegar até o nível do ensino superior, quando eu falo isso, eu falo que pretendo ser docente, mas o ensino superior. E eu pretendo sim tentar uma pós-graduação, fazer mestrado, fazer doutorado, se possível. Quero focar na minha carreira profissional mesmo, enquanto professora de geografia, mas também enquanto pesquisadora, especializada em alguma linha da geografia (Antonieta).

De acordo com Souza (1983, p.10), pensar sobre a identidade negra nesses espaços, “redunda sempre em sofrimento para o sujeito”, pois a violência racista vem subtraindo dessa parcela da população todas as possibilidades de exploração de seu verdadeiro potencial de produzir, principalmente através do silenciamento histórico em que essa população foi submetida. A autora completa dizendo que “o pensamento do sujeito negro é um pensamento que se auto-restringe”, ou seja, pessoas negras se limitam em explorar e refletir suas próprias identidades, em virtude de todo bloqueio e dor que é causado pelo racismo. Porém, a Geografia vem trilhando caminhos capazes de auxiliar nessa jornada de produção e quebra de silêncio dessa população, pois “é preciso buscar outros referenciais epistêmicos para que a mulher negra possa existir e falar” (Souza, 2020), e a proposta das Geografias Negras se coloca como uma das principais alternativas para isso.

Entretanto, apesar de todo o sofrimento consequente das violências imputadas às mulheres negras, é importante também falarmos e pensarmos nossas trajetórias para além das violências. É interessante pensarmos que existe uma ressignificação de muitas faces nessa história que foi realmente construída para ser falada e explorada com exclusividade a partir do lugar violento que nos foi imposto desde a diáspora. Mas, falar sobre a negritude, principalmente partindo da negritude, é falar sobre como estamos cada vez mais construindo nossas narrativas, mostrando nossas culturas e identidades, adentrando espaços como os da universidade que foram construídos hegemonicamente para pessoas brancas, mas que são espaços que nós estamos conquistando. Já dizia Antônio Bispo dos Santos, o Nêgo Bispo, intelectual quilombola: “Eu vou falar de nós ganhando, porque falar de nós perdendo, eles já falam”.

É necessário entendermos a resistência como um movimento estratégico que visa à continuidade e sobrevivência da população negra em território brasileiro desde a sua chegada até os dias de hoje, reafirmamos a importância de documentar e mostrar essas histórias, para aproximá-las de tantas outras que contribuem para a compreensão das histórias de mulheres negras não apenas a partir de um lugar de subordinação e desvantagem, mas também de um abandono dos espaços e significados atribuídos a elas e aos seus modos de estar no mundo.

E é essencial citar aqui que em nossos caminhos construídos e reconstruídos, em especial em direção a universidade, não estamos sozinhas nunca. O que ficou desenhado em muitos momentos das entrevistas é que a família é o ponto de partida, em muitos sentidos, para essas mulheres. Especificamente, destaco a importância do apoio familiar no momento de escolha e aprovação no curso a partir das respostas dadas acerca da seguinte pergunta: “Quando você conseguiu a aprovação na universidade, como você e seus familiares reagiram e qual foi a reação?”:

> Foi muito gratificante. Só quem sabia que eu tinha feito a prova eram meus pais, minha irmã e algumas amigas, não tinha contado a ninguém fora eles. Eles ficaram muito felizes, eu chorei de felicidade, eu sou a primeira neta de minha avó materna a entrar no ensino superior. Minha família de Barbalha me ligou parabenizando, meus padrinhos, minhas tias de São Paulo também parabenizaram e me desejaram tudo de bom. Meu pai saiu falando para todo mundo que ele conhecia (Carolina).

Eu me lembro como hoje, porque é uma coisa que foi muito emocionante, você saber que é capaz de entrar numa faculdade, principalmente na Urca, através de um vestibular que é muito concorrido. No momento do resultado, eu chorei na casa de uma vizinha, onde meu primo estava olhando o site e percebeu que eu tinha sido chamada, tinha passado. Naquela hora eu surtei, fiquei muito feliz, ele também, mesmo ele não tendo passado de primeira como eu, mas ele ficou muito feliz. Eu percebi no olhar dele a felicidade e alegria por eu ter passado. Quando eu contei pra minha mãe, foi emocionante, muito lindo e muito marcante na minha vida. Porque é uma luta constante. Você desde pequenininha, sonhando em passar na faculdade. Tinha aquele sonho, aquela vontade de fazer algo diferente, mostrar pra si que você é capaz, de mostrar para os outros, porque eu tinha vizinhos que não acreditava em mim e por eu ser filha de uma negra pobre, tinha todas essas dificuldades também, aquela cobrança em mim. E foi muito, muito lindo, muito emocionante, muito marcante na vida da gente (Dandara).

Bom a sensação foi de muita alegria, de muita felicidade e de honra por todo o processo e que sempre torceram, sempre quiseram também, sempre apoiaram a ideia, a vontade e o sonho. Até então foi alegria total (Tereza).

Bom, foi uma sensação incrível. Primeiro, porque eu coloquei na minha cabeça a partir desse dia que eu poderia conseguir, poderia e posso conseguir o que eu quiser. Segundo, porque eu fui a primeira a terminar os estudos, ensino médio e entrar no ensino superior em relação aos meus dois irmãos. E também por ser a Urca, que todo mundo da minha família fala muito bem, porque minhas primas se formaram na Urca, entre outras coisas. E é isso. Porque vem assim na minha cabeça: “uma pessoa de classe baixa, de uma comunidade, sempre estudou em escola pública e é a primeira da família a entrar assim na universidade. Quando eu digo família, eu digo meu pai, minha mãe e meus dois irmãos, entendeu? E também eu acho que eu entrar no ensino superior segue muito de exemplo pros meus sobrinhos. Pelo menos para um, porque eu tenho quatro, mas pelo menos uma, eu tenho certeza que vai seguir esse caminho (Nzinga).

A priori, foi uma sensação muito boa de felicidade, de conquista, sabe? Porque eu estudei muito, muito mesmo pra conseguir ser aprovada. E, ao mesmo tempo, eu também senti medo e inseguranças de ter que me mudar para outra cidade, longe dos meus pais, e ficar aquela pergunta de “onde vou morar?” ou “como vou conseguir me sustentar?”. Meus pais ficaram felizes também, mas com medo (Maria Firmino).

Assim, pra minha família foi uma conquista muito grande, parece que eles ganharam na loteria, né? Gostaram muito e ficaram muito felizes. Minha mãe e meu pai, minha avó, inclusive, que é mãe do meu pai, ficou muito feliz, muito feliz mesmo. Ela sempre observou que eu gostava muito de estudar, ela sempre valorizou isso, me apoiou e ajudou, por exemplo, minha mãe não tinha condição de comprar os materiais no tempo de escola, ela sempre comprava. Quando eu fui fazer a prova do vestibular, ela sempre ajudava, tanto em dinheiro, quanto em palavras mesmo. Aí, quando ela soube que eu passei, ela gostou muito, assim, ela já me tinha como orgulho dela antes, e quando eu passei, ela se orgulhou ainda mais dessa conquista. E eu também gostei muito, fiquei muito feliz (Antonieta).

O que aponta para a importância de pensarmos nossas trajetórias a partir da resistência e vitórias da população negra, ao invés de se concentrar somente nas violências sofridas ao longo da vida. E para as entrevistadas, o momento de ingresso à universidade foi momento de vitória e superação, não só para elas, mas para toda a família, que vem sendo colocada aqui em diversos momentos como alicerce nessa construção acerca de suas trajetórias acadêmicas e, provavelmente, fator determinante para a escolha pelo ensino superior.

Acredito que as Geografias Negras seja uma importante estratégia para que a população negra continue a quebrar todo esse caminho de silenciamento e invisibilização de epistemologias negras, e há várias formas de se construir essa base voltadas para produções negras, mas aqui eu destaco alguns dos caminhos apontados pela geógrafa Geny Guimarães, no texto “Geo-grafias Negras e Geografias Negras”, onde ela constrói um diálogo interdisciplinar entre a ciência geográfica e as literaturas negro-brasileiras. Para Guimarães, o caminho a ser trilhado é iniciado primeiramente a partir da promoção do incentivo a uma aproximação entre livros e estudantes, principalmente porque a nova geração é muito visual, e segundo ela, as tecnologias virtuais têm o acesso mais facilitado e mais rápido do que o de um livro físico.

Como professora e pesquisadora, tenho grande apreço e admiração pela escrita da professora Geny Guimarães, principalmente por evidenciar a importância da construção/ reconstrução metodológica e epistemológica da Geografia enquanto uma ciência que se preocupa não só com os leitores, mas também com os escritores e pesquisadores. Por exemplo, a autora ressalta a necessidade de que os estudos científicos precisam ser construídos também com base no “sentir” dos pesquisadores (as) negros (as). Sabemos que “para muitos, os assuntos precisam fazer sentido para que sejam pesquisados e, além disso, precisam fazer sentido para um determinado grupo sociorracial e apresentar reflexões da sociedade como um todo. No caso da Geografia, por meio de análises socioespaciais” (Guimarães, 2020, p.303).

Penso que as Geografias Negras possibilita um envolvimento maior por parte de discentes afrodescendentes, em especial, mulheres negras. Tomando

como base a minha trajetória enquanto mulher negra dentro da Geografia, que não tinha ela como primeira opção de curso e desenvolveu esse interesse pela área a partir de epistemologias negras, acredito que, assim como foi para mim, muito do que foi falado pelas participantes acerca de suas escolhas e satisfação pelo curso, tenha relação também com a forma com que essa disciplina foi apresentada para elas desde o ensino básico até o ensino superior. Quando foi perguntado às entrevistadas sobre a sua primeira opção de curso, é interessante que, absolutamente, nenhuma delas tinham a Geografia como primeira opção de curso, já a licenciatura, aparece em algumas respostas como primeira opção de profissão, mas não de todas elas.

> A geografia era minha segunda opção. O curso de direito era a primeira, gosto muito dessa área também. Mas hoje não me arrependo, sou muito feliz na licenciatura e na geografia, sou apaixonada (Carolina).
>
> Não, minha primeira opção era matemática (Dandara).
>
> A primeira opção que eu queria, que eu sempre desejei, até então ainda é um desejo, que é o curso de direito, e sobre a licenciatura, como eu costumo sempre falar, não é muito a minha praia. Mas é algo que eu escolhi e eu me responsabilizo (Tereza).
>
> Minha primeira opção era medicina veterinária (Nzinga).
>
> Bom, como eu ressaltei atrás, a priori, minha primeira opção de curso era fisioterapia, não era voltada para área de ensino, mas pelo fato da nota ser bastante alta nesses cursos, eu optei por fazer vestibular por ser mais fácil de passar. Aí coloquei geografia. Eu e mais duas amigas. E também meio que foi influência de terceiros (Maria Firmino).
>
> Não, mas se tornou após o ingresso no curso (Antonieta).

São diálogos que nos mostram a forma com que, mesmo antes de adentrarem ao ensino superior e de forma inconsciente, já se criava mecanismos de defesa e superação dessas discriminações, principalmente quando se tem em grande maioria das respostas os cursos de prestígio, como, por exemplo, de direito e fisioterapia como primeira opção de curso e possibilidades de ascensão. Acredito que esse desejo surgiu também a partir do lugar de partida desses sujeitos no que diz respeito às suas origens cartográficas e sociais, o que por muito tempo, fez sentido para elas enquanto perspectiva de futuro.

Então, acredito que pensar uma ciência baseada em fazer sentido para pessoas negras, e fazer essa ciência através desse grupo sociorracial dentro da pesquisa, dentro da docência e de outros lugares, é o caminho apontado pelas

Geografias Negras e é o que faz sentido, principalmente quando se escuta de uma mulher negra que ela não se sente pertencente a espaços como os da universidade por não ver pessoas semelhantes a ela em cargos de poder dentro desse espaço, como quando ela diz que:

> Eu não me vejo representada pelo corpo docente, pela reitoria, principalmente, porque quando a gente entra em uma instituição, seja qual for, a gente sempre vai olhar para as pessoas que estão nos representando. Acredito que todo mundo pode ter oportunidades e tem a capacidade de ocupar esses espaços, como por exemplo, eu acredito muito que há muitas pessoas negras que poderiam estar compondo o corpo docente do curso, mas não estão (Antonieta).

A academia, que foi construída, especialmente, baseada em princípios eurocêntricos, e direcionada, hegemonicamente, para pessoas brancas, apresenta-se como um lugar de dor e desumanização desses corpos. O caminho para se tornar uma intelectual negra, ou até mesmo para ter um diploma de ensino superior, independente de se tornar intelectual ou não, não é visto como algo natural. Por isso, essa "presença inesperada" em lugares como os da academia, incomoda. É comum que nesses espaços, a mulher negra se sinta inferiorizada, isolada e desumanizada, pois esses "deslocamentos intelectuais realizados pelas/os intelectuais-ativistas negras/os se configuram como "acontecimento acadêmico" ao desestabilizarem as ferramentas pelas quais os epistemicídios são perpetuados" (Passos; Pinheiro, 2021, p.125), e é a partir desse momento, que surge uma percepção do quão violenta é a sua inserção no meio acadêmico.

Nilma Lino Gomes cita os currículos como parte dessas ferramentas pelas quais o epistemicídio é perpetuado dentro do campo educacional:

> [...] o Movimento Negro e a intelectualidade negra brasileira trouxeram para o campo das Ciências Humanas e Sociais, principalmente para a Educação, um diferencial: a perspectiva negra decolonial brasileira, uma das responsáveis pelo processo de descolonização dos currículos e do conhecimento no Brasil (GOMES, 2018, p. 223).

Esse movimento de negação dos conhecimentos de determinados grupos raciais é definido por Sueli Carneiro (2005) como "sepultamento dos saberes", considerando que determinados grupos são, historicamente, oprimidos e "destinados" a aceitar essa imposição epistemológica universal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Minha pesquisa atentou-se em apontar a importância de acompanhar as trajetórias percorridas por mulheres negras no curso de Geografia da Universidade Regional do Cariri – URCA através de suas narrativas, especialmente. Para isso, dispus-me a analisar e compreender as histórias de vida de mulheres negras enquanto universitárias, principalmente no tocante aos seus deslocamentos espaço-temporais.

As falas das estudantes aqui relatadas nos permitem refletir sobre os diversos mecanismos pelos quais o racismo se materializa. Além disso, os racismos sofridos por elas - que têm agentes diretos, uma vez que ocupam um espaço onde são minoria demográfica - resultam em um tipo de racismo institucional. Pensar sobre o racismo institucional implica, sobretudo, na efetivação - ou o oposto - das políticas públicas, no momento em que seu alcance difere em termos de quantidade, qualidade e efetividade, dependendo de quem são os beneficiários.

Além de refletir sobre as diversas esferas do racismo e sexismo na vida de mulheres negras dentro da academia, pensar também que, apesar dessas violências que causam tanta estranheza e afastamento de grande parte desse público no que se refere a esses espaços, essa população tem criado estratégias e mecanismos para superar essas formas de discriminação dentro da universidade. Com base nessa realidade observada, esses mecanismos são criados a partir de um esforço em conseguir se destacar pelo desempenho, pela competência e pelo impulso de ser o melhor. Outra questão que se refere a idéia de que pessoas negras devem se esforçar duplamente para ser o que os não negros são, sem fazer os mesmos esforços que os negros.

O que se pode constatar é que o perfil do corpo discente da universidade vem mudando significativamente. Em sua maioria, está composta por pessoas negras, o que é um avanço e resposta, principalmente as políticas de ação afirmativas, como, por exemplo, a Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas. Apontando para a importância de manutenção de políticas voltadas para

essa população, como forma de integrar na sociedade, grupos que historicamente foram afastados e apagados da história do Brasil.

Pensando nessa forma com que esses espaços estão se modificando com a presença da população negra, é importante destacar também que essas presenças vêm contrariando uma lógica de privações e negações que historicamente foram inscritas para esses corpos. A partir da ocupação desses sujeito em espaços como os da academia, vai se construindo uma ruptura nas epistemologias acerca do que se fala e pensa sobre a relação negritude, gênero e ciência, onde é possível enxergar novas formas de saberes que são pautados em conhecimentos jamais visto, considerando todo o processo de apagamento que sofreram durante a história da humanidade. “Elas fazem valer seus achados, bem como suas pesquisas, em primeira pessoa e não como objetos. Na qualidade de sujeitas e participantes desses espaços são legítimas para dizer sobre si” (Silva; Euclides, 2018, p.56).

O que chama a atenção aqui é o fato de que para além do acesso, que tem sido, de forma significativa, modificado, existe também o fato de pensar essas trajetórias a partir da permanência dessas mulheres na universidade. Obviamente, as políticas de assistência estudantil são determinantes para a permanência de mulheres negras no ensino superior, assim como de outros muitos estudantes com condições socioeconômicas insuficientes para sustento durante um curso de graduação. Dentre elas, podemos destacar: as bolsas extracurriculares de estágio, de PIBID, de PIBIC, restaurante universitário e residência universitária. A ausência dessas políticas pode e, durante muito tempo, inibiram o acesso e causaram evasão de pessoas negras de ambientes como os da universidade.

Pensando nisso, foi possível compreender a importância das ações afirmativas; bolsas de assistência estudantil, para a permanência dessas mulheres no curso de geografia da URCA, considerando que são, em maioria, mulheres negras e de classe baixa. Na maioria dos casos, quando se trata da mulher negra, ela é considerada como a responsável pelo grupo familiar, que está sempre sentindo o peso de ser melhor, de ser mudança e de ascender socialmente. Para além das bolsas remuneradas e da Lei de Cotas, foi percebido também o uso

recorrente por essas mulheres de outras ações afirmativas como a residência e restaurante universitário. Apesar disso, ainda há questões que fazem essas mulheres se sentirem em lugar de marginalização e lhes tira a certeza de uma garantia de experiência bem sucedida. Diante disso, emerge a urgência de reforçar esse conjunto de ações afirmativas, principalmente aquelas voltadas para a permanência desses sujeitos nos espaços acadêmicos.

Dentro da pesquisa, há várias possibilidades que afetam a participação de mulheres negras, mas o óbvio constatado aqui, é que o racismo, que é estrutural, ele se apresenta em muitas facetas, em muitos espaços, independente de qualquer coisa, inclusive, na universidade, com a ausência de grupos de discussão acerca de gênero e raça, não só de gênero, a ausência de disciplinas obrigatórias sobre a história e cultura afro-brasileira e africana, a ausência de estímulos ao protagonismo de estudantes negras, a ausência de referências negras dentro dos muros da universidade, tanto no corpo docente, como em cargos administrativos.

De acordo com as narrativas aqui expostas, essa é uma das maiores desmotivações para que estudantes negras se sintam menos pertencentes a esses espaços, a ausência gritante de mulheres negras como docentes, como coordenadoras, reitoras, pró-reitoras, vice-reitoras. Todas essas questões foram aparecendo como fator determinante de desmotivação para essas estudantes. Para elas, quando uma mulher negra ocupa uma universidade - até então com predominância de homens brancos -, desperta o desejo e a motivação para outras entrarem. O movimento de mulheres negras brasileiras usa a frase "uma sobe e puxa a outra" justamente com o intuito de criar mecanismos para que outras pessoas afrodescendentes também possam se sentir pertencentes a esses espaços e possam também criar estratégias para se inserirem neles.

Outra questão que é determinante para esse apagamento e afastamento de mulheres negras na pesquisa, é o fato de que elas não são ouvidas nem quando são solicitadas pra falar, são ignoradas, principalmente por parte de docentes, homens e brancos, que a desrespeitam frequentemente, e constantemente, são tratadas como objetos de desqualificação na produção do conhecimento científico.

Por isso, se faz necessário destacar também a importância e efetivação plena da Lei 10.639/2003 no tocante à formação de professores de todos os níveis.

Constatou-se que a participação direta desses sujeitos na pesquisa não é uma realidade comum, por vários motivos, entre eles pode-se destacar a ausência de apoio de docentes para orientação em projetos de interesse das estudantes, que dialoguem, principalmente, com o campo inserido nas relações étnico-raciais; a ausência de docentes negras como referências para as estudantes negras, aspecto que se mostrou bem relevante nesta pesquisa.

De acordo com esta visão trazida na pesquisa, a situação das mulheres negras é especialmente perversa porque são constantemente comparadas com os brancos, considerados a “norma”. Uma “norma” cuja ignorância das origens nos impede de ver a condição de branquitude não como “normal”, mas como um privilégio historicamente construído. Contudo, apesar da realidade da discriminação, do racismo e do sexismo, os diálogos aqui construídos também revelaram forte oposição ao lugar da discriminação; As suas experiências revelam um grande desejo de quebrar as armadilhas em que o sexismo, o racismo e a pobreza tentam enredá-las, o que aponta para a percepção de que há um letramento racial partindo desse público.

Quando se fala sobre letramento racial dessas estudantes, percebe-se que algumas delas já constroem suas narrativas a partir de um compromisso com as questões étnico-raciais, e isso é consequências, muitas vezes, de suas experiências construídas ao longo das respectivas trajetórias, que também estão compostas por suas vivências em coletivos, movimentos estudantis, diretórios estudantis, centros acadêmicos, grupos de estudos, entre outros. São reflexos de vivências significativas que afetaram tanto a vida pessoal de reconhecer-se como negra em um contexto de negação e desigualdade, quanto suas trajetórias profissionais, em busca de uma identidade e legitimidade como estudantes, pesquisadoras e intelectuais negras. O que aponta para o fortalecimento desses movimentos enquanto aporte e ferramenta para se construir estratégias de enfrentamento ao racismo e sexismo dentro desses espaços, e também de uma

atenção maior para os métodos e metodologias utilizadas como ferramentas na construção do conhecimento científico, em especial, dentro da geografia.

É evidente a necessidade de pensarmos em novos métodos, metodologias e epistemologias afrocentradas dentro da Geografia, para que assim, possamos desenvolver pesquisas e formações docentes, em especial nas práticas pedagógicas. Porém, produzir Geografias Negras no mundo contemporâneo é um grande desafio e esbarra com uma gama de empecilhos, considerando que a Geografia se consolidou como ciência ao passo que ocorreram avanços colonialistas e imperialistas europeus no século XIX (Cirqueira *et al.,* 2020). O que causou, segundo os autores, efeitos prolongados e diretos na epistemologia da Geografia enquanto ciência, reproduzindo diversos processos de subalternização e hierarquização, além também de difundir ideias acerca da supremacia branca e do patriarcado.

Há também uma certa confusão entre o que se entende por “Relações Étnico-raciais” e “Geografias Negras”, onde podemos dialogar a partir da escrita dos professores Geny Guimarães, Lorena Souza e Diogo Cirqueira, no texto “Introdução do caderno temático Geografias Negras” (2020). De acordo com Cirqueira *et al. (*2020), é possível perceber as Geografias Negras como uma forma de se trabalhar e instigar o protagonismo de geógrafas/os negras/os, procurando debater e rever métodos e metodologias a partir das relações étnico - raciais, na intenção de causar um desmantelamento das estruturas do racismo.

Somente nas últimas duas décadas, emergiu-se uma produção ativa na busca por articulação da Geografia acerca das relações raciais através de um viés crítico. É interessante que vários autores, como Ratts (2010) e Guimarães (2015), vêm definindo essa articulação epistemológica de “espacialidades das relações étnico-raciais” e “dimensão racial do espaço”, respectivamente. E isso significa que o espaço está sendo apresentado como uma ferramenta importante e necessária para uma melhor compreensão das relações étnicas e raciais no contexto brasileiro e também da diáspora.

Acredito que seja necessário trazer aqui também o papel dos movimentos negros nas universidades como forma de fazer essa ponte entre sujeito e

construção de sua identidade, como bem se posiciona a entrevistada Antonieta, quando responde sobre o seu posicionamento e pertencimento dentro da universidade dizendo que:

> [...] enquanto universidade em si, como um todo, eu tenho esse sentimento, desde quando eu entrei, na verdade, muitos movimentos em prol dessas lutas, tanto a luta da mulher, quanto a luta do negro, da mulher negra também, e que fazem, que deixam, na verdade, a gente amparada, dão apoio. Então, eu falo isso, eu falo que eu sinto pertencimento em relação às lutas que acompanho, aos movimentos sociais que eu acompanho dentro da universidade (Antonieta).

Por isso, em uma tentativa de tirar a população dessa condição de invisibilização e inferiorização no processo de construção e transformação do espaço geográfico, vem crescendo a quantidade de diálogos acerca da construção de novas metodologias e epistemologias, no que se refere a produção de saberes e conhecimento, principalmente dentro da ciência geográfica, proporcionando o encontro dessa parcela da população com suas raízes africanas através de um viés cultural, que está presente em obras literárias construídas por e para pessoas negras. Dessa forma, é possível apresentar a essas pessoas elementos que fazem parte de uma ancestralidade e cultura que vem sofrendo um apagamento durante muito tempo, mas que é sinônimo de referência e identidade para pessoas negras.

Acredito e espero que resultados trazidos aqui nessa pesquisa, possa viabilizar e abrir caminhos para outras mulheres negras, que seguem nessa caminhada dentro da academia como forma de modificar suas histórias de vida, as de suas famílias. Espero que seja ferramenta para construção de muitas outras “ESCREVIVÊNCIAS”, e potencialize caminhos bonitos para toda uma geração de meninas e mulheres negras.

Por fim, pensando a partir da ideia de se trabalhar as Geografias Negras no ensino e pesquisa, o essencial é dar prioridade para a população negra e suas experiências, envolvendo uma reflexão acerca de sua construção no espaço geográfico e sua protagonização nos processos estratégicos da Geografia, que se mostra como uma possibilidade de enfrentamento a um cenário de extrema tenebrosidade dentro de uma sociedade racista. “A Geografia é a disciplina do poder!” (Cirqueira *el al.,* 2020). Uma afirmação que, para mim, enquanto

pesquisadora negra, causa grande impacto, pois é sentido que a Geografia tem potencial para se colocar como uma nova narrativa nessa luta e combate ao discurso de ódio e práticas racistas por meio, principalmente, das Geografias Negras, a Geografia dos pretos.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única.** Palestra proferida no TED Global 2009. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-BR. Acesso no dia 13 de dezembro de 2023.

AKOTIRENE. **Devolvam o termo pardo ao Movimento Negro.** Bahia. 13 de junho de 2023. Instagram: carlaakotirene. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CtbycvTrl4K/
Acesso em: 13 de setembro de 2023.

AZEVEDO, Luyanne Catarina Lourenço; SACRAMENTO, Ana Cláudia Ramos. **Mulheres negras professoras universitárias e suas trajetórias socioespaciais no ensino de Geografia.** Revista Caminhos de Geografia. 2022. V. 23 N. 87. Uberlândia – MG.

Batista LE, Proença A, Silva A. **Covid-19 e a população negra.** Interface (Botucatu). 2021; 25: e210470. Covid-19 e a população negra

BRASIL, **Ministério da Saúde.** Brasília, 2024. Covid-19 — Ministério da Saúde (www.gov.br)

CAMPOS, Mayã Polo. de, SILVA, Joseli Maria., & SILVA, E. A. (2021). **'Teu corpo é o espaço mais teu possível': Construindo a análise do corpo como espaço geográfico.** *Revista Da ANPEGE*, *16*(31), 101–114. https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/10750/pdf

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 2005. 339 f. (Doutorado em Filosofia da Educação) – FE/USP, São Paulo, 2005.

CAVALLEIRO, Eliane Santos. **Discriminação Racial e Pluralismo nas Escolas Públicas da Cidade de São Paulo.** In: BRASIL. Educação e Anti-racismo: Caminhos Abertos Pela Lei Federal Nº 10.639/03. Brasília: Secad/Mec, 2005. (p.65-104)

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade.** Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021

COSTA, F. R.; ROCHA, M. M. **Geografia: conceitos e paradigmas-apontamentos preliminares.** In: Revista de Geografia, Meio Ambiente e Ensino, v. 1, n. 2, 2011.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal. **Trajetórias socioespaciais de estudantes negras e negros da Universidade Federal de Goiás.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio - Ambientais da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal.**. "Até onde vai…": trajetória socioespacial de estudantes negros e negras da UFG.** In: 12 Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2009, Montevideo, Uruguay. EGAL 2009 - Programa on-line. Montevideo, Uruguay: EGAL 2009 - Programa on-line, 2009.

CIRQUEIRA, D. M, GUIMARÃES, G. F, & SOUZA, L.F. (2020). **INTRODUÇÃO DO CADERNO TEMÁTICO "GEOGRAFIAS NEGRAS".** Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN), 12(Ed. Especi), 3–11. Recuperado de https://abpnrevista.org.br/site/article/view/851.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória.** 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2017.

FERREIRA, Edimara Maria; TEIXEIRA, Karla Maria Damiano; FERREIRA, Marco Aurelio Marques. **Prevalência racial e de gênero no perfil de docentes do ensino superior.** R. Katál., Florianópolis, v.25, n. 2, p. 303-315, maio-ago. 2022 ISSN 1982-0259.

GERMANO, Grazielly Santos; COSTA, Kênia Gonçalves. **A universidade como território de resistência e conquistas das mulheres: Trajetórias socioespaciais das estudantes cotistas no ensino superior.** Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades: 10 anos. 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** Ensaios, intervenções e diálogos / org: Flávia Rios, Marcia Lima. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZÁLEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino americano.** In: Caderno de formação política do Círculo Palmarino n.01 Batalha de Ideias. (2011). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf. Acessado em 15.06.2023

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos.** In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson, GROSFOGUEL, Ramón (Org.). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 223-247.

GOMES, L. F. E. (2019). **Ser Pardo: o limbo identitário-racial brasileiro e a reivindicação da identidade.** *Cadernos De Gênero E Diversidade*, *5*(1), 66–78. https://doi.org/10.9771/cgd.v5i1.31930

GUIMARÃES, Geny Ferreira. **Rio Negro de Janeiro: Olhares geográficos de heranças negras e o racismo no processo – projeto patrimonial.** Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

GUIMARÃES, Geny Ferreira. . **O conceito de lugar no processo-projeto patrimonial negro-brasileiro.** In: COSTA, Carmem Lúcia. (Org.). Espaço e Diferença: abordagens geográficas da diferenciação étnica, racial e de gênero. 1ed.Goiania: Gráfica UFG, 2018, v. 1, p. 99-113.

GUIMARÃES, G. F (2020). **GEO-GRAFIAS NEGRAS & GEOGRAFIAS NEGRAS.** *Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)*, *12*(Ed. Especi), 292–311. Recuperado de https://abpnrevista.org.br/site/article/view/866.

HOOKS, Bell. (1995). **Intelectuais Negras.** Revista Estudos Feministas, 3(2), 454-478.

HOOKS, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra.** Trad. Cátia Bocaiúva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, bell. **Irmãs do Inhame: Mulheres negras e autorrecuperação.** Tradução floresta. -- 1. ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2023.

LOPES, Renata Batista. **De casa para outras casas: Trajetórias socioespaciais de trabalhadoras domésticas residentes em Aparecida de Goiânia e trabalhadoras em Goiânia.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

MACHADO, T. C.; RATTS, A. **Trajetórias socioespaciais dos militantes do movimento negro na Região Metropolitana de Goiânia-** DOI 10.5216/ag.v6i2.15472. Ateliê Geográfico, Goiânia, v. 6, n. 2, p. 202–221, 2012. DOI: 10.5216/ag.v6i2.15472. Disponível em: https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/15472. Acesso em: 28 jun. 2023.

MANZINI, E.J. **Entrevista semi-estruturada Análise de objetivos e de roteiros.** Marília: Unesp, 2012.

MELO, Déborah. **A importância da perspectiva interseccional para a análise crítica do assistente social**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

NOGUEIRA, Azânia Mahin Romão. **A construção conceitual e espacial dos territórios negros no Brasil.** Revista de Geografia (Recife) V. 35, No. 1 (especial), 2018.

PASSOS, M. C. A. dos, & PINHEIRO, B. C. S. (2021). **Do epistemicídio à insurgência: o currículo decolonial da Escola Afro-Brasileira Maria Felipa** (2018-2020). *Cadernos De Gênero E Diversidade*, *7*(1), 118–135. https://doi.org/10.9771/cgd.v7i1.43442

RATTS, Alecsandro JP. **Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras.** XXVII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu-MG, out. 2003.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala.** Belo Horizonte: Letramento: 2017.

RIZZATTI, Maurício; BATISTA, Natália Lampert; BECKER, Elsbeth Léia Spode; CASSOL, Roberto. **O lugar como categoria de análise na geografia e sua contribuição para abordagens didáticas na cartografia escolar.** Revista Tamoios, São Gonçalo (RJ), ano 17, n.1, pág. 95-115, 2021.

SANTOS, Mariza Fernandes dos; RATTS, Alex. **Trajetórias negras discentes no espaço acadêmico: o quadro da Universidade Federal de Goiás diante das ações afirmativas.** Educere et Educare. n 20. Cascavel. 2015. p. 641-652.

SANTOS, Inês Maria Meneses dos; SANTOS, Rosângela da Silva. **A etapa de análise no método história de vida – uma experiência de pesquisadores de enfermagem.** Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2008 Out-Dez; 17(4): 714-9.

SANTOS, Dayse Costas dos; PINHEIRO, Delza Cristina; CAVALCANTI, Enimeyre de Melo. **Relações etnico-raciais e educação: a inserção da mulher negra no ensino superior.** In: XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, 2020.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. Coleção Tendências; v. 4.

SOUZA, L. F.; RATTS, Alecsandro J P. **Gênero, raça, educação e ascensão social: as professoras negras e suas trajetórias socioespaciais**. In: Seminário Nacional Trabalho e Gênero, 2006, Goiânia, 2006.

SOUZA, Lorena F. de**. Corpos negros femininos em movimento: trajetória socioespaciais de professoras negras em escolas públicas.** Dissertação de Mestrado em Geografia. IESA – UFG, 2007.

SOUZA, Lorena Francisco. de, & RATTS, Alexsandro JP. (2009). **Espaço, cultura e poder: gênero e raça em análise na geografia** - DOI 10.5216/ag.v3i1.6257. Ateliê Geográfico, 3(1), 107–120. https://doi.org/10.5216/ag.v3i1.6257

SOUZA, Lorena Francisco. de; RATTS, Alexsandro JP. **Escritas e inscrições de Geógrafas Negras.** In: Diálogos ibero – latino – americanos sobre geografias

feministas e das sexualidade / Org. Joseli Maria Silva; Marcio José Ornat e Alides Baptista Chimin Junior. Ponta Grossa: Todapalavra, 2017.

SOUZA, Joyce Gonçalves Restier da Costa. **Corporeidade negra enquanto discurso: corpo e cabelo como signos de identidade.** DOI:10.13140/RG.2.2.18437.45284. Rio de Janeiro, ResearchGate, 2015. https://www.researchgate.net/publication/322536975_Corporeidade_Negra_enquanto_discurso_Corpo_e_cabelo_como_signos_de_identidade

SOUZA, Heleine Fernandes de. **A poesia negra-feminina de Conceição Evaristo, Lívia Natália e Tatiana Nascimento.** Rio de Janeiro: Malê, 2020.

SOUZA, Elizandra B., MORAES, Iara A. (Org.). **Literatura negra feminina: poemas de sobre(vivência).** São Paulo: Mjiba, 2021.

SILVA, Joselina; EUCLIDES, Maria Simone. **Falando de gênero, raça e educação: trajetórias de professoras doutoras negras de universidades públicas dos estados do Ceará e do Rio de Janeiro (Brasil).** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 70, p. 51-66, jul./ago. 2018.

SILVA, Tatiana Dias. **Ação afirmativa e população negra na educação superior : acesso e perfil discente.** Texto para Discussão (TD) 2569, Rio de Janeiro: Ipea, 2020. https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10102

SILVA, Petronilha Beatriz G. e. **"Chegou a hora de darmos a luz a nós mesmas": situando-nos enquanto mulheres e negras.** Cadernos Cedes, Campinas-SP, ano 16, n. 45, julho/ 1998. pp. 7-23.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente** (trad.) Lívia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1980.288 p.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VINUTO, Juliana. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto.** Tematicas, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. DOI: 10.20396/tematicas.v22i44.10977. Disponível em: https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977. Acesso em: 18 ago. 2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação. Episódios de Racismo.** Cotidiano Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

WERNECK, J. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, *[S. l.]*, v. 1, n. 1, p. 07–17, 2010. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/site/article/view/303. Acesso em: 2 ago. 2023.

APÊNDICES

ROTEIRO DE PERGUNTAS

1 - Para começar, você poderia me falar um pouco sobre sua história de vida? Pode falar seu nome, idade, composição familiar, lugar que nasceu, lugar onde mora atualmente, com quem mora, se já morou em outros lugares e com outras pessoas? Pode ficar à vontade para falar o que se sentir confortável.

2. Em relação aos seus estudos no ensino básico (ensino fundamental e médio), onde você cursou? Foi ensino público ou ensino privado? Como foi sua trajetória nesse ensino?

3. Como e quando surgiu o interesse em ingressar na universidade?

4. Durante o processo de ingresso, que envolve as tentativas até a aprovação, houve alguma dificuldade? Se sim, poderia me descrever?

5. Quando você conseguiu aprovação na universidade, como você e seus familiares reagiram e qual foi a sensação?

6. Em relação ao curso, a Geografia era sua primeira opção de curso? Se não, qual era?

7. Após o ingresso na universidade, qual o maior desafio encontrado até o momento?

8. Durante o período de curso, em algum momento você pensou em desistir? Por quê?

9. Já participou ou participa de alguma política de assistência/permanência na universidade, como bolsa, restaurante universitário, residência universitária ou alguma modalidade de auxílio? Você considera que essas políticas são determinantes para sua permanência e de outros alunos na universidade?

10. Considerando a sua trajetória na universidade até o momento, principalmente enquanto mulher negra, você consegue se sentir como parte pertencente do espaço acadêmico? E outra, você consegue se enxergar no corpo docente e discente do curso?

11. Enquanto mulher negra na universidade, você acha que enfrenta alguma dificuldade por conta do gênero e raça (por ser mulher e negra)? Se sim, poderia me descrever um pouco sobre?

12. O que você pensa em fazer após a finalização da graduação?